



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Janeiro 2016

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2015 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUINTA AVALIAÇÃO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA, PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PEDIDO DE UM ACORDO DE 18 MESES AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO STAND-BY — COMUNICADO DE IMPRENSA; RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO; ANEXO INFORMATIVO, ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA, DECLARAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA PARA A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

No contexto do Relatório do Corpo Técnico sobre as Consultas de 2015 ao Abrigo do Artigo IV, Quinta Avaliação ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica, Pedido de Modificação dos Critérios de Avaliação e Pedido de um Acordo de 18 Meses ao Abrigo da Linha de Crédito Stand-by, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- Um **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho e resume as opiniões do Conselho de Administração conforme expressas durante as deliberações de 18 de Dezembro de 2015 sobre o relatório do corpo técnico e temas relacionados à consulta ao abrigo do Artigo IV e ao acordo com o FMI.
- O **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 18 de Dezembro de 2015, após o término das discussões com as autoridades de Moçambique, em 28 de Outubro de 2015, sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 3 de Dezembro de 2015, com base na informação disponível à altura das discussões.
- Um **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo técnico do FMI.
- Uma **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- Uma **Declaração do Corpo Técnico**, com informação atualizada sobre a evolução recente da economia.
- Uma **Declaração da Administradora** para a República de Moçambique.

Os documentos relacionados abaixo foram ou serão publicados separadamente:

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da República de Moçambique*
Memorando de Política Económica e Financeira das autoridades da República de Moçambique*
Memorando Técnico de Entendimento*
Temas Seleccionados
*Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações susceptíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



Comunicado de Imprensa nº 15/580 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
18 de Dezembro de 2015

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D. C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a quinta avaliação do acordo PSI com Moçambique, aprova um acordo SCF de USD 282,9 milhões e conclui a consulta ao abrigo do Artigo IV referente a 2015

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, em 18 de Dezembro de 2015, a quinta avaliação do desempenho económico de Moçambique ao abrigo do programa apoiado pelo Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI, na sigla em inglês).¹

Ao concluir a avaliação, o Conselho de Administração aprovou o pedido das autoridades de dispensa e modificação de três critérios de avaliação relativos ao final de Dezembro de 2015 para ter em conta a evolução da conjuntura e a revisão das projecções microeconómicas.

O Conselho aprovou também o pedido de Moçambique de um acordo no montante de DSE 204,5 milhões (cerca de USD 282,9 milhões) ao abrigo da Facilidade de Crédito Stand-By (SCF, na sigla em inglês) em complemento ao PSI para incrementar as reservas e manter a estabilidade macroeconómica. O primeiro desembolso, no montante de DSE 85,2 milhões (cerca de USD 117,9 milhões), estará disponível imediatamente. O objectivo do acordo SCF é aliviar o impacto de choques externos sobre a balança de pagamentos e, por intermédio do reforço da estabilidade macroeconómica, alcançar as metas do governo em matéria de redução da pobreza e crescimento inclusivo.

O Conselho de Administração aprovou o acordo PSI de Moçambique em 24 de Junho de 2013 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 13/231](#)).

Ao concluírem-se as discussões, o Sr. Min Zhu, Subdiretor-Geral e presidente em exercício do Conselho, fez o seguinte pronunciamento:

¹ O PSI é um instrumento do FMI concebido para países que não necessitam de apoio financeiro à balança de pagamentos. O PSI ajuda os países a elaborar programas económicos eficazes que, uma vez aprovados pelo Conselho de Administração do FMI, são acolhidos por doadores, bancos multilaterais de desenvolvimento e mercados como um sinal de que o Fundo endossa as políticas do país membro (ver <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/psi.htm>). Mais pormenores sobre o programa PSI de Moçambique podem ser consultados em <http://www.imf.org/mozambique>.

“A despeito dos desafios, o crescimento económico de Moçambique permanece robusto e a inflação continua baixa. Contudo, a descida dos preços das matérias-primas e a redução na entrada de divisas produziram um défice temporário na balança de pagamentos. As autoridades aplicaram medidas judiciosas de políticas para preservar a estabilidade macroeconómica. A manutenção de políticas prudentes no âmbito do acordo SCF será essencial para garantir a sustentabilidade da dívida, proteger contra choques externos e promover o crescimento vigoroso e inclusivo.

“As medidas correctivas iniciais tomadas pelas autoridades, nomeadamente a redução do défice orçamental em 2016 e o aperto da orientação da política monetária em 2015, bem como a reforma do mercado cambial, devem ajudar a estabilizar a economia. A execução rigorosa do orçamento, o reforço da gestão do IVA, a monitoria estrita dos riscos fiscais e a manutenção da flexibilidade cambial serão fundamentais para restaurar a estabilidade macroeconómica. O banco central deve estar pronto para tornar as condições de liquidez ainda mais restritivas, se necessário. Deve-se dar prioridade ao plano de acção para melhorar a rendibilidade da EMATUM – Empresa Moçambicana de Atum, a fim de reduzir o risco que esta representa para o orçamento do Estado.

“Foram feitos progressos significativos nas reformas estruturais. Para que o crescimento vigoroso de Moçambique se torne mais inclusivo e de bases mais alargadas, a agenda de reformas terá de concentrar-se na melhoria da gestão financeira pública, nomeadamente no que respeita aos controlos sobre o orçamento e à transparência fiscal, e no desenvolvimento do quadro institucional e das capacidades para a gestão da riqueza em recursos naturais. Deve-se também dar prioridade à reforma do sector energético, à melhoria do acesso aos serviços financeiros e ao fortalecimento do ambiente de negócios. Será também fundamental contar com uma estratégia sólida de gestão da dívida para abordar os desafios dos consideráveis défices infraestruturais numa altura em que as vulnerabilidades em relação à dívida estão a aumentar.”

O Conselho de Administração concluiu também a consulta de 2015 com Moçambique ao abrigo do Artigo IV.

Não obstante a descida dos preços das matérias-primas e uma conjuntura mundial enfraquecida, as perspectivas económicas de Moçambique permanecem positivas, em vista dos investimentos maciços planeados no sector de recursos naturais. Embora o PIB tenha crescido 7%, em média, nos últimos cinco anos, o rendimento per capita (USD 624 em 2014) e o índice de desenvolvimento humano (178ª posição entre 187 países) do país continuam baixos. É preciso prosseguir na aplicação de políticas que apoiem a sustentabilidade orçamental, o investimento em infraestruturas e o crescimento inclusivo.

As perspectivas económicas de Moçambique continuam robustas. Prevê-se um crescimento de 6,3% em 2015 e 6,5% em 2016, ainda abaixo do potencial, sobretudo em razão da estagnação no sector mineiro e do aperto substancial das políticas orçamental e monetária.

A médio prazo, projecta-se a recuperação do crescimento para 7,5–8%, suportada pelos investimentos maciços em projectos de gás natural e pelo aumento da produção de carvão, caso possam ser concluídos os acordos chave para o desenvolvimento dos sectores de carvão e gás. Prevê-se a subida da inflação para níveis próximos à meta do BM a médio prazo, de 5–6%, devido à depreciação recente do metical e aos ajustamentos dos preços administrados.

As pressões sobre a balança de pagamentos estão a aumentar e a taxa de câmbio sofreu uma forte depreciação. Embora o saldo global da conta corrente esteja a melhorar face ao declínio dos investimentos em megaprojectos, que são intensivos em importações (com o final da fase de prospecção de gás), o saldo da conta corrente não relacionada aos megaprojectos continuou a piorar, agravando as pressões no mercado cambial. Tais pressões começaram a ser sentidas no final de 2014 e início de 2015, abrandaram entre Abril e Julho e ressurgiram desde então. O défice da conta corrente não relacionada aos megaprojectos é o principal factor por detrás dessas pressões no mercado cambial interno. Entre Julho de 2014 e Junho de 2015, o défice cresceu USD 1,7 mil milhões em comparação aos 12 meses anteriores. Esta deterioração foi causada pela descida dos preços das matérias-primas e a redução do IDE e da ajuda financeira externa, enquanto as importações mantiveram o dinamismo graças à forte procura interna alimentada pelas políticas orçamentais e monetárias expansionistas. A depreciação do metical não teve, até à altura, um impacto perceptível na procura de importações.

O novo governo prosseguiu na consolidação orçamental acordada nos termos do programa PSI. Após algumas derrapagens orçamentais em 2014 ligadas às eleições, o orçamento de 2015 começou a colocar as finanças públicas numa trajetória mais sustentável, através da redução da despesa pública em cerca de 1,5% do PIB (excluindo fatores pontuais em 2014). O principal objectivo da política orçamental em 2016 será garantir a sustentabilidade da dívida e contribuir para o ajustamento externo necessário.

Avaliação do Conselho de Administração²

Os Administradores referiram que, embora o crescimento económico de Moçambique permaneça robusto, a descida dos preços das matérias-primas e o declínio do investimento direto estrangeiro e do apoio dos doadores tiveram um impacto negativo sobre a economia e produziram um défice temporário na balança de pagamentos. Louvaram as medidas tomadas pelas autoridades para preservar a estabilidade macroeconómica e concordaram que a manutenção do forte compromisso com políticas prudentes e com reformas estruturais de

² Concluídas as discussões, a Directora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. O *link* a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:
<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/misc/qualifiersp.pdf>.

fundo no âmbito do programa apoiado pelo FMI é essencial para reduzir as vulnerabilidades e fomentar o crescimento sustentável e inclusivo.

Os Administradores apoiaram a orientação mais restritiva da política monetária e incentivaram as autoridades a tomar novas medidas, conforme necessário, para conter as pressões inflacionistas e melhorar as condições no mercado cambial. A manutenção da flexibilidade cambial ajudará a salvaguardar as reservas internacionais e absorver o impacto dos choques externos. Os Administradores apoiaram ainda os esforços para fortalecer o sector financeiro e incentivaram as autoridades a aplicar de forma cabal a sua Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, de modo a facilitar o acesso das pequenas e médias empresas aos serviços financeiros.

Os Administradores elogiaram a decisão das autoridades de reduzir consideravelmente o endividamento externo em vista do agravamento dos riscos de sobre-endividamento. Para o futuro, recomenda-se rigor na execução do orçamento por meio do reforço da gestão do IVA, controlo da expansão da massa salarial e monitoria estreita dos riscos fiscais, sobretudo os que decorrem das garantias do Estado e das operações das empresas públicas. Os Administradores vincaram a necessidade urgente de formular um plano de ação para melhorar a rendibilidade da EMATUM.

Os Administradores louvaram os progressos nas reformas estruturais, inclusivamente a legislação das minas e hidrocarbonetos, que deve facilitar novos investimentos nos grandes projectos de gás natural. Incentivaram a ênfase renovada no aperfeiçoamento dos controlos orçamentais e na transparência fiscal, bem como o desenvolvimento do quadro institucional e das capacidades para a gestão da riqueza em recursos naturais. Acolheram positivamente os ajustamentos recentes nas tarifas de electricidade e aconselharam as autoridades a acelerar a reforma dos subsídios aos combustíveis, mantendo a proteção aos segmentos mais vulneráveis da população.

Os Administradores salientaram que promover a inclusão financeira e melhorar o ambiente de negócios contribuiriam para tornar o crescimento robusto de Moçambique mais inclusivo e de bases alargadas. Apelaram para maior ênfase no uso eficaz dos recursos públicos, transparência na análise e priorização dos projectos de investimento e vigor na estratégia de gestão da dívida, tendo em vista os défices infraestruturais significativos e o aumento das vulnerabilidades em relação à dívida.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3 de Dezembro de 2015

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2015 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUINTA AVALIAÇÃO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA, PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PEDIDO DE UM ACORDO DE 18 MESES AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO STAND-BY

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto e desafios em matéria de políticas de curto prazo. Apesar da desaceleração, o crescimento ainda mantém-se robusto (na ordem dos 6-7% em 2015-16) e a inflação permanece baixa. Contudo, a economia está a ser cada vez mais afectada pelos baixos preços das matérias-primas e o declínio no influxo de divisas. Isto gerou uma lacuna na balança de pagamentos e uma depreciação cambial considerável. Apesar dos compromissos de política económica assumidos por ocasião da quarta avaliação terem sido cumpridos, o desempenho no âmbito do PSI não foi satisfatório, as RIL registaram uma queda significativa devido a choques externos e três critérios de avaliação quantitativos não foram cumpridos no final de Junho de 2015. O aperto da política monetária foi implementado com atraso, apesar das perdas de RIL, e acabou por não ser suficiente. Houve avanços nas reformas estruturais, apesar de alguns atrasos na sua implementação. Face a este cenário, as autoridades solicitaram um acordo ao abrigo da Linha de Crédito Stand-by (SCF) apoiado por um forte pacote de políticas de medidas correctivas que incluem um maior ajustamento orçamental, a manutenção da flexibilidade cambial e gestão de liquidez rigorosa. Estas medidas são essenciais no curto prazo para preservar a estabilidade macroeconómica, melhorar o nível de reservas internacionais e continuar a atrair investimento estrangeiro (inclusivamente nos sectores de petróleo e gás) para apoiar o crescimento. As principais prioridades de reforma estrutural são a melhoria da administração do IVA, reforço da capacidade de gestão transparente do investimento público e o aprofundamento das reformas do sector financeiro.

Reformas a médio prazo. Manter a disciplina orçamental será essencial para preservar a sustentabilidade da dívida. Isto exigirá medidas para conter as actuais pressões de despesa e mais rigor e transparência na análise e na selecção de projectos de investimento público. A implementação das reformas estruturais centradas na gestão das finanças públicas e dos recursos naturais, na modernização do quadro de política monetária e na melhoria do ambiente de negócios deverá ser firme para sustentar o crescimento e torná-lo mais inclusivo.

O corpo técnico apoia a conclusão da avaliação e o pedido de acordo SCF (180% da quota ou cerca de USD 285 milhões, com um primeiro desembolso de 75% da quota ou cerca de USD 120 milhões). Apesar do desempenho quantitativo não ter sido satisfatório, a implementação da agenda de reformas estruturais é adequada, tendo em conta as limitações de capacidade existentes. O novo governo também demonstrou um forte empenho no ajustamento de políticas, inclusivamente através da consolidação fiscal no orçamento de 2016, ajustamentos dos instrumentos de política monetária no final de 2015 e novos compromissos para ampliar as reformas estruturais.

Aprovado por
**David Owen e Steve
Barnett**

Uma equipa formada pelo Sr. Lazare (chefe da missão), os Srs. Inui, Medina, Xiao (todos AFR) e Henn (SPR) esteve em Maputo entre os dias 14 e 28 de Outubro de 2015. A missão reuniu-se com os Ministros Maleiane (Economia e Finanças), Couto (Recursos Naturais e Energia), o Governador Gove do Banco de Moçambique e outras autoridades. A missão reuniu-se também com parceiros de desenvolvimento e representantes da sociedade civil e do sector privado. O Sr. Segura-Ubierno (representante residente), a Sra. Palacio e os Srs. Simione e Sousa (do gabinete do representante residente) prestaram apoio à missão.

ÍNDICE

CONTEXTO	5
DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E DESEMPENHO DO PROGRAMA	6
PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS	13
A. Perspectivas e Riscos	13
B. Desafio a Curto Prazo: Reagir aos Choques de Balança de Pagamentos	16
C. Reformas de Médio Prazo: Fortalecer as Instituições e Preparar-se para a Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais	22
QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA	26
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	28
FIGURAS	
1. Impacto dos Acontecimentos Mundiais	9
2. Inflação e Evolução Monetária	10
3. Principais Desenvolvimentos do Sector Externo	11
4. Moçambique: Evolução Orçamental	12
CAIXAS	
1. Matriz de Avaliação de Riscos	15
2. Impacto de Choques Externos	17
TABELAS	
1. Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2012-20	31
2. Finanças Públicas, 2012-16	32
3. Finanças Públicas, 2012-20	33
4. Síntese Monetária, 2012-16	34
5. Balança de Pagamentos, 2012-20	35
6. Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, 2009-15	36
7. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2012-20	37
8. Tabela Resumo do Programa de Empréstimos Externos Projectados	38

9. Tipo de Nova Dívida Externa, USD milhões	39
10. Desembolsos e Datas das Avaliações no Âmbito do Acordo SCF1	40
11. Indicadores da Capacidade de Pagamento ao FMI	41

ANEXO

I. Avaliação do Equilíbrio Externo	46
------------------------------------	----

APÊNDICES

Anexo 2. Memorando Técnico de Entendimento	49
Anexo I. Memorando de Política Económicas e Financeiras	51
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	71

CONTEXTO

1. Apesar da redução dos preços das matérias-primas e da deterioração da conjuntura mundial, as perspectivas económicas de Moçambique mantêm-se positivas dado o investimento maciço em recursos naturais. Não obstante o crescimento do PIB nos últimos anos ter sido de 7% em média, o rendimento per capita do país (USD 624 em 2014) e o índice de desenvolvimento humano (178º entre 187 países) permanecem baixos. É preciso continuar a implementar políticas de apoio à sustentabilidade orçamental, ao investimento em infraestruturas e ao crescimento inclusivo. A médio prazo, deverão ser intensificados os esforços para desenvolver um quadro sólido de gestão dos recursos naturais.

2. A tensão política continua a ser um factor de risco. O facto de não se encontrar uma solução permanente para a crescente tensão entre a Frelimo, o partido no poder, e o principal partido de oposição (Renamo), que exige uma maior descentralização política, poderá ter um efeito negativo sobre o ambiente de negócios. Apesar do risco de retorno à guerra civil ser baixo, a tentativa do governo de desarmar a Renamo resultou em confrontos violentos com a polícia. Negociações pacíficas são essenciais para preservar a estabilidade macroeconómica e a confiança dos investidores, numa altura em que Moçambique enfrenta novos desafios económicos.

3. Após as derrapagens das políticas económicas em 2014, a economia foi fortemente afectada pela queda dos preços das matérias-primas e declínio das entradas de divisas. Isto provocou a queda do crescimento das exportações e das reservas internacionais líquidas (RIL) e causou uma forte depreciação do metical em relação ao dólar. Apesar das autoridades terem aumentado o rigor da orientação das políticas orçamental e monetária após a quarta avaliação ao abrigo do PSI, novas pressões de mercado resultaram numa maior depreciação do metical (ver parágrafo 7) e redução das RIL. Como resultado, as autoridades solicitaram uma Linha de Crédito Stand-by (SCF) para complementar o PSI e, deste modo, fazer face a actual necessidade de financiamento da balança de pagamentos (BP) e apoiar as reservas, o que também transmitiria um sinal forte aos mercados sobre a intenção das autoridades de estabilizar a situação económica e financeira.

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio					AS
	1995	2005	2010	2014 ²	2015 Est.
População (milhões)	16	21	24	27	918 ³
Incid. de pobreza segundo o inquérito nacional aos agr. familiares ¹	68	56	52
<i>Do qual: rural</i>	...	55	57
<i>Do qual: urbana</i>	...	52	50
PIB per capita (USD constantes de 2005)	189	311	371	439	...
Rácio de matrículas no ensino primário (percentagem do líquido)	44	75	89	87	80
Rácio: raparigas/rapazes no ensino primário/secundário (%)	75	84	89	91	...
Taxa de mortalidade, menores de 5 anos (por mil)	215	134	103	81	86
Prevalência do VIH, total (% da população de 15 a 49 anos)	5	11	11	11	...
Acesso a fontes de água melhorada (percentagem da população)	37	45	49	51	68

Fonte: Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

¹ Revisto: Linha nacional de pobreza baseada no cabaz de 1996/97 com 13 deflatores de preço locais e re-estimação parcial com dados de 2002/03 e 2008/09. (Fonte: Banco Mundial, *Pobreza em Moçambique: Nova Evidência dos Recente Inquéritos aos Agregados Familiares*, Outubro de 2012).

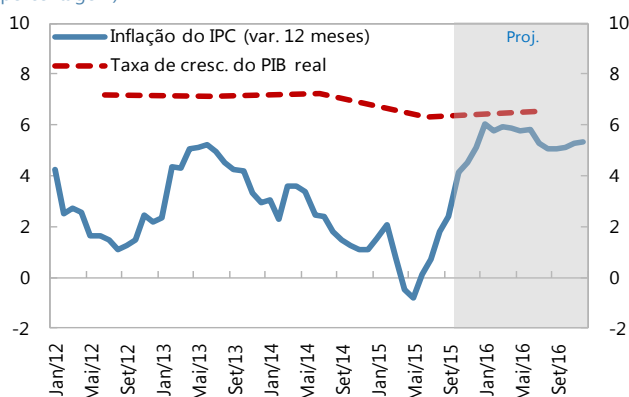
² Os dados em itálico referem-se a 2013.

³ WEO, *World Economic Outlook*, Outubro de 2015.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E DESEMPENHO DO PROGRAMA

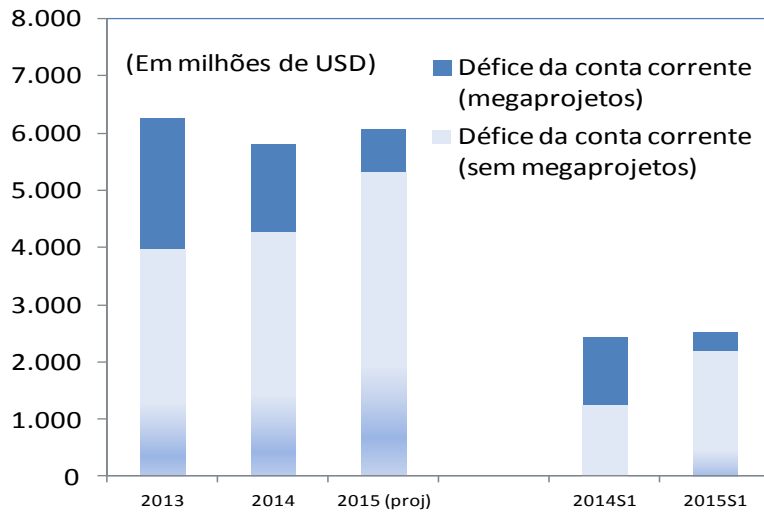
4. Um forte crescimento e inflação baixa foram mantidos em 2015, embora ligeiramente abaixo das médias históricas. O crescimento desacelerou para 6,3% na primeira metade do ano, devido às cheias observadas no início de 2015, o abrandamento no sector extractivo reflexo da baixa dos preços internacionais das matérias-primas, e o atraso na aprovação do orçamento de 2015. Apesar da considerável depreciação do metical frente ao dólar, a inflação nos últimos 12 meses foi de 2,4% em Setembro, reflexo de uma depreciação mais moderada frente ao rand sul-africano, baixos preços dos alimentos e estabilidade dos preços administrados (combustíveis, transportes públicos e serviços públicos). É provável que a depreciação e os aumentos de preços administrados (pão e electricidade) em Outubro e Novembro elevem a inflação no final de 2015 para cerca de 5%.

Moçambique: Cresc. do PIB e inflação projetada
(percentagem)

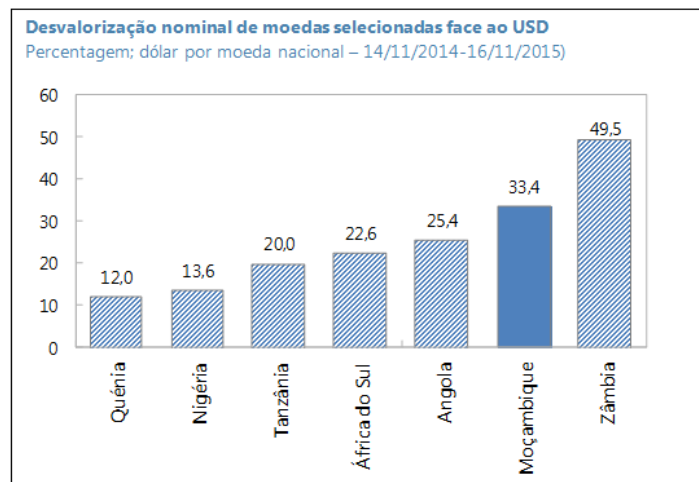


5. O novo governo está a implementar a consolidação orçamental acordada no âmbito do programa PSI. Após as derrapagens orçamentais associadas às eleições em 2014, o orçamento de 2015 começou a traçar um perfil mais sustentável às finanças públicas através da redução da despesa pública em cerca de 1,5% do PIB (excluindo os factores pontuais de 2014). Nos primeiros nove meses do ano, a despesa ficou, de forma geral, em linha com as metas do programa, enquanto as receitas tiveram um desempenho ligeiramente inferior. Contudo, em Junho o governo pagou USD 100 milhões (0,6% do PIB) aos distribuidores de combustíveis numa prestação única para compensá-los pelas perdas passadas geradas pelos preços regulados, o que reflectiu a suborçamentação dos subsídios aos combustíveis. Ademais, atrasos nos fluxos de doadores e o facto do grosso dos títulos públicos recebidos pelas

empresas como reembolsos de créditos do IVA pendentes (MT 8,2 mil milhões) ter sido descontado, elevaram o crédito líquido ao governo (CLG) acima da meta do final de Junho e Setembro. Contudo, o governo manifestou empenho em limitar a despesa no último trimestre para assegurar que as metas orçamentais do programa e os limites máximos de CLG serão cumpridos. Isto será possível se os fluxos de doadores para o resto do ano ocorrerem como previsto.



6. Apesar da conta corrente global estar a melhorar devido ao declínio nos investimentos em megaprojectos dependentes de importações (devido ao fim da fase de exploração de gás), a conta corrente não relacionada aos megaprojectos continuou a se deteriorar, intensificando as pressões sobre o mercado cambial. Estas pressões, sentidas pela primeira vez no final de 2014 e início de 2015, diminuíram entre Abril e Julho, tendo ressurgido desde então. O défice da conta corrente não relacionada aos megaprojectos influencia fortemente estas pressões no mercado cambial interno.¹ Entre Julho de 2014 e Junho de 2015, o défice da conta corrente se deteriorou em USD 1,7 mil milhões face



¹ As entradas de capital associadas aos megaprojectos costumam ser utilizadas para financiar importações. Em muitos casos os megaprojectos gozam de tratamento especial a luz da legislação cambial e, nalguns casos, têm permissão para manter os seus ganhos em dólar no estrangeiro.

aos 12 meses anteriores. Esta deterioração foi causada pelos baixos preços das matérias-primas e a queda do IDE e da ajuda externa, enquanto o ritmo das importações se mantinha dinâmico devido à forte procura interna, alimentada por políticas orçamental e monetária expansionistas. Até recentemente a depreciação do metical não teve um impacto perceptível na procura por importações.

7. As reservas internacionais líquidas (RIL) do Banco de Moçambique (BM) continuaram a diminuir. Numa tentativa de estabilizar o mercado cambial, o BM interveio fortemente no final de 2014 e início de 2015, o que provocou uma queda de USD 700 milhões nas RIL. O BM praticamente deixou de intervir desde Abril e permitiu o ajuste da taxa de câmbio (com uma desvalorização homóloga de 33% desde meados de Novembro de 2015, a segunda maior entre os países da África Subsariana no mesmo período), mas o seu antigo compromisso de fornecer dólares para cobrir as importações de combustíveis² e o pagamento pelo governo do serviço da dívida da EMATUM a vencer em Setembro fizeram com que as RIL caíssem para USD 2,1 mil milhões no final de Outubro.³ O BM manteve o crescimento da base monetária de acordo com os compromissos da quarta avaliação do PSI, o que provocou uma desaceleração gradual do crescimento do crédito, para 23% em Setembro contra 28% no final de 2014.

8. O desempenho no âmbito do PSI até Setembro de 2015 foi pouco satisfatório.

Os critérios de avaliação e metas indicativas referentes ao CLG, RIL, atrasados externos e receitas de governo para Junho e Setembro não foram cumpridos (ver acima), enquanto os referentes à base monetária, empréstimos não concessionais e montante da dívida externa de curto prazo foram cumpridos. A agenda de reformas estruturais está a ser implementada conforme previsto: dos dez indicadores de referência estruturais a vencer até Janeiro de 2016, três foram cumpridos, três foram concluídos com ligeiro atraso, dois deverão ser cumpridos dentro do prazo e os outros dois têm sofrido alguns atrasos (ver parágrafo 42).

Desempenho do Programa

	Jun/2015	Set/2015
	CA	MI
Critérios de avaliação		
Crédito líquido ao governo	▲	▲
Base monetária	●	●
Reservas internacionais líquidas	▲	▲
Dívida externa não concessional	●	●
Dívida externa pública de curto prazo	●	●
Atrasados de pagamentos externos	▲	▲
Metas indicativas		
Receita pública	▲	▲
Despesa prioritária

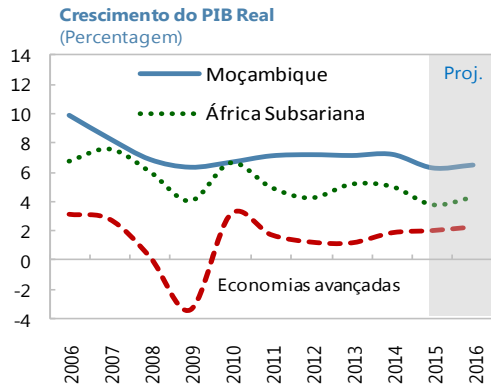
● cumprido ▲ não cumprido

² Este compromisso foi assumido pelo BM na época da crise mundial de 2008-09 para incutir confiança no mercado cambial que ainda é incipiente.

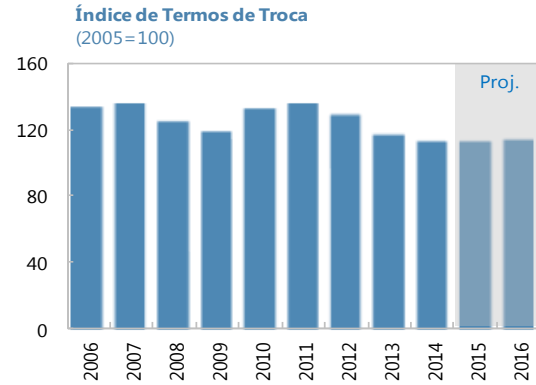
³ O governo garantiu USD 850 milhões em obrigações emitidas pela empresa pública EMATUM. Este empréstimo financiou a compra de barcos de pesca do atum e equipamento de segurança marítima. Posteriormente, USD 500 milhões de um total de USD 850 milhões foram incorporados ao orçamento e tornaram-se dívida pública de responsabilidade do Tesouro. O restante (USD 350 milhões) continua no balanço da EMATUM.

Figura 1. Moçambique: Impacto dos Acontecimentos Mundiais

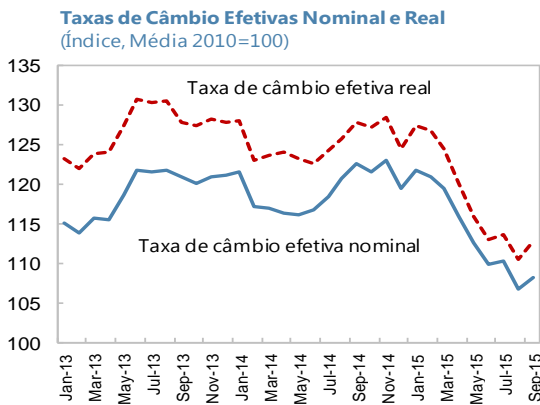
As perspectivas de Moçambique permanecem robustas, com melhor desempenho do que outros países da AS.



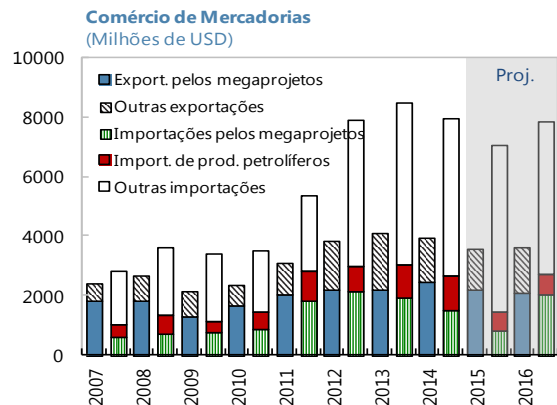
Os ganhos nos termos de troca estão a inverter-se desde 2011 devido à descida dos preços internac. das matérias-primas...



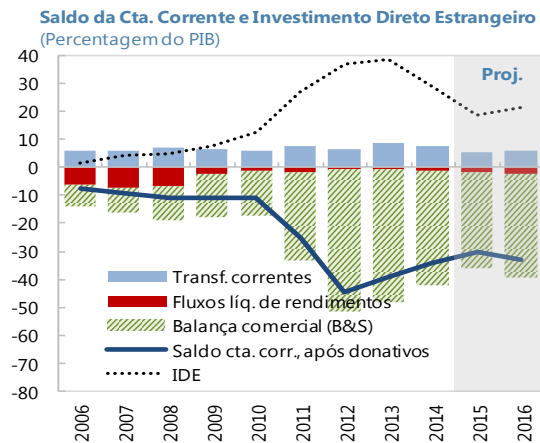
...enquanto o metical se depreciou acentuadamente desde o início de 2015.



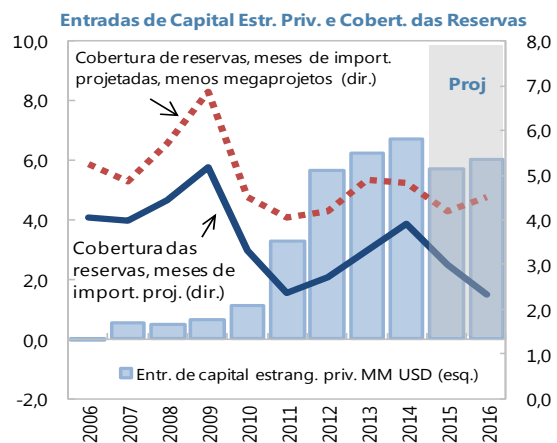
Apesar da redução do défice comercial global, o défice não rel. aos megaprojetos aumentou devido à queda do preço das export. e à magnitude das import. de combustíveis.



O défice da conta corrente continua substancial, mas ainda reflecte a magnitude de investimentos consideráveis no sector extractivo desde 2011-12.



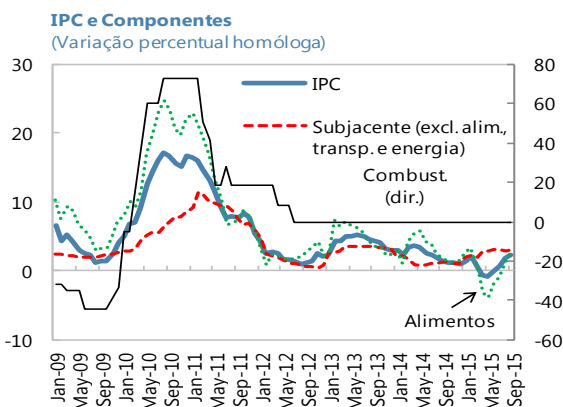
A cobertura total das reservas registou forte queda em 2014, mas um declínio acentuado nas import. dos megaprojectos manteve a cobertura de reservas (excl. megaprojetos) num nível razoável.



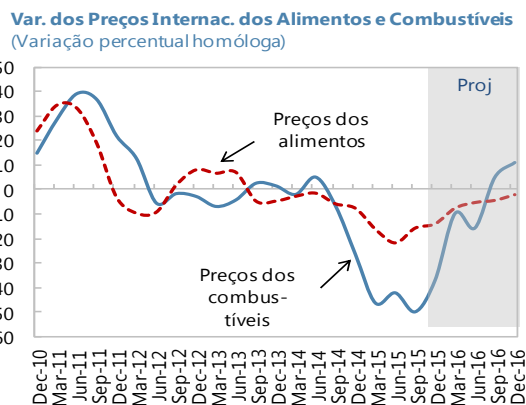
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Moçambique: Inflação e Evolução Monetária

A inflação permanece sob controlo desde 2012...

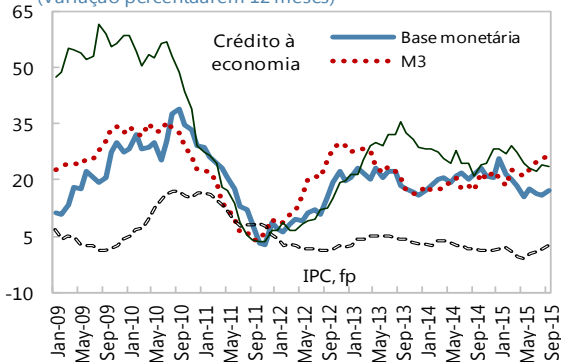


apoiada pela evolução favorável dos preços internacionais dos alimentos.



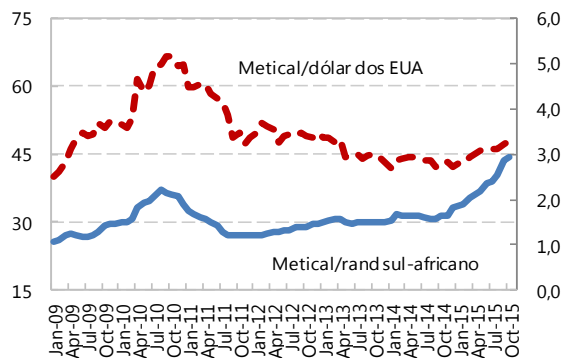
O forte crescimento do crédito ao sector privado é sinal de desenvolvimento financeiro, mas o crescimento monetário desde 2012 pode ter agravado a inflação e aumentado a procura por importações.

Moeda, Crédito e Inflação
(Variação percentual em 12 meses)



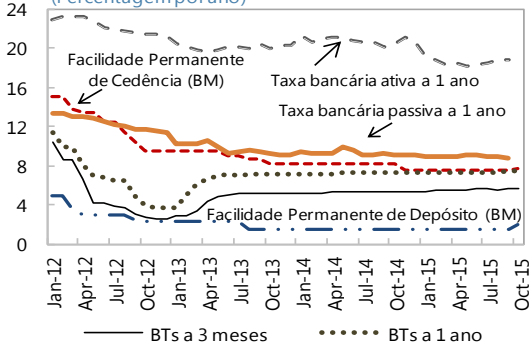
A taxa de câmbio MT/USD começou a se depreciar no quarto trimestre de 2014, mas a taxa de câmbio face ao rand permaneceu estável.

Taxas de Câmbio Bilaterais



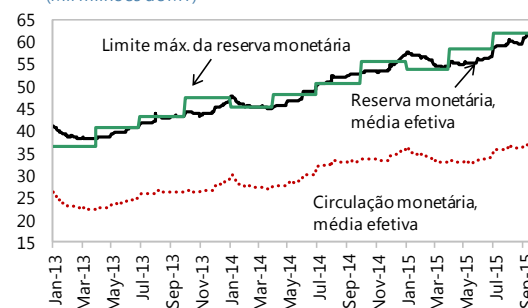
As taxas directoras do BM e as taxas dos BTs permaneceram estáveis até o banco central aumentar as taxas directoras em Outubro.

Taxas de Juro
(Porcentagem por ano)



A gestão de liquidez do BM manteve a base monetária abaixo da meta do programa em Setembro de 2015.

Reserva Monetária
(Mil milhões de MT)

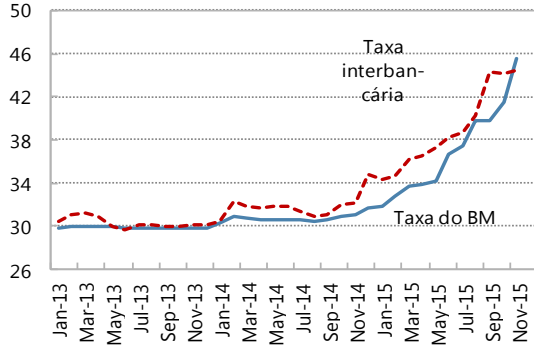


Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Moçambique: Principais Desenvolvimentos do Sector Externo

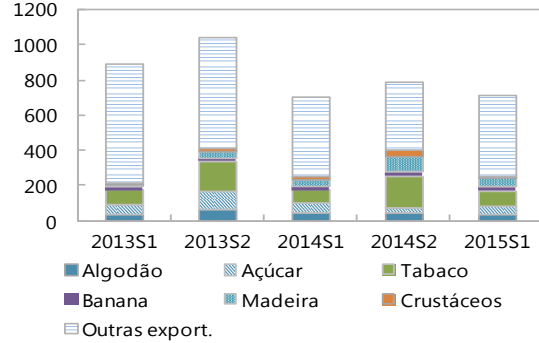
Surgiram pressões cambiais substanciais no mercado de divisas no quarto trimestre de 2014...

Taxa de Câmbio Nominal
(Metical/USD)



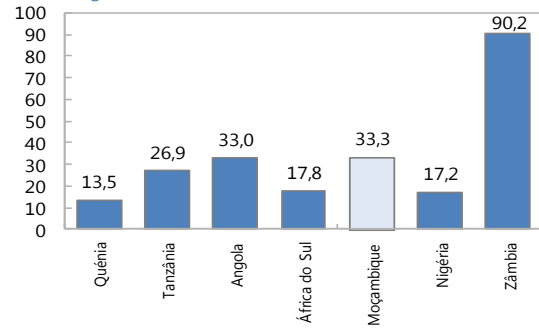
... em parte devido a uma queda substancial nas exportações tradicionais...

Principais Exportações Tradicionais
(Milhões de USD)



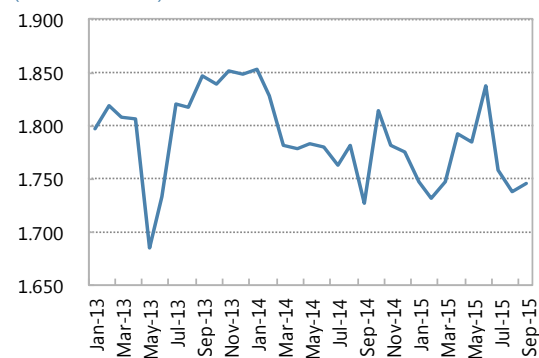
... e em parte como reflexo do fortalecimento mundial do dólar, ...

Desvaloriz. nominal de moedas selecionadas face ao USD
(Porcentagem; entre dezembro de 2014 e outubro de 2015)



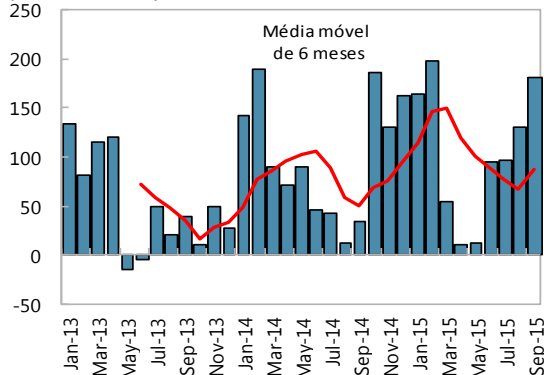
... enquanto os depósitos em dólares no sistema bancário permaneceram basicamente estáveis.

Depósitos Bancários em Moeda Estrangeira
(Milhões de USD)



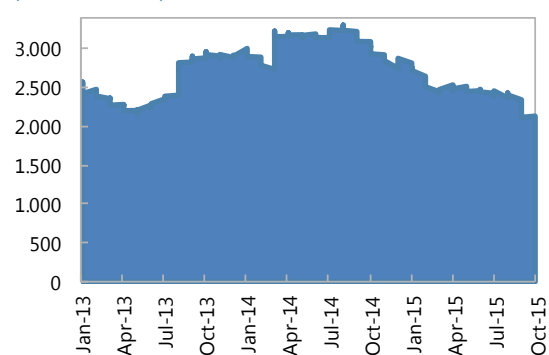
A recente intervenção do banco central deveu-se sobretudo ao seu compromisso de financiar as importações de combustíveis...

Vendas Líquidas de Moeda Estrangeira do Banco Central
(Milhões de USD)



... mas o nível das reservas internacionais continuou a cair.

Reservas Internacionais Líquidas
(Milhões de USD)

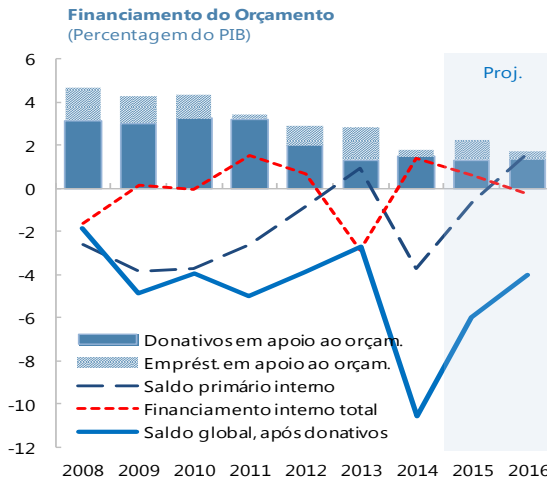
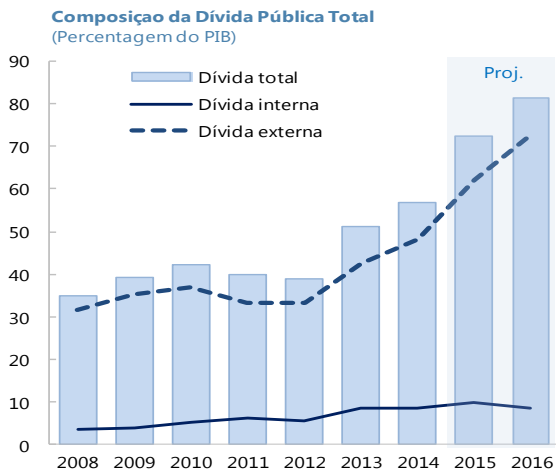


Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 4. Moçambique: Evolução Orçamental

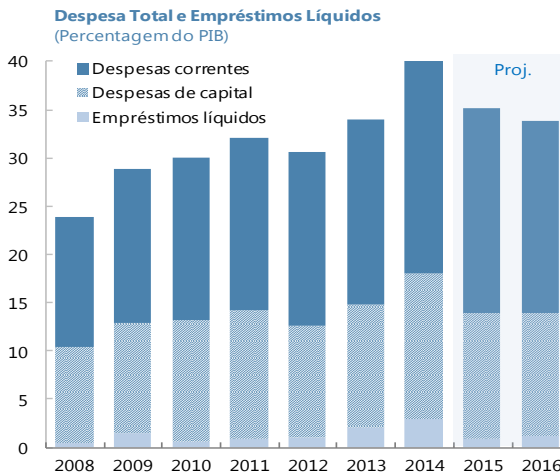
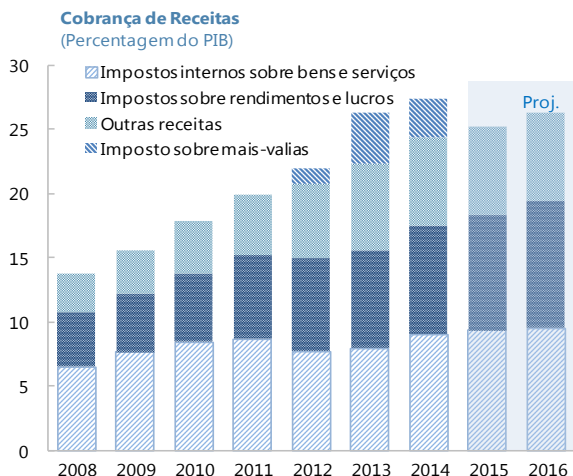
A dívida pública continuou a crescer, apesar dos aumentos de 2015-16 serem motivados sobretudo pela depreciação do metical.

A consolidação orçamental começou em 2015 após a forte deterioração da orientação fiscal em 2014...



...quando as grandes receitas pontuais no período de 2013-2014...

... foram utilizadas para financiar o crescimento acentuado das despesas.



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS

As discussões centraram-se no ajustamento do pacote de políticas que sustenta o acordo SCF de 18 meses em resposta aos choques externos temporários e às necessidades da balança de pagamentos. O acordo SCF irá complementar e não substituir o actual PSI. No que respeita aos problemas de supervisão, as discussões centraram-se nas políticas de médio prazo para alcançar a consolidação orçamental, manter um nível suficiente de reservas internacionais, fortalecer a capacidade de gestão da riqueza dos recursos naturais e revitalizar a agenda de reformas estruturais para promover o crescimento inclusivo e o desenvolvimento do sector financeiro.

A. Perspectivas e Riscos

9. As perspectivas económicas de Moçambique continuam favoráveis. A previsão de crescimento é de 6,3% em 2015 (uma revisão em baixa de 0,7%) e 6,5% em 2016, ainda abaixo do seu potencial, devido sobretudo à estagnação do sector extractivo e às políticas orçamental e monetária mais restritivas. A médio prazo, a projecção de crescimento é de 7,5 a 8%, apoiado pelo investimento maciço em projectos de gás natural e pelo aumento da produção de carvão se forem firmados contratos-chave para o desenvolvimento do sector de carvão e gás.⁴ A inflação deverá aumentar para o intervalo médio do BM, de 5-6%, devido à recente depreciação do metical e aos ajustamentos dos preços administrados.⁵

MEFP ¶14

Moçambique: Indicadores do Sector Mineiro

	2002-11	2012	2013	2014	2015	2016
	Média				Proj.	Proj.
	(Em %, salvo indicação em contrário)					
PIB mineiro (nominal, em MT milhões)	3.301	13.081	15.230	24.921	28.235	32.743
PIB mineiro (quota no PIB nominal total)	1,2	3,0	3,2	4,7	4,7	4,9
Crescimento real do sector mineiro	20,9	67,9	15,7	43,7	7,8	9,8
Contrib. do sector para o cresc. do PIB total (em pontos percentuais)	0,2	1,1	0,4	1,2	0,3	0,4
<i>Por memória:</i>						
Crescimento total do PIB real	7,7	7,2	7,1	7,2	6,3	6,5
Cresc. do PIB real não mineiro	7,6	6,2	6,9	6,2	6,2	6,4

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FML

10. Os riscos económicos são substanciais. No curto prazo, a construção de fábricas de gás natural liquefeito (GNL) poderá sofrer atrasos significativos se as actuais negociações entre as autoridades e as empresas de gás não forem concluídas até ao fim do ano. No longo prazo, a continuação dos baixos preços internacionais das matérias-primas e da desaceleração na China e em outras economias importantes poderá atrasar a expansão de projectos de mineração de carvão e prejudicar o crescimento. Caso estes riscos se concretizem, a recuperação do crescimento para 7 e

⁴ No sector de gás natural, estes acordos entre o governo e concessionários gerariam IDE em instalações de processamento de GNL (a partir da segunda metade de 2016) e preparariam o terreno para as exportações de GNL até 2021. No sector do carvão, será preciso firmar contratos para desbloquear o financiamento para a conclusão do corredor ferroviário de Nacala, que triplicará o volume de exportação do produto até 2017. No final de Outubro, as negociações entre o governo e os investidores avançavam a bom ritmo.

⁵ Os preços do pão foram ajustados em Outubro e os da electricidade em Novembro, com uma elevação média estimada de cerca de 20% no último caso.

8% poderá demorar vários anos, apesar de que o mesmo permanecerá acima de 6% devido ao crescimento previsto em sectores não extractivos. Como risco extremo, a baixa dos preços internacionais do gás poderá provocar atrasos significativos em projectos do sector durante vários anos, apesar das empresas de petróleo e gás se manterem confiantes na viabilidade dos seus projectos.⁶ Ademais, as novas concessões outorgadas em Outubro de 2015 poderão gerar investimento adicional no sector de petróleo e gás.

11. A depreciação do metical realçou a vulnerabilidade da dívida de Moçambique, sugerindo a necessidade de cautela com futuros empréstimos. Com a maioria da dívida pública emitida em moeda estrangeira, a depreciação aumentou o valor presente da dívida externa para quase 40% do PIB no final de 2015 (contra 30% no final de 2014). A ASD actualizada mostra que a classificação da dívida externa de Moçambique continua moderada, mas os indicadores de nível de dívida aproximaram-se da classificação de alto risco e o risco da dívida pública global tornou-se mais elevado.⁷ Manter a sustentabilidade da dívida exigirá forte disciplina orçamental, coerente com o programa das autoridades, um foco acrescido na contratação de dívida sobretudo em condições concessionais e a maior priorização dos projectos de investimento. Tal priorização também é importante dado que o serviço da dívida aumentou drasticamente com o início da amortização da dívida da EMATUM, apesar de em geral esta ser controlável. O valor presente da dívida deverá diminuir para menos de 40% do PIB em 2016-19, antes de cair abaixo de 20% até meados da década de 2020 devido à elevação do PIB (produção de GNL).

⁶ Os consideráveis défices de conta corrente projectados a médio prazo são motivados pelos grandes projectos de gás financiados por IDE e dívida privada. Não representarão um risco significativo para a balança de pagamentos dado que as respectivas importações são financiadas directamente por estas entradas.

⁷ O Quadro de Sustentabilidade da Dívida aplica um método baseado nas probabilidades de incumprimento em casos limite dentro duma banda de +/- 5% dos valores limiares. De acordo com este método alternativo, a probabilidade de incumprimento de Moçambique é claramente moderada, o que significa a manutenção da sua classificação global moderada.

Caixa 1. Moçambique: Matriz de Avaliação de Riscos¹

Natureza/Fonte de Risco	Probabilidade nos próximos três anos (B, M, A)	Impacto esperado sobre a economia (B, M, A)	Horizonte Temporal	Respostas de Políticas
Externa				
Período prolongado de crescimento mais baixo nas principais economias desenvolvidas e emergentes	M	A	Curto prazo	Acelerar as políticas para diversificar exportações e reformas estruturais para promover a competitividade
Desaceleração acentuada do crescimento e riscos financeiros na China	B	B	Curto prazo	Acelerar as políticas para diversificar exportações e reformas estruturais para promover a competitividade
Persistência de baixos preços mundiais das matérias-primas afetando as exportações moçambicanas (sobretudo carvão e gás)	M	M	Médio prazo	Flexibilidade da taxa de câmbio como primeira linha de defesa e estabilizadores automáticos enquanto se preserva a sustentabilidade da dívida
Interna				
Atraso significativo dos projetos de GNL	B	A	Curto prazo	Política orçamental prudente para manter a sustentabilidade da dívida
Agitação social associada a benefícios da gestão dos recursos naturais abaixo do previsto	M	M	Curto prazo	Promover o crescimento inclusivo e intensificar a comunicação pública sobre os benefícios sociais de longo prazo dos recursos naturais
Declínio significativo da ajuda	B	M	Curto prazo	Continuar a procurar apoio de doadores e manter políticas coerentes, com ênfase na boa governação e na transparência
Desastres climáticos	M	A	Médio prazo	Acelerar políticas de prevenção e gestão de riscos. Estabilizadores automáticos e iniciativas de despesa direcionadas. Políticas monetária e cambial de apoio
Estrangulamentos de infraestruturas impedem crescimento económico e das exportações	M	M	Médio prazo	Aperfeiçoar a seleção e o financiamento de projetos compatíveis com a sustentabilidade da dívida
Empréstimos excessivos tornam a dívida pública externa insustentável	M	A	Médio prazo	Aperfeiçoar a gestão da dívida e o processo de seleção e avaliação de projetos

¹ A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra acontecimentos que podem alterar de forma relevante a trajetória de base (o cenário mais provável na opinião do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa dos riscos relacionados constitui a avaliação subjetiva do corpo técnico dos riscos que pesam sobre o cenário base. A MAR reflete as opiniões do corpo técnico sobre a fonte dos riscos e o nível global de preocupação no momento das discussões com as autoridades.

B. Desafio a Curto Prazo: Reagir aos Choques de Balança de Pagamentos

12. As RIL do banco central caíram acentuadamente em 2015, devido sobretudo a uma série de choques externos. As perdas acumuladas de RIL chegaram a USD 1,1 mil milhões entre Setembro de 2014 e Outubro de 2015 com o declínio considerável das entradas de divisas devido: i) ao efeito da queda acentuada dos preços internacionais das matérias-primas sobre as exportações de Moçambique desde finais de 2014, que afectou tanto as exportações de matérias-primas como as tradicionais; ii) à suspensão do investimento directo estrangeiro no sector de gás natural, após o fim da fase de exploração e com o investimento em instalações de processamento a aguardar a conclusão dos principais contratos de produção entre o governo e os concessionários; iii) à falta de receitas do imposto sobre mais-valias em 2015 (que apoiou o orçamento e os níveis de RIL em 2013-14) e iv) à queda dos fluxos de ajuda externa. Novas pressões não previstas desde Junho (Caixa 2) tornaram inatingível a meta para o final de 2015, acordada por ocasião da quarta avaliação (ver parágrafos 6 e 7).

13. Apesar do ajustamento significativo de políticas actualmente em curso para salvaguardar as reservas, teria sido preferível uma resposta de política económica mais atempada. As autoridades aplicaram medidas acordadas na quarta avaliação; em particular, estima-se que o défice orçamental caia para 6,0% do PIB em 2015, face a 10,4% em 2014. Porém, até recentemente a procura por importações manteve-se alta devido ao impacto persistente das grandes derrapagens orçamentais de 2014, apesar das autoridades terem permitido a depreciação cambial (ver acima) e de actualmente o metical estar relativamente valorizado (Anexo 1). Devido aos choques negativos sobre as entradas de divisas, os níveis de importação tornaram-se insustentáveis e teria sido preferível que houvesse uma reacção de política económica imediata para corrigir a situação. Em especial, uma orientação monetária mais rígida do que a acordada na quarta avaliação teria sido mais adequada para combater as perdas de RIL. A observância das metas iniciais da base monetária significou que o banco central estava a reinjectar, através de operações no mercado aberto, parte da liquidez em moeda local retirada através das vendas de divisas. Isto comprometeu o mecanismo de ajustamento automático às pressões sobre a balança de pagamentos.

Caixa 2. Impacto de Choques Externos

Esta caixa ilustra como os novos choques externos podem explicar a maioria das perdas de reservas em 2015 ao criarem mais pressões sobre a balança de pagamentos do que o previsto por ocasião da quarta avaliação do programa apoiado pelo PSI:

- O desempenho das exportações de Moçambique — que ficaram USD 170 milhões aquém das projeções na primeira metade de 2015 — é pior devido a novas quedas nos preços das matérias-primas importantes, tais como o alumínio e o gás natural, o que também afectou as exportações tradicionais. As empresas de carvão reagiram aos persistentes preços baixos limitando o crescimento do volume de exportações para conter as suas perdas.
- O investimento directo estrangeiro para megaprojectos foi suspenso – reduzido a metade no primeiro semestre de 2015 — com a conclusão de importantes contratos de produção entre o governo e os concessionários a demorar mais do que o previsto e a atrasar investimentos nas infraestruturas de carvão e em instalações de processamento de GNL.¹
- Os desembolsos de ajuda externa mantiveram a sua tendência de queda a longo prazo em 2015, ao contrário das projeções da quarta avaliação que se revelaram demasiado optimistas ao projectarem uma ligeira recuperação.

Por último, as reservas internacionais do BM, quando avaliadas em dólares, sofreram novas perdas após Junho devido à contínua apreciação desta moeda.

Moçambique: Var. nas entradas externas em 2015 e impacto potencial nas RIL (milhões de USD)

	4ª avaliação	5ª avaliação	Variação	Impacto estim. sobre as RIL 5/
Variação projetada das RIL em 2015	8	-856	-864	...
Principais fatores para as perdas de RIL:				
Exportações de bens	4.031	3.557	-474	-200 a -300
D/q: Relacionadas a mat. primas 1/	2.544	2.186	-358	
Investimento direto estrangeiro líquido	4.048	2.880	-1.168	-175 a -300
D/q: Megaprojetos de GNL e carvão	2.000	858	-1.143	
Entradas da ajuda ao programa 2/	747	586	-161	-161
D/q: Ajuda ao programa fungível 3/	427	346	-81	
Valorização das reservas 4/	-89	-205	-116	-116

1/ Inclui carvão, gás natural, alumínio, titânio e eletricidade.

2/ Não incluiu ajuda a projetos, que está ligada a projetos específicos, normalmente de infraestruturas.

3/ Base de cálculo do corretor das RIL no âmbito do programa PSI. Exclui fluxos em espécie e fundos ligados a programas específicos do governo com fungibilidade limitada no financiamento ao orçamento.

4/ Variação do valor das reservas internacionais líquidas em dólares dos EUA em 2015.

5/ Os impactos de exportações e IDE sobre o acúmulo potencial de RIL são inferiores a um ano: para exportações, apenas 50% das receitas foram repatriadas à exceção de algumas firmas. No caso do IDE, apenas uma fração mínima é gasta em valor acrescentado interno em vez de importações.

¹Embora uma parcela relativamente pequena deste investimento seja gasta em valor acrescentado interno, o impacto adicional é significativo dada a dimensão de tal investimento e o seu declínio acentuado.

14. São necessários novos ajustamentos de políticas económicas para estabilizar a balança de pagamentos e começar a reconstituir reservas internacionais. O ajustamento de políticas é essencial para estabilizar a balança de pagamentos, com recursos do FMI para preencher a lacuna de financiamento restante e medidas para assegurar que outra ajuda de doadores prossiga como planeado. A previsão é que tal ajustamento reduza as importações em cerca de USD 1 mil milhões ao ano e torne a balança de pagamentos sustentável após a concretização do seu impacto, no final do programa SCF de 18 meses. O financiamento do FMI é de DSE 204,5 milhões (cerca de USD 285 milhões) no decorrer do programa e espera-se que tenha um papel catalisador. No curto prazo, o actual compromisso das autoridades com o FMI garante os desembolsos planeados do Banco Mundial, inclusivamente para apoio ao orçamento. Em 2016 e em diante, este compromisso continuará a ser o sustentáculo da confiança do conjunto da comunidade doadora.

15. O corpo técnico e as autoridades acordaram um conjunto de políticas económicas baseado em três pilares interligados, destinados a permitir a recuperação das reservas a partir de 2016. Estes três pilares são: 1) aumentar o ajustamento orçamental para 2% do PIB, o que gerará uma redução do défice orçamental global para 4% do PIB em 2016 (os 6,0% do PIB projectados para 2015 já são consideravelmente mais baixos que o programado); 2) o ciclo de restritividade da política monetária iniciado em Outubro e intensificado em Novembro; e 3) a reforma do mercado cambial e a continuação da flexibilidade da taxa de câmbio. Estas políticas serão apoiadas pela eliminação gradual da venda garantida de dólares para a importação de combustíveis⁸ e intervenção mínima para atenuar a volatilidade cambial, em que as autoridades ficarão prontas para fazer novos ajustamentos de modo a salvaguardar as reservas, caso as pressões sobre a balança de pagamentos fiquem acima do previsto. O objectivo da implementação concentrada deste pacote de políticas correctivas na sua fase inicial, com a adopção do orçamento de 2016 planeada para meados de Dezembro de 2015 e a aplicação das medidas do mercado monetário e cambial em Novembro de 2015, é apoiar a consolidação das reservas desde o início do programa. O conjunto de políticas será apoiado por uma agenda de reformas estruturais ambiciosa, com maior destaque para as reformas da GFP e da gestão dos riscos fiscais das empresas públicas (incluindo a EMATUM).

16. Em virtude do ajustamento de políticas no âmbito do acordo SCF/PSI, as RIL deverão atingir o seu nível mais baixo em meados de 2016, antes de iniciarem uma recuperação gradual que elevará os rácios de cobertura de importações para níveis confortáveis. Dado o nível das RIL em Outubro de 2015 e os desembolsos externos projectados para o restante do ano, estima-se que o nível das reservas no final de 2015 fique ligeiramente acima de USD 2 mil milhões. Políticas monetária e orçamental mais restritivas deverão contribuir para limitar consideravelmente as importações em 2016, em complemento ao impacto diferido da acentuada depreciação do metical. O ajustamento de políticas, conjugado com uma recuperação modesta do IDE, deverá resultar em liquidez em dólar adequada no mercado cambial interno até meados de

⁸ A eliminação gradual advém do impacto do pacote de políticas correctivas sobre a procura por importações, que será concretizado com algum atraso. Entretanto, o BM tem de estar pronto para fornecer divisas suficientes aos bancos comerciais para evitar qualquer interrupção no abastecimento de combustíveis.

2016, suficiente para permitir ao BM suspender as intervenções para as importações de combustíveis e começar gradualmente a comprar dólares para repor as reservas. A cobertura de importações das reservas internacionais deverá aumentar para 4,5 meses de importações não relacionadas a megaprojectos até ao final de 2016 (contra 4,2 meses no final de 2015).⁹ A exiguidade e a falta de liquidez actuais do mercado cambial interbancário comprometem a capacidade do banco central para comprar montantes significativos de divisas no mercado e procurar atingir metas de RIL mais ambiciosas em 2016.

Política Orçamental

17. O objectivo principal da política orçamental em 2016 é assegurar a sustentabilidade da dívida e contribuir para o necessário ajustamento externo. Em 2016, o financiamento interno líquido será ligeiramente negativo (0,2% do PIB), o que contribuirá negativamente para a criação de moeda e ajudará a minimizar pressões sobre o sector privado. A partir de 2016, o principal objectivo será conduzir a dívida para uma trajectória claramente descendente. A este respeito, as autoridades concordam com a recomendação do corpo técnico para que haja uma consolidação orçamental a médio prazo mais rápida que o previsto na quarta avaliação. Em relação ao crédito externo, as metas do programa são estabelecidas com base no plano prudente de empréstimos das autoridades para 2016. Reflectindo a política actualizada do FMI sobre limites de dívida, as metas passam a ser definidas em termos de valor actual e abrangem o crédito externo total e não apenas os empréstimos não concessionais (ver plano de empréstimo das autoridades nas Tabelas 8 e 9). Ao se eliminar um limiar de concessionalidade rígido, as autoridades passarão a ter mais flexibilidade nas negociações de empréstimos.

		Moçambique: Projeções Actuais de Crédito Externo vs. Projeções da 4ª Avaliação (milhões de USD)					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
(a) Atual	Donativos	615,0	545,4	451,9	420,3	390,9	363,5
	Empréstimos	946,3	817,9	1086,6	1298,5	1445,1	1602,5
	Total	1561,2	1363,3	1538,5	1718,8	1836,0	1966,0
(b) 4ª avaliação	Donativos	824,2	654,5	608,6	566,0	526,4	489,6
	Empréstimos	1095,6	1154,4	1544,4	1882,2	1936,4	1937,0
	Total	1919,8	1808,8	2153,0	2448,3	2462,8	2426,5
(a) - (b)	Donativos	-209,2	-109,0	-156,7	-145,7	-135,5	-126,0
	Empréstimos	-149,3	-336,4	-457,7	-583,7	-491,3	-334,4
	Total	-358,5	-445,5	-614,5	-729,4	-626,8	-460,5
	(percentagem do PIB)	-2,4	-3,0	-3,7	-4,0	-3,1	-2,0

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

⁹ Estes rácios incluem desembolsos no âmbito do programa apoiado pela SCF.

18. À luz dos crescentes níveis de dívida e das pressões persistentes sobre a balança de pagamentos, o corpo técnico e as autoridades acordaram numa orientação orçamental consideravelmente mais rigorosa em 2016 (ver Tabela de Texto a seguir) para sustentar a SCF. Prevê-se que o défice orçamental global (após os donativos) decline em até 2 pontos percentuais do PIB, para 4% do PIB em 2016, e que o saldo primário interno melhore em cerca de 2,25% do PIB, bem acima da previsão anterior.

MEFP 19

19. As receitas totais deverão aumentar em 1% do PIB em 2016. Estima-se que este aumento seja gerado i) pelo forte desempenho dos imposto sobre o comércio externo — na medida em que a depreciação aumente a base tributável em moeda local, ii) pelo aumento dos royalties do gás e iii) pelas reformas de administração tributária para facilitar a mobilização de receitas (imposto do selo sobre bebidas alcoólicas e cigarros, direitos aduaneiros comuns e impostos especiais de consumo).

Moçambique: Principais Indicadores Orçamentais								
	2012	2013	2014		2015		2016	
	Efet.	Efet.	Efet.	Neutro	4ª Aval. CR15/223	Proj.	4ª Aval. CR15/223	Proj.
	(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)							
Total da receita	21,9	26,3	27,3	24,3	25,5	25,2	25,7	26,2
<i>da qual:</i> imposto sobre mais-valias	1,2	3,9	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa total e empréstimos líquidos	30,7	34,0	42,2	38,5	36,9	35,3	34,6	33,9
<i>da qual:</i> despesas correntes	18,1	19,2	23,8	20,1	20,7	21,3	19,7	20,0
<i>da qual:</i> segurança marítima	0,0	0,0	2,8	0,0	-1,0	0,0	0,0	0,0
<i>da qual:</i> desp. de invest. com financ. interno	5,7	7,0	8,2	8,2	7,4	6,0	6,6	6,4
Saldo global antes de donativos	-8,9	-7,9	-14,8	-14,1	-11,4	-10,0	-8,9	-7,7
Donativos	5,1	5,2	4,2	4,2	4,9	4,0	3,4	3,7
Saldo global após donativos	-3,9	-2,7	-10,6	-9,9	-6,5	-6,0	-5,5	-4,0
Financiamento externo líquido	3,2	5,6	8,8	5,9	5,7	5,4	5,4	4,2
Financiamento interno líquido	0,7	-2,9	1,4	4,0	0,8	0,6	0,0	-0,2
<i>Por memória:</i>								
Saldo primário interno	-1,0	0,9	-4,1	-3,5	-1,2	-0,6	0,8	1,6
Crescimento do PIB real (em %)	7,2	7,1	7,2	7,2	7,2	6,3	8,2	6,5
Inflação média do IPC (porcentagem)	2,1	4,2	2,3	2,3	2,3	1,9	5,6	5,6

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Ajustamentos neutros do FMI para receitas e despesas pontuais. As receitas excluem impostos sobre mais-valias de USD 520 milhões do sector de recursos naturais (ou 3,1% do PIB), enquanto as despesas excluem a despesa pontual em segurança marítima de 2,8% do PIB (EMATUM) e despesas temporária relacionadas às eleições (0,8% do PIB).

20. O ajustamento orçamental é motivado pela redução de cerca de 1,5% do PIB na despesa pública face a 2015. Uma parte substancial deste ajustamento afectará a despesa corrente, inclusivamente subsídios e a massa salarial, mas o investimento público também será ajustado para baixo, de acordo com a capacidade de implantação e critérios de selecção mais rigorosos.

- **O governo está empenhado em reduzir ainda mais a massa salarial em 0,2 ponto percentual do PIB em 2016 através da desaceleração no ritmo de contratação e controlos administrativos mais rigorosos sobre os pagamentos de salários.** Estes envolverão i) a exigência de emitir regularmente "provas de vida" para todos os funcionários

públicos e ii) limites rigorosos para novas contratações em sectores não prioritários (ou seja, excluindo as áreas de saúde, educação, agricultura e polícia).

- **Aos actuais preços internacionais do petróleo, não é necessária nenhuma provisão para os subsídios aos combustíveis no orçamento de 2016.** Caso haja um aumento destes preços, o governo já indicou que irá considerar ajustamentos da fórmula de fixação de preços para evitar a necessidade de novos subsídios. Se a fórmula não for ajustada atempadamente por razões de política económica, os possíveis subsídios serão financiados através da redução de outras despesas não prioritárias para garantir o cumprimento da meta orçamental.
- **Os projectos de investimento público serão objecto de um processo de avaliação mais rigoroso para melhorar a eficiência dos investimentos, bem como garantir uma melhor relação custo-benefício.** Não será autorizada a inclusão de nenhum projecto com valor igual ou superior a USD 50 milhões na lista plurianual de investimentos prioritários sem haver antes um estudo de viabilidade dos sectores e uma avaliação técnica do Ministério da Economia e Finanças.
- **A missão e as autoridades concordaram que o ajustamento orçamental planeado deverá ser aplicado sem afectar negativamente programas sociais cruciais.**

Moçambique: Ajustamento Orçamental em 2016		
	2016 (Var. em relação a 2015, em % do PIB)	Comentários
Total da receita	1,0	Derivadas da combinação de um volume mais alto de importações de bens em dólares e a maior desvalorização cambial face a esta moeda, aumento dos royalties do gás em espécie, bem como reformas administrativas em áreas importantes, por exemplo, impostos de selo para bebidas alcoólicas e cigarros, direitos aduaneiros comuns e impostos especiais de consumo
Total da despesa e concessão líquida de empr.	-1,4	
Despesas correntes	-1,3	O ajustamento implica: 1) a desaceleração na taxa de contratação de funcionários públicos (que aumentou consideravelmente nos últimos anos) e um aumento dos controlos sobre o sistema de pagamento de salários e 2) a redução de pagamentos de transferências, especificamente subsídios aos combustíveis
Despesas de capital e concessão líq. de empr.	-0,1	Principalmente através da redução de despesa de capital com financiamento externo
Saldo primário interno, antes dos donativos	2,3	
Donativos	-0,4	
Saldo global, após donativos	2,0	
Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.		

Políticas Monetária e Cambial

21. É preciso agir com determinação para conter as pressões inflacionistas e ajudar a estabilizar o mercado cambial. O corpo técnico felicitou o BM pela sua decisão de iniciar um ciclo de restrição monetária na reunião de Outubro do Comité de Política Monetária. O corpo técnico e as autoridades concordaram com a necessidade de novas restrições de política monetária devido à deterioração das condições no mercado cambial e à perda de RIL, para além da necessidade de limitar o açambarcamento de dólares aumentando a atractividade dos depósitos em moeda local. A depreciação está a ser transferida aos preços internos, o que, conjugado com os diversos ajustamentos previstos nos preços administrados, deverá elevar a inflação acima do intervalo médio do BM de 5-6% até ao final de 2016. O BM aumentou a taxa de reservas obrigatórias em Outubro, em 100 p.b. e novamente em Novembro, em 150 p.b. Também aumentou a taxa da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 25 p.b. e a da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em 50 p.b. em Outubro, com incrementos adicionais de 50 p.b. da taxa FPC e de 75 p.b. da taxa FPD em Novembro. A previsão é que esta restrição reduza o crescimento do crédito e a procura por dólares no mercado cambial. A missão e o BM também concordaram sobre a necessidade de manter o crescimento da base monetária em 12% em 2016, ligeiramente abaixo do crescimento nominal do PIB, o que representa uma desaceleração significativa em relação a anos anteriores, e de políticas restritivas adicionais em 2016 se persistirem as pressões sobre o mercado cambial e a inflação.

MEFP ¶15

22. O BM tomou medidas para eliminar distorções no mercado cambial interbancário (MCI) que no passado enviesavam a procura dos bancos comerciais por intervenções do BM. O BM intervém no mercado através do ecrã do sistema MCI, baseado nas cotações de compra e venda lançadas por 16 bancos participantes. Paralelamente, estes bancos também negociavam fora do sistema MCI, a taxas de câmbio que nem sempre correspondiam às taxas do MCI devido à exiguidade e à falta de liquidez do mercado cambial interbancário. O diferencial entre a taxa de intervenção do BM e a taxa interbancária aumentou desde a última avaliação no âmbito do PSI, o que gerou incentivos para que os bancos comerciais mobilizassem divisas do BM em vez de as adquirirem dos seus próprios clientes. Em Novembro, os bancos cotaram taxas de compra e venda no sistema MCI consistentes com a taxa interbancária, reduzindo assim este diferencial para zero.

MEFP ¶33

C. Reformas de Médio Prazo: Fortalecer as Instituições e Preparar-se para a Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais

Reformas Fiscais

23. As autoridades precisam continuar a fortalecer os controlos do orçamento e a transparência fiscal. O governo alargou gradualmente a cobertura dos seus sistemas de gestão das despesas (e-SISTAFE) e de pagamentos de salários (e-Folha), assim como a Conta Única do Tesouro. Porém o e-SISTAFE ainda não está a ser usado adequadamente. A maioria das operações orçamentais, em particular cabimentações e verificações, não são lançadas no sistema em tempo real, o que

MEFP ¶15-19

enfraquece os controlos orçamentais e poderá fazer com que alguns ministérios ultrapassem as dotações do orçamento e acumulem despesas extraorçamentais. O corpo técnico sublinhou a importância de alinhar as três etapas tradicionais do registo de despesas (cabimentação, verificação, emissão de ordem de pagamento) com o calendário actual das diversas operações orçamentais até Junho de 2016 (indicador de referência estrutural).

24. Apesar do orçamento de 2015 projectar receitas em bases líquidas e a actual cobrança do IVA ser registada líquida das restituições pagas, a aplicação do sistema de IVA líquido tem enfrentado dificuldades.

Isto levou a acumulação de cerca de USD 50 milhões em atrasados até ao final de Outubro de 2015. As autoridades reconheceram a importância de se garantirem recursos suficientes para reembolsar os contribuintes no prazo previsto, criando uma subconta dedicada onde o montante equivalente às restituições devidas será regularmente depositado. Esta deverá ficar operacional a partir do início de 2016 (indicador de referência estrutural proposto). O corpo técnico saúda a decisão prudente das autoridades de começar a registar as cobranças de IVA líquidas com base nos pedidos de restituição recebidos, mesmo que estes ainda não tenham sido verificados e pagos, até ao final de 2015.

MEFP ¶23

25. O corpo técnico apelou as autoridades a monitorar de perto os riscos fiscais e as empresas públicas e a adoptar um plano de ação que melhore a rentabilidade da EMATUM.

Em Novembro o governo publicou uma declaração de riscos fiscais para assegurar mais transparência e decisões fiscais melhor fundamentadas (indicador de referência estrutural). A declaração presta especial atenção a riscos associados às garantias do governo e das empresas públicas. O corpo técnico congratula-se com a intenção das autoridades de criar uma unidade de riscos fiscais no MEF para fornecer aconselhamento estratégico ao ministro de forma atempada. O governo também pretende adoptar um plano de acção destinado a melhorar a rentabilidade da EMATUM até Abril de 2016 (indicador de referência estrutural).

MEFP ¶20, 32

26. O corpo técnico apelou as autoridades a continuar a fortalecer a gestão da dívida.

O corpo técnico congratulou o novo governo pelas medidas tomadas para refrear novos empréstimos externos, mas advertiu sobre o efeito negativo da depreciação do metical sobre a capacidade do país de cumprir o serviço da dívida externa, conforme mostra a actualização da ASD (ver acima). O governo está a rever a sua Estratégia de Gestão da Dívida com ênfase no estímulo ao desenvolvimento dos mercados de capitais internos e está a editar planos anuais de endividamento interno e relatórios da dívida. O corpo técnico salientou que o governo precisa continuar a fortalecer a gestão da dívida para evitar novos atrasados da dívida externa, sobretudo através de melhorias na reconciliação com credores.

MEFP ¶13

27. Melhorar a eficiência do investimento público e garantir uma melhor relação custo-benefício continua a ser crucial, mas os esforços de implementação de reformas devem ser intensificados.

O corpo técnico saúda a obrigatoriedade das avaliações por parte do Comité de Avaliação de Investimentos de todos os projectos superiores a USD 50 milhões no orçamento de 2016, mas salientou a necessidade de se aplicarem processos de avaliação mais rigorosos na selecção de

MEFP ¶12

projectos de investimento público e de se melhorar a monitoria e a avaliação na execução de projectos. O governo espera aproveitar a próxima missão do FAD para introduzir o PIMA, uma nova ferramenta de avaliação do investimento público.

Reformas no Sector Energético

28. O corpo técnico e as autoridades reconheceram a importância de se tomarem medidas para o início de reformas essenciais no sector energético.

MEFP ¶11

O corpo técnico saudou o muito esperado aumento das tarifas de electricidade em Novembro, que deverá ajudar a conter as perdas operacionais da empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM).¹⁰ Os preços dos combustíveis não são ajustados desde 2011 e o subsídio aos combustíveis pago em 2014 mostrou que o actual mecanismo de preços pode ser dispendioso e ineficiente.¹¹ Aos actuais preços internacionais, os preços a retalho deixaram de ser subsidiados, o que cria uma oportunidade de reforma. Após a recente missão de AT do FAD, o corpo técnico recomendou a simplificação da fórmula automática de fixação de preços através da introdução de preços de referência e a aplicação de um mecanismo de ajuste automático de preços com uma componente de suavização o quanto antes, em 2016. As autoridades argumentaram que são necessários estudos adicionais sobre o mercado dos combustíveis, inclusivamente sobre a necessidade de se reformar o sistema de importação centralizada destes produtos e que também estão a considerar medidas para atenuar o impacto sobre os mais vulneráveis.

Reformas do Sector Monetário e Financeiro

29. O BM continua a fortalecer os seus instrumentos analíticos e o quadro de operações de política monetária.

MEFP ¶34-38

Foi desenvolvido um modelo aperfeiçoado de previsão da inflação utilizado para fundamentar as decisões do Comité de Política Monetária. Também estão em curso esforços para melhorar o modelo de previsão da liquidez, com assistência técnica do FMI. A lei que exige a retenção na fonte de 20% sobre os juros auferidos em BTs, OTs e operações interbancárias com ou sem garantia está em vigor desde Maio de 2015 (indicador de referência estrutural). A reforma para permitir o uso de Obrigações do Tesouro como garantia em operações do mercado monetário, outra reforma importante para o desenvolvimento dos mercados financeiros internos e melhoria do mecanismo de transmissão da política monetária, sofreu novos atrasos devido à necessidade de novos regulamentos. Espera-se que esta reforma entre em vigor em Dezembro de 2015 (indicador de referência estrutural). O corpo técnico salientou a necessidade de aprofundar os mercados financeiros domésticos, uma vez que o elevado grau de concentração tanto da base de depósitos como do crédito tem contribuído para as altas taxas de depósito e de empréstimo

MEFP ¶39-44

¹⁰ O aumento tarifário vai de 18% (tarifa doméstica/familiar) até quase 50% (grandes consumidores). As tarifas "social" e "agrícola" não foram alteradas. Estima-se que o aumento tarifário médio ponderado seja de cerca de 20%.

¹¹ Cerca da metade do subsídio em 2014 não atingiu os seus objectivos e apenas 2% beneficiou os 10% mais pobres da população.

e impedem o ajustamento das taxas de juro de mercado em resposta às mudanças na taxa directora, um importante canal de transmissão de política monetária.¹²

30. Prosseguem as reformas para reforçar a supervisão bancária, os instrumentos de gestão de crises e o desenvolvimento do sector financeiro. Apesar da depreciação do metical, os indicadores de solidez do sector mostram que os bancos estão bem capitalizados, com baixo nível de empréstimos malparados. Isto poderá dever-se à posições abertas limitadas que a maioria dos bancos tem em dólares e às elevadas exigências de provisionamento para empréstimos em moeda estrangeira para não exportadores, que desincentivam o crédito em dólares. Os testes de stress também indicam que o sistema bancário é resiliente, sendo que a concentração de crédito continua a ser a principal fonte de risco. O ciclo de restrição monetária iniciou recentemente e deverá ajudar a refrear a tendência de rápida expansão do crédito.¹³ Uma vez que a queda esperada no ciclo de crédito poderá gerar empréstimos malparados, o corpo técnico apelou o BM a monitorar de perto os riscos de crédito e a exigir que os bancos mantenham fundos próprios suficientes. O corpo técnico saudou o esforço continuado na aplicação do Plano de Contingência do Sector Financeiro, incluindo a intenção do BM de adoptar um Plano de Ação destinado a resolver os problemas observados durante o exercício de simulação até Março 2016 (indicador de referência estrutural proposto). A implementação decisiva da Estratégia de Desenvolvimento Financeiro 2013-2022 é essencial para resolver a persistente dificuldade de acesso ao crédito por parte de pequenas e médias empresas e promover a inclusão financeira. A este respeito, a Lei sobre a criação de Centrais de Registo de Crédito Privado foi adotada em Julho, enquanto o lançamento da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira está previsto para este ano.

Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais

31. As negociações entre as autoridades e as empresas de petróleo e gás deverão continuar a avançar para se chegar a decisões de investimento definitivas num futuro próximo. Mesmo com a recente baixa dos preços das matérias-primas, incluindo os do GNL, as empresas de desenvolvimento de gás continuam a acreditar na viabilidade dos projetos de GNL. Porém, novos atrasos nas negociações resultariam na queda das entradas de IDE no curto prazo e em atrasos nos benefícios previstos sobre o crescimento e as receitas fiscais.

32. O corpo técnico actualizou as análises sobre as implicações macroeconómicas dos projectos de GNL. Se estes projectos forem implantados em linha com o calendário actual, o sector de GNL contribuirá significativamente para o crescimento no início da década de 2020 e a sua produção representará mais da metade do PIB em meados da mesma década. Porém, as receitas fiscais dos projectos só seriam significativas em meados da década de 2020 e a balança corrente só se tornaria

MEFP ¶27-30

¹² Documento em Temas Seleccionados.

¹³ Como os mercados financeiros são menos desenvolvidos, a interação entre o ciclo financeiro e a economia real parece ser limitada. Mesmo se tiver contribuído para o crescimento, a expansão do crédito também aumentou o risco de empréstimos problemáticos.

excedentária em 2025, devido à necessidade de recuperação do custo do investimento. As autoridades deveriam começar a desenvolver um quadro fiscal de médio prazo e uma regra orçamental formal para: i) fundamentar decisões futuras de poupança e investimento, ii) gerir a volatilidade e iii) tratar da questão do esgotamento destes recursos. Deveriam levar em consideração vários factores de risco, inclusivamente a baixa dos preços do gás, na elaboração e aplicação dos seus planos de despesas e financiamento. O corpo técnico saudou a regra *ex ante* sobre o uso de receitas extraordinárias incluída na Lei do Orçamento de 2015 (indicador de referência estrutural), que visa restringir o uso desses recursos ao investimento público, ao pagamento da dívida e a emergências nacionais.

33. As autoridades concordaram com a análise do corpo técnico e continuam empenhadas em fortalecer o desenvolvimento de capacidades e melhorar a transparência na gestão da riqueza dos recursos naturais. Com a assistência técnica do FMI, as autoridades estão a fortalecer o quadro legal para o sector de recursos naturais e a capacidade das autoridades fiscais de arrecadação e previsão de receitas. Moçambique preparou relatórios da ITIE e aperfeiçoou a transparência da sua gestão dos recursos naturais. As autoridades deveriam reforçar a sua capacidade para desenvolver e operacionalizar a estratégia fiscal de médio prazo.

Outras Reformas e Questões

34. A melhoria do ambiente de negócios continua a ser crucial para promover as empresas e a criação de empregos. O desempenho de Moçambique caiu ligeiramente no índice *Doing Business* de 2016 do Banco Mundial e ficou na 133ª posição (128ª no relatório anterior). São necessárias medidas decisivas para resolver as dificuldades na obtenção de crédito pelas PME e reduzir o tempo excessivo que os investidores potenciais dedicam à abertura de novas empresas. No entanto, o corpo técnico felicita as autoridades pela integração de oito províncias no e-BAU, uma plataforma informática destinada a fornecer serviços *online* a toda a comunidade empresarial. As autoridades estimam que, devido a esta reforma, o número de dias necessários para licenciar actividades económicas reduzirá em média de 15 para 3, no máximo, em todas as províncias envolvidas. Até Julho de 2016, as restantes três províncias (Manica, Zambézia e Niassa) e todos os concelhos e capitais provinciais deverão estar integrados na plataforma e-BAU.

35. Estatísticas e disponibilidade de dados. Apesar de, no geral, o sistema estatístico ser suficiente para apoiar a supervisão e o acompanhamento do programa, é necessário melhorar a divulgação e a transmissão regular de dados ao FMI. Existem debilidades, sobretudo nas áreas de contas nacionais, balança de pagamentos e estatísticas de dívida externa. As autoridades deveriam melhorar a qualidade e a frequência da divulgação de dados, apoiada por assistência técnica do FMI e de outras entidades.

QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA

36. A SCF terá uma duração de 18 meses. O seu objectivo será aliviar o choque externo até à primeira metade de 2017, mas mantendo os actuais objectivos do PSI de fortalecer a estabilidade macroeconómica, investir nos sectores de infraestruturas e social, promover o

crescimento inclusivo e desenvolver capacidade em planeamento de investimentos e gestão da dívida e da riqueza de recursos naturais. O acompanhamento do programa será sincronizado com o PSI.

37. Concentração na fase inicial. A necessidade da balança de pagamentos será mais elevada em 2015 (Tabela 7) e no início de 2016, à medida que as importações se ajustam gradualmente à restritividade das políticas económicas e à desvalorização cambial, o que justifica a antecipação dos desembolsos da SCF. O ajustamento em 2016 e a triplicação da capacidade de exportação de carvão em 2017 (projecto ferroviário de Nacala) eliminará gradualmente a necessidade da balança de pagamentos em 2017.

38. O acesso solicitado está de acordo com as normas da nova SCF, que preveem uma margem de proteção adequada de 180% da quota (cerca de USD 285 milhões). O primeiro desembolso proposto (75% da quota ou cerca de USD 120 milhões) deverá ficar disponível assim que o acordo for aprovado, no final de 2015, seguido de três desembolsos semestrais de 35% da quota cada (cerca de USD 55 milhões). A avaliação das salvaguardas, exigida pela política de salvaguardas do FMI, será concluída antes da primeira avaliação no âmbito do acordo SCF.

39. Os principais riscos para o programa são: i) a diluição do empenho no programa devido à instabilidade política; ii) uma nova deterioração do ambiente externo; iii) atrasos na negociação de grandes projectos de investimento no sector de recursos naturais; iv) condições climáticas adversas que afectem significativamente a produção agrícola; e v) limitações de capacidade que poderão atrasar a implementação de reformas (inclusivamente na administração tributária e na execução orçamental).

40. Surgiram pequenos atrasados externos (no total de cerca de USD 1 milhão) a três credores bilaterais diferentes. Tal deveu-se à reconciliação deficiente com credores e a um lapso no registo da dívida. Estes atrasados foram prontamente resolvidos pelas autoridades em Outubro, assim que tomaram conhecimento da sua existência. Ademais, as autoridades irão tomar medidas para fortalecer a reconciliação da dívida com credores para impedir que o caso se repita.

41. Foram solicitadas dispensas pelo não cumprimento de três critérios de avaliação para Junho de 2015 e são propostas modificações de quatro critérios de avaliação para Dezembro de 2015 para reflectirem desenvolvimentos recentes. A dispensa pelo não cumprimento do critério de avaliação sobre o crédito líquido ao governo no final de Junho de 2015 baseia-se na previsão de que o desvio será temporário e não ter afectar o cumprimento dos objectivos do programa e no facto do governo estar a adoptar medidas de contenção de despesas para cumprir a meta de Dezembro.¹⁴ A dispensa pelo não cumprimento do critério de avaliação sobre as RIL foi solicitada à luz das medidas correctivas das autoridades. Estas incluem

¹⁴ A meta do CLG no final de 2015 inclui um ajustamento técnico para incorporar o desconto previsto dos BTs que foram emitidos para liquidar o IVA atrasado (MT 8,2 mil milhões, ver parágrafo 5), uma vez que não constitui um novo estímulo fiscal além do programa. A meta de CLG subjacente é de MT 3,6 mil milhões, contra MT 4,9 mil milhões na quarta avaliação.

reformas do mercado cambial e restrições monetárias e orçamentais, que irão refrear as importações e permitir a reconstituição gradual de reservas até meados de 2016. Juntas, estas medidas deverão assegurar que a queda das RIL é apenas temporário e que rapidamente se regressará ao nível prudente de 4 a 4,5 meses de importações não relacionadas a megaprojectos. A dispensa pelo não cumprimento do critério de avaliação sobre atrasados externos foi solicitada porque o desvio foi mínimo e temporário. Foram propostos critérios de avaliação revistos sobre o CLG, a base monetária e as RIL para Dezembro de 2015 de modo a reflectir desenvolvimentos recentes.

42. Propõe-se que dois indicadores de referência estruturais sejam adiados. Foi proposto que o indicador de referência de Novembro sobre a apresentação do projecto de lei para a criação dum registo de garantias móveis seja adiado para Março de 2016 devido à complexidade desta reforma, que poderia requerer mudança de alguma outra legislação relacionada. Foi proposto que o indicador de referência de Janeiro sobre a obrigação do registo em tempo real da cabimentação e verificação de despesas para todas as unidades que operam dentro do e-SISTAFE seja adiado para Junho de 2016 devido a limitações técnicas.

43. Foram propostos critérios de desempenho (para o final de Junho de 2016), metas indicativas e novos indicadores de referência estruturais até ao final de 2016 (Tabelas 1 e 2 do MPEF). Os cinco novos indicadores de referência estruturais propostos destinam-se a reforçar a gestão das finanças públicas e a aprofundar as reformas do sector financeiro.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

44. O desempenho económico de Moçambique foi afectado por uma série de choques externos em 2015 e os efeitos persistentes da derrapagem orçamental verificada em 2014.

A baixa dos preços das matérias-primas, o declínio da ajuda externa e um investimento directo estrangeiro claramente inferior tiveram como resultado o agravamento do défice da conta corrente (não relacionado a megaprojectos) e geraram grandes pressões na balança de pagamentos. As políticas excessivamente expansionistas de 2014 (sobretudo no domínio orçamental) e a demora no início do ciclo de restrição monetária quando as pressões sobre a balança de pagamentos se intensificaram na segunda metade do ano, também contribuíram para as actuais dificuldades. Apesar dos compromissos de política económica na ocasião da quarta avaliação terem ajudado a interromper temporariamente a perda de RIL, as novas pressões sobre a balança de pagamentos provocaram uma queda significativa das reservas e uma nova depreciação do metical. Apesar do cumprimento das metas de base monetária, a política monetária deveria ter restringido as condições de liquidez mais cedo, devido à queda contínua das reservas internacionais. Ademais, o pagamento em Setembro das primeiras prestações da dívida garantida da EMATUM pelo governo e as limitações da capacidade institucional também contribuíram para um desempenho inferior no âmbito do programa.

45. Ao mesmo tempo, o corpo técnico felicita as autoridades pela adopção de um pacote ambicioso de medidas correctivas destinadas a restaurar a sustentabilidade externa e a preservar níveis de reserva adequados. O orçamento de 2016 do governo, aprovado pela Assembleia, prevê uma redução do défice orçamental global de 2% do PIB, voltando aos níveis

de défice prudentes observados antes da derrapagem orçamental de 2014 (cerca de 4% do PIB). As autoridades também devem ser congratuladas pela reintrodução de uma política de empréstimos mais prudente e pelo retorno a uma posição orçamental forte. Da mesma forma, os ajustamentos da taxa das reservas obrigatórias e das principais taxas de juro pelo BM, em Outubro e em Novembro, ajudam a restringir as condições de liquidez e reduzem as pressões cambiais. A recente convergência de taxas no mercado cambial é crucial para impedir mais perdas de reservas internacionais. A aplicação concentrada deste pacote de políticas correctivas apoiará a consolidação das reservas desde o início do programa.

46. Apesar destas dificuldades temporárias, a perspectiva macroeconómica a médio prazo permanece positiva. O forte historial de crescimento alto de Moçambique deverá se manter a médio prazo por conta dos investimentos maciços programados no sector de recursos naturais. A este respeito, é de extrema importância que a conclusão das negociações entre o governo e os principais concessionários seja bem-sucedida. Atrasos nesta conclusão poderão ser bastante dispendiosos e exacerbar as pressões da balança de pagamentos em 2016-17 (uma vez que as entradas de capital serão inferiores às projeções actuais). A perspectiva de médio prazo positiva tem os seus próprios desafios, incluindo a necessidade de haver políticas inclusivas que concentrem a despesa pública em programas sociais e a favor dos pobres e na eliminação de lacunas de infraestruturas. O corpo técnico congratula-se com o compromisso das autoridades de reforçar o desenvolvimento das capacidades e aperfeiçoar a transparência na gestão da riqueza de recursos naturais.

47. Dada a robustez do pacote de medidas correctivas das autoridades, o corpo técnico recomenda a conclusão da quinta avaliação ao abrigo do PSI e apoia o pedido das autoridades de um acordo SCF de 18 meses. Apesar do desempenho do programa ter sido pouco satisfatório, as autoridades tomaram medidas correctivas e estão comprometidas com um pacote ambicioso de ajustamento de políticas que ajudará a alcançar os objectivos do programa apoiado pela SCF. Em particular, o governo apresentou um orçamento revisto para 2016 à Assembleia compatível com os compromissos do programa e o BM aumentou o rigor da orientação da política monetária em Outubro e Novembro através de aumentos na taxa de reservas obrigatórias e nas taxas de juro directoras. O BM também eliminou as distorções no mercado cambial. As autoridades também estão empenhadas na consolidação orçamental a médio prazo para garantir a sustentabilidade da dívida, em novas restrições à liquidez se as pressões persistirem, na flexibilidade da taxa de câmbio e em reformas estruturais destinadas a fortalecer a gestão orçamental e a facilitar a estabilidade e o desenvolvimento financeiros.

48. O corpo técnico apoia o pedido de dispensas pelo incumprimento de três critérios de avaliação no final de Junho de 2015 porque os desvios foram temporários e não prejudicaram a consecução dos objectivos do programa e porque as autoridades estão fortemente empenhadas em adoptar medidas correctivas. O corpo técnico também apoia o pedido das autoridades de alteração dos critérios de avaliação do final de Dezembro de 2015, a modificação dos três indicadores de referência estruturais e o estabelecimento de critérios de desempenho para o final de Junho de 2016 e metas indicativas até ao final de 2016, uma vez que as novas metas reflectem melhor os desenvolvimentos recentes e continuam a ser compatíveis com a consecução dos principais objectivos do programa tanto no âmbito da SCF como do PSI.

49. Propõe-se que a próxima consulta do Artigo IV ocorra dentro de 24 meses, nos termos das disposições da decisão sobre os ciclos de consulta (Decisão n.º 14747-(10/96) de 28 de Setembro de 2010).

Tabela 1. Moçambique: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2012-20

	2012	2013	2014	2015		2016		2017	2018	2019	2020
	Efet.	Efet.	Efet.	CR 15/223	Proj.	CR 15/223	Proj.		Proj.		
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
Rendimento nacional e preços											
PIB nominal (mil milhões de MT)	433	482	536	591	598	676	673	762	871	990	1124
Crescimento do PIB nominal	13,5	11,3	11,1	12,5	11,7	14,3	12,5	13,2	14,4	13,6	13,5
Crescimento do PIB real	7,2	7,1	7,2	7,0	6,3	8,2	6,5	7,2	8,3	7,6	7,5
PIB per capita (USD)	602	620	624	626	544	685	515	556	607	657	712
Deflador do PIB	5,9	3,9	3,6	5,1	5,1	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6
Índice de preços no consumidor (média anual)	2,1	4,2	2,3	4,0	1,9	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6
Índice de preços no consumidor (fim do período)	2,2	3,0	1,1	5,5	5,1	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6
Taxa de câmbio, MT/USD, fim do período	29,8	30,1	33,6
Taxa de câmbio, MT/USD, média do período	28,5	30,1	31,5
Sector externo											
Exportações de bens	23,6	6,9	-4,8	2,9	-9,4	11,7	2,4	12,7	19,5	17,0	13,0
Exportações de bens, excl. megaprojetos	52,5	14,3	-22,6	0,0	-7,7	19,5	14,8	12,3	14,4	11,4	13,7
Importações de bens	47,2	7,3	-6,2	7,7	-10,8	17,4	10,9	42,2	32,0	17,8	16,9
Importações de bens, excl. megaprojetos	63,9	13,6	-1,2	-6,5	-2,7	7,5	-7,7	4,9	9,0	8,7	12,5
Termos de troca	-5,7	-0,7	-1,7	-0,1	0,0	0,7	-1,6	-1,0	-0,7	-0,6	-0,4
Taxa de câmbio efetiva nominal (média anual)	7,6	-1,7	0,3
Taxa de câmbio efetiva real (média anual)	7,1	-1,2	-1,4
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
Moeda e crédito											
Base monetária	19,7	15,7	20,5	16,5	22,6	15,2	12,0	15,1	15,3	15,2	15,2
M3 (Meios de pagamento)	29,4	16,3	22,2	17,1	21,2	15,5	12,3	15,3	15,6	15,5	15,5
Crédito ao sector privado (Porcentagem do PIB)	19,9	28,7	28,4	17,5	19,8	15,5	12,3	15,3	15,2	15,2	15,2
Investimento e poupança											
Investimento interno bruto	47,4	54,5	46,9	48,6	32,1	51,6	40,6	65,8	84,1	91,6	102,2
Governo	12,7	14,8	18,0	16,2	14,0	14,9	13,9	14,2	14,3	14,1	14,0
Outros sectores	34,7	39,6	28,9	32,4	18,1	36,7	26,7	51,6	69,8	77,4	88,2
d/q Megaprojetos	28,2	31,6	15,3	...	5,0	...	13,2	35,4	53,0	61,2	72,3
d/q não rel. a megaprojetos	6,5	8,0	13,6	...	13,0	...	13,5	16,2	16,8	16,3	15,9
Poupança interna bruta (excl. donativos)	-0,9	12,5	9,5	7,2	-1,1	7,2	4,6	8,2	9,1	9,3	10,5
Governo	3,8	7,0	3,6	4,8	4,0	6,2	6,2	7,1	7,7	8,0	8,1
Outros sectores	-4,7	5,5	6,0	2,4	-5,0	1,0	-1,7	1,1	1,4	1,3	2,4
Conta corrente externa, antes dos donativos	-48,3	-41,9	-37,4	-41,4	-33,1	-44,3	-36,1	-57,6	-75,0	-82,3	-91,7
Conta corrente externa, após donativos	-44,7	-39,1	-34,1	-38,2	-30,2	-42,1	-33,1	-55,4	-73,2	-80,8	-90,4
Orçamento do Estado											
Total da receita ¹	21,9	26,3	27,3	25,5	25,2	25,7	26,2	26,7	26,8	26,9	27,0
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	30,7	34,0	42,2	36,9	35,3	34,6	33,9	33,8	33,4	33,0	32,8
Saldo global, antes dos donativos	-8,9	-7,9	-14,8	-11,4	-10,0	-8,9	-7,7	-7,1	-6,6	-6,1	-5,9
Donativos	5,1	5,2	4,2	4,9	4,0	3,4	3,7	2,8	2,3	1,9	1,6
Saldo global, após donativos	-3,9	-2,7	-10,6	-6,5	-6,0	-5,5	-4,0	-4,3	-4,4	-4,2	-4,3
Saldo primário interno, antes dos donativos	-1,0	0,9	-4,1	-1,2	-0,6	0,8	1,6	2,7	3,4	3,7	3,7
Financiamento externo (incl. alívio da dívida)	3,2	5,6	7,9	5,6	5,4	5,4	4,2	5,2	5,7	5,7	5,8
Financiamento interno líquido	0,7	-2,9	1,4	0,9	0,6	0,0	-0,2	-0,9	-1,3	-1,5	-1,5
Privatização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida pública nominal total ²	39,9	50,9	56,6	61,0	73,6	61,7	69,5	65,9	63,9	62,7	61,9
Da qual: externa	34,5	42,4	48,1	50,6	63,6	52,7	60,8	59,1	57,9	57,5	57,3
Da qual: interna	5,5	8,6	8,5	10,4	10,0	9,1	8,6	6,8	5,9	5,2	4,6
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)											
Conta corrente externa, antes dos donativos	-7.328	-6.713	-6.355	-7.033	-5.038	-8.445	-5.342	-9.459	-13.803	-16.855	-20.880
Conta corrente externa, após donativos	-6.790	-6.253	-5.787	-6.481	-4.597	-8.016	-4.901	-9.104	-13.473	-16.548	-20.594
Balança de pagamentos global	375	393	-110	40	-823	418	258	520	420	429	722
Reservas internacionais líquidas (fim do período) ³	2.604	2.995	2.881	2.889	2.026	3.273	2.251	2.737	3.125	3.521	4.241
Reservas internacionais brutas (fim do período) ³	2.798	3.191	3.071	3.079	2.467	3.463	2.768	3.277	3.632	3.995	4.714
Meses de import. projet. de bens e serv. não factoriais	2,7	3,3	3,9	2,7	3,0	2,8	2,3	2,0	1,9	1,8	1,9
Meses de import. projet. de bens e serv. não factoriais, excl. megaprojetos	4,2	4,9	4,8	4,7	4,2	4,8	4,5	4,9	5,0	4,9	5,2

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI

¹ Líquido de pedidos de restituição de IVA confirmados.² A linha de crédito portuguesa não concessional é incluída na dívida externa, em conformidade com a definição da ASD. As projeções de dívida interna incluem a titularização planeada.³ Inclui os desembolsos de recursos do FMI no âmbito da ESF e a afetação de DSE em agosto de 2009.

Tabela 2. Moçambique: Finanças Públicas, 2012-16

(Mil milhões de Meticais)

	2012	2013	2014	2015		2016	
	Efet.	Efet.	Efet.	CR15/223	Proj.	CR15/223	Proj.
Total da receita ¹	94,8	126,6	146,4	151,0	151,0	173,5	176,4
Receitas fiscais	80,9	107,6	125,2	128,6	128,6	147,9	151,2
Rendimentos e lucros	36,8	55,8	61,3	54,0	54,0	66,8	67,1
<i>Da qual:</i>							
Imposto sobre mais-valias	5,0	18,6	16,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	31,7	37,3	45,1	54,0	54,0	66,8	67,1
Bens e serviços ¹	33,3	38,3	48,3	55,8	55,8	62,5	63,6
<i>Da qual:</i> sobre produtos petrolíferos	1,3	2,2	1,8	2,9	2,9	13,9	15,9
Comércio internacional	7,6	10,0	11,4	12,2	12,2	13,9	15,9
Outras	3,2	3,5	4,1	6,6	6,6	4,7	4,7
Receitas não fiscais	14,0	19,0	21,2	22,4	22,4	25,6	25,2
Total da despesa e empréstimos líquidos	133,1	164,2	225,8	218,2	211,1	233,7	228,2
Despesas correntes	78,3	92,6	127,4	122,3	127,3	133,2	136,2
Remuneração de empregados	41,5	49,5	59,8	64,4	64,4	71,1	71,5
Bens e serviços ²	15,1	20,4	41,1	26,0	25,4	25,0	31,0
<i>Dos quais:</i> Segurança marítima	14,9	0,0	0,0	0,0	...
Juros sobre a dívida pública	4,1	4,0	5,4	8,2	8,4	10,1	12,5
Interna	2,9	2,2	2,8	4,2	4,2	4,4	7,2
Externa	1,2	1,7	2,6	4,1	4,2	5,7	5,3
Pagamentos de transferências	17,5	18,8	21,0	23,6	29,0	27,0	21,2
Despesas de capital	50,4	61,6	80,3	84,6	78,1	87,1	83,8
Com financiamento interno	24,7	33,6	44,0	43,7	35,7	44,5	41,3
Com financiamento externo	25,6	28,0	36,3	40,9	42,4	42,6	42,5
Empréstimos líquidos	4,5	10,0	16,1	11,3	5,7	13,4	8,2
Com financiamento interno	-0,4	-0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,6
Empréstimos a empresas públicas com financ. externo	4,9	10,3	15,9	11,0	5,4	13,0	7,6
Receitas(+)/despesas(-) sem afetação ²	-0,4	-0,5	-1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno, antes dos donativos, acima da linha ³	-4,1	4,2	-21,8	-7,0	-3,9	5,6	10,8
Saldo global antes dos donativos	-38,7	-38,1	-79,4	-67,2	-60,1	-60,1	-51,8
Donativos recebidos	21,9	24,9	22,7	28,7	24,2	23,2	24,8
Apoio a projetos	13,3	18,5	14,7	20,7	16,3	16,5	15,8
Apoio orçamental	8,7	6,4	8,0	8,0	7,9	6,8	9,0
Saldo global, após donativos	-16,8	-13,1	-56,7	-38,5	-35,9	-36,9	-27,0
Financiamento externo líquido	13,8	27,1	47,0	33,6	32,3	36,6	28,5
Projetos	15,4	29,6	50,2	38,1	37,2	41,8	37,2
Projetos	6,7	12,2	16,1	20,3	26,2	26,1	26,8
Não relacionados a projetos	8,7	17,5	18,5	17,9	11,1	15,7	10,4
Outros desembolsos	15,6	0,0	0,0
Amortização em dinheiro	-1,6	-2,5	-3,2	-4,5	-4,9	-5,1	-8,7
Financiamento interno líquido	2,9	-13,9	7,6	4,9	3,6	0,3	-1,5
<i>Por memória:</i>							
Saldo global menos receita extraordinária e despesas pontuais	-21,8	-31,7	-57,2	-38,5	-35,9	-36,9	-27,0
Fluxos brutos da ajuda	37,4	47,4	36,5	58,9	56,2	57,2	55,0
Apoio orçamental	12,5	13,6	9,7	14,9	13,6	9,4	11,8
Apoio não relacionado ao orçamento	24,8	33,8	42,6	46,3	46,2	51,0	46,6
Apoio a projetos	20,0	30,7	30,9	40,9	42,4	42,6	42,5
Concessional	20,0	30,7	15,1	38,7	38,8	39,4	39,1
Não concessional	0,0	0,0	15,8	2,2	3,7	3,2	3,5
Empréstimos concessionais a empresas públicas	4,9	3,1	11,7	5,4	3,8	8,4	4,1

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ IVA apresentado em bases líquidas (cobrança menos restituições solicitadas).² Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.³ Receita menos despesas correntes excl. juros menos despesas de investimento e empréstimos líquidos com financiamento interno.

Tabela 3. Moçambique: Finanças Públicas, 2012-20
(Percentagem do PIB)

	2012	2013	2014	2015		2016	2016	2017	2018	2019	2020
	Efet.	Efet.	Efet.	CR15/223	Proj.	CR15/223	Projeções	Projeções			
Total da receita ¹	21,9	26,3	27,3	25,5	25,2	25,7	26,2	26,7	26,8	26,9	27,0
Receitas fiscais	18,7	22,3	23,4	21,7	21,5	21,9	22,5	22,9	23,0	23,2	23,2
Imposto sobre mais-valias	1,2	3,9	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receitas não fiscais	3,2	3,9	4,0	3,8	3,7	3,8	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7
Total da despesa e empréstimos líquidos	30,7	34,0	42,2	36,9	35,3	34,6	33,9	33,7	33,4	32,9	32,8
Despesas correntes	18,1	19,2	23,8	20,7	21,3	19,7	20,2	19,8	19,3	19,1	19,1
Remuneração de empregados	9,6	10,3	11,2	10,9	10,8	10,5	10,6	10,4	10,0	9,8	9,7
Bens e serviços ²	3,5	4,2	7,7	4,4	4,3	3,7	4,6	4,4	4,3	4,3	4,3
Dos quais: Segurança marítima	0,0	0,0	2,8	0,0	0,0	...	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros sobre a dívida pública	1,0	0,8	1,0	1,4	1,4	1,5	1,9	1,8	1,8	1,9	1,8
Pagamentos de transferências	4,0	3,9	3,9	4,0	4,8	4,0	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2
Despesas de capital	11,6	12,8	15,0	14,3	13,1	12,9	12,5	11,4	11,7	10,2	10,5
Com financiamento interno	5,7	7,0	8,2	7,4	6,0	6,6	6,1	5,9	5,9	5,9	5,9
Com financiamento externo	5,9	5,8	6,8	6,9	7,1	6,3	6,3	5,5	5,8	4,3	4,6
Empréstimos líquidos	1,0	2,1	3,0	1,9	0,9	2,0	1,2	2,5	2,4	3,7	3,2
Com financiamento interno	-0,1	-0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Empréstimos a empresas públicas com financ. externo	1,1	2,1	3,0	1,9	0,9	1,9	1,1	2,5	2,4	3,6	3,1
Receitas(+)/despesas(-) sem afetação ²	-0,1	-0,1	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno, antes dos donativos, acima da linha ³	-1,0	0,9	-4,1	-1,2	-0,6	0,8	1,6	2,7	3,4	3,7	3,8
Saldo global antes dos donativos	-8,9	-7,9	-14,8	-11,4	-10,0	-8,9	-7,7	-7,1	-6,6	-6,1	-5,8
Donativos recebidos	5,1	5,2	4,2	4,9	4,0	3,4	3,7	2,8	2,3	1,9	1,6
Apoio a projetos	3,1	3,8	2,7	3,5	2,7	2,4	2,3	1,6	1,3	1,1	0,9
Projetos de investimento	1,7	2,1	1,1	1,8	1,2	1,2	1,2	0,7	0,6	0,5	0,4
Programas especiais	1,4	1,8	1,7	1,7	1,5	1,3	1,1	0,9	0,8	0,6	0,5
Apoio orçamental	2,0	1,3	1,5	1,4	1,3	1,0	1,3	1,1	0,9	0,8	0,7
Saldo global, após donativos	-3,9	-2,7	-10,6	-6,5	-6,0	-5,5	-4,0	-4,3	-4,3	-4,2	-4,2
Financiamento externo líquido	3,2	5,6	8,8	5,7	5,4	5,4	4,2	5,2	5,7	5,7	5,8
Desembolsos	3,6	6,1	9,4	6,5	6,2	6,2	5,5	6,6	7,1	7,1	7,0
Projetos	1,6	2,5	3,0	3,4	4,4	3,9	4,0	3,8	4,4	3,2	3,7
Não relacionados a projetos	2,0	3,6	3,4	3,0	1,8	2,3	1,5	2,8	2,6	3,8	3,3
Outros desembolsos	0,0	0,0	2,9	0,0	0,0
Amortização em dinheiro	-0,4	-0,5	-0,6	-0,8	-0,8	-0,8	-1,3	-1,4	-1,4	-1,4	-1,3
Financiamento interno líquido	0,7	-2,9	1,4	0,8	0,6	0,0	-0,2	-0,9	-1,3	-1,5	-1,5
<i>Por memória:</i>											
Saldo global menos receita extraord. e despesas pontuais	-5,0	-6,7	-10,7	-6,5	-6,0
Fluxos brutos da ajuda	8,2	10,1	6,8	10,0	9,4	8,5	8,2	7,3	7,9	6,9	7,3
Apoio orçamental	2,9	2,9	1,8	2,5	2,3	1,4	1,8	1,4	1,2	1,0	0,8
Apoio não relacionado ao orçamento	5,3	7,2	8,0	7,8	7,7	7,5	6,9	6,7	7,8	6,6	6,6
Apoio a projetos	4,6	6,5	5,8	6,9	7,1	6,3	6,3	5,5	5,8	4,3	4,6
PIB nominal	433	470	536	591	598	676	673	762	871	990	1124

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ IVA apresentado em bases líquidas (cobrança menos restituições solicitadas).

² Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.

³ Receita menos despesas correntes excl. juros menos despesas de investimento e empréstimos líquidos com financiamento interno.

Tabela 4. Moçambique: Síntese Monetária, 2012-16
(Mil milhões de Meticais, salvo indicação em contrário)

	2012			2013			2014			2015					2016			
	Efet.		Efet.	T1		T2		T3		T4		T1	T2	T3	T4			
	CR 15/223	Est.		CR 15/223	Est.	CR 15/223	Proj.	Proj.										
Banco de Moçambique																		
Ativos externos líquidos	73,1	85,7	91,5	86,8	83,8	95,7	86,8	93,0	95,5	84,0	81,1	85,5	88,5	96,0				
(Mil milhões de USD)	2,5	2,8	2,7	2,3	2,4	2,5	2,2	2,2	2,7	1,9	1,8	1,9	1,9	2,1				
Reservas internacionais líquidas	77,5	90,1	96,8	92,8	89,3	101,4	92,8	99,3	101,1	91,2	88,6	92,3	95,3	103,3				
(Mil milhões de USD)	2,6	3,0	2,9	2,5	2,6	2,6	2,7	2,3	2,9	2,0	1,9	2,0	2,1	2,3				
Ativos internos líquidos	-32,0	-38,1	-34,2	-32,4	-24,6	-37,2	-24,7	-31,0	-28,8	-13,8	-14,6	-18,5	-18,3	-17,4				
Crédito ao governo (líquido)	-27,6	-45,7	-51,0	-50,8	-52,5	-50,8	-53,4	-40,8	-50,7	-51,8	-53,1	-57,8	-52,9	-53,3				
Crédito aos bancos (líquido)	-12,7	-10,0	-4,4	-0,6	21,6	-4,6	18,0	-6,4	4,6	19,8	15,7	18,6	16,4	15,8				
Crédito ao sector privado	1,3	1,3	1,7	1,6	1,7	1,6	1,5	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,7	1,7				
Outras rubricas (líquido; ativos +)	6,9	16,2	19,4	17,4	4,6	16,7	9,3	14,6	15,7	16,5	21,3	19,1	16,5	18,5				
Base monetária	41,1	47,5	57,3	54,4	59,2	58,5	62,1	62,0	66,7	70,2	66,6	67,0	70,2	78,7				
Moeda em circulação	26,2	30,4	36,3	32,7	37,5	35,0	39,5	36,3	42,5	36,5	32,5	32,6	34,2	40,8				
Depósitos bancários no BM	14,8	17,2	21,0	21,7	21,7	23,5	22,6	25,7	24,2	33,7	34,1	34,3	36,0	37,8				
Bancos comerciais																		
Ativos externos líquidos	21,3	14,3	13,3	18,0	18,4	13,1	15,3	20,9	21,6	13,0	24,2	14,5	28,7	22,0				
(Milhões de USD)	0,7	0,5	0,4	0,5	0,5	0,3	0,4	0,5	0,6	0,3	0,5	0,3	0,6	0,5				
Ativos internos líquidos	143,9	178,1	222,2	222,0	227,0	239,7	231,0	247,6	256,5	279,0	268,5	283,0	282,5	302,5				
Reservas bancárias	22,2	24,3	32,2	30,5	29,8	34,1	31,5	31,5	35,1	41,7	42,3	42,3	43,9	43,3				
Crédito ao BM (líquido)	12,3	10,1	2,5	1,0	-21,6	0,9	-18,0	7,5	-4,6	-19,8	-15,7	-18,6	-16,4	-15,8				
Crédito ao governo (líquido)	27,5	31,7	42,1	39,3	28,6	50,8	31,0	52,1	37,0	55,0	45,6	49,3	41,4	45,2				
Crédito ao sector privado	116,5	150,3	193,0	202,2	209,1	207,5	207,4	214,3	227,0	231,6	238,6	240,7	244,4	260,3				
Outras rubricas (líquido; ativos +)	-34,5	-38,3	-47,6	-51,0	-18,8	-53,7	-21,0	-57,8	-38,0	-29,5	-42,4	-30,7	-30,8	-30,5				
Depósitos	165,3	192,4	235,5	240,0	245,5	252,7	246,3	268,5	278,1	292,0	292,7	297,5	311,2	324,5				
Depósitos à ordem e de poupança	108,4	122,0	152,7	152,8	156,8	156,5	156,4	164,7	175,8	186,1	182,3	192,9	200,9	204,9				
Depósitos a prazo	56,8	70,4	82,9	87,2	88,6	96,2	89,9	103,8	102,3	105,9	110,4	104,6	110,3	119,7				
Síntese Monetária																		
Ativos externos líquidos	94,4	100,0	104,8	104,8	102,2	108,7	102,1	113,9	117,1	97,0	105,3	100,0	117,3	118,1				
(Mil milhões de USD)	3,2	3,3	3,1	2,8	2,9	2,8	2,9	2,7	3,3	2,2	2,3	2,2	2,6	2,6				
Ativos internos líquidos	91,6	116,5	159,7	160,7	172,6	172,5	174,8	184,8	192,6	223,4	211,6	222,3	220,2	241,8				
Crédito interno	117,7	137,6	185,8	192,3	186,8	209,1	186,5	227,3	215,0	236,4	232,6	233,8	234,5	253,8				
Crédito ao governo (líquido)	-0,1	-14,0	-8,9	-11,5	-23,9	0,0	-22,4	11,3	-13,7	3,2	-7,6	-8,5	-11,5	-8,2				
Crédito ao sector privado	117,8	151,7	194,7	203,8	210,7	209,1	208,9	216,0	228,7	233,3	240,2	242,3	246,0	262,0				
Crédito à economia em moeda estrangeira	28,8	34,4	39,5	39,7	43,6	43,6	46,0	42,5	46,6	47,5	51,0	49,4	53,2	52,5				
Outras rubricas (líquido; ativos +)	-26,1	-21,2	-26,1	-31,6	-14,2	-36,6	-11,7	-42,5	-22,4	-13,0	-21,1	-11,6	-14,3	-12,0				
Moeda e quase-moeda (M3)	186,0	216,4	264,5	265,5	274,9	281,2	276,9	298,7	309,7	320,5	316,9	322,3	337,5	359,9				
Depósitos em divisas	53,3	55,6	59,7	64,7	66,9	68,2	62,4	74,7	69,9	75,1	82,0	79,4	85,3	85,4				
(Mil milhões de USD)	1,8	1,8	1,8	1,7	1,9	1,7	1,8	1,7	2,0	1,7	1,8	1,7	1,9	1,9				
M2	132,7	160,8	204,8	200,7	213,2	213,0	238,8	224,0	272,6	245,4	234,9	242,9	252,2	274,5				
Moeda fora dos bancos	19,7	22,7	27,3	24,5	29,4	27,1	30,6	28,2	31,6	28,5	24,2	24,7	26,3	35,3				
Depósitos em moeda nacional	113,1	138,1	177,5	176,3	183,8	185,9	208,2	195,8	241,0	216,9	210,6	218,1	225,9	239,1				
Por memória																		
Base monetária diária média no 3º mês do trimestre	40,3	46,5	57,0	54,3	58,2	56,6	61,9	61,5	64,4	69,8	66,4	64,8	69,6	78,2				
Varição percentual em 12 meses	21,1	15,4	22,6	20,7	19,0	15,6	17,5	16,6	16,5	22,6	22,3	14,6	13,2	12,0				
Stock de CLG (definição do programa)	-9,8	-27,2	-23,1	-25,6	-25,9	-15,1	-26,9	-4,7	-18,2	-11,1	-12,1	-13,0	-16,0	-12,6				
Fluxo de CLG (def. progr.) acum. desde o fim do ano	2,9	-17,4	4,1	-2,5	-2,8	8,0	-3,8	18,4	4,9	12,0	-0,9	-1,9	-4,9	-1,5				
Varição percentual em 12 meses																		
Base monetária	19,7	15,7	20,5	20,2	19,0	17,5	17,5	17,4	16,5	22,6	22,3	14,6	13,2	12,0				
Moeda em circulação	19,8	15,7	19,7	20,0	20,0	11,9	18,0	8,5	17,1	0,5	-0,7	-6,8	-5,8	11,9				
Reservas bancárias	19,6	15,8	22,0	20,6	17,3	27,1	16,6	32,7	15,5	60,9	57,1	46,4	40,0	12,1				
M2	25,6	21,2	27,3	25,3	20,0	22,9	18,0	23,3	17,1	19,8	17,0	14,0	12,6	11,9				
Depósitos internos	28,1	22,2	28,5	26,9	20,4	25,4	18,4	26,1	17,4	22,2	19,5	17,3	15,4	10,3				
M3	29,4	16,3	22,2	22,7	20,0	22,8	17,6	26,9	17,1	21,2	19,4	14,6	13,0	12,3				
Crédito à economia	19,9	28,7	28,4	29,0	24,1	23,2	19,4	23,5	17,5	19,8	17,9	15,9	13,9	12,3				
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	3,23	3,38	3,58	3,69	3,51	3,64	3,45	3,61	3,59	3,49	3,53	3,63	3,59	3,49				
Velocidade (PIB/M2)	3,26	3,00	2,61	2,47	2,44	2,86	2,77	2,67	2,45				
PIB nominal	433	482	536	598	591	598	591	598	591	598	673	673	673	673				
Crescimento do PIB nominal	13,5	11,3	11,1	11,7	12,5	11,7	12,5	11,7	12,5	11,7	12,5	12,5	12,5	12,5				
Taxa da FPC (fim do período)	9,5	8,3	7,5	7,5	...	7,5	...	7,5				
Taxa do BTs a 91 dias	2,6	5,2	5,4	5,5	...	5,6				

Fontes: Banco de Moçambique e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 5. Moçambique: Balança de Pagamentos, 2012-20
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2012	2013	2014	2015		2016		2017	2018	2019	2020
	Efet.	Efet.	Est.	CR/15/223	Proj.	CR/15/223	Proj.	Projeções			
Saldo da conta corrente	-6.790	-6.253	-5.787	-6.481	-4.597	-8.016	-4.901	-9.104	-13.473	-16.548	-20.594
<i>Balança comercial de bens</i>	-4.048	-4.357	-4.025	-4.531	-3.532	-5.551	-4.219	-7.070	-9.846	-11.641	-13.836
<i>D/q: Megaprojetos</i>	30	267	953	27	1.384	-830	11	-2.747	-5.228	-6.672	-8.271
Exportações, FOB	3.856	4.123	3.927	4.031	3.557	4.501	3.643	4.107	4.908	5.743	6.487
Megaprojetos	2.173	2.201	2.440	2.544	2.186	2.724	2.069	2.340	2.886	3.491	3.926
Outros	1.682	1.922	1.487	1.487	1.372	1.777	1.574	1.768	2.021	2.252	2.561
Importações, FOB	7.903	8.480	7.952	8.562	7.090	10.052	7.863	11.178	14.754	17.384	20.323
Megaprojetos	2.143	1.934	1.487	2.516	802	3.554	2.058	5.087	8.114	10.163	12.197
Outros	5.760	6.546	6.465	6.046	6.288	6.498	5.805	6.091	6.640	7.221	8.126
<i>Serviços (líquido)</i>	-3.706	-3.259	-2.932	-2.546	-1.699	-2.762	-1.231	-2.297	-3.662	-4.758	-5.699
<i>Rendimento primário (líquido)</i>	-75	-59	-202	-246	-232	-459	-344	-574	-807	-997	-1.930
<i>D/q: Juros sobre dívida pública (líquido)</i>	-40	-49	-76	...	-104	...	-101	-114	-136	-160	-186
<i>D/q: Megaprojetos (menos juros e dividendos)</i>	-48	-42	-46	0	-50	-70	-82	-218	-338	-437	-1.292
<i>Rendimento secundário (líquido)</i>	1.039	1.421	1.372	842	867	755	894	837	843	848	871
<i>D/q: Donativos externos</i>	538	460	568	551	441	429	442	356	331	308	286
Conta de capital	490	423	372	499	424	478	368	378	390	400	420
Conta financeira	-6.644	-6.202	-5.279	-6.022	-3.350	-7.955	-4.790	-9.245	-13.503	-16.576	-20.896
Investimento direto estrangeiro líquido	-5.626	-6.175	-4.902	-4.048	-2.880	-4.706	-3.188	-7.376	-11.407	-13.300	-4.491
Empréstimos (líquidos) do governo central	-544	-1.056	-1.398	-942	-925	-1.055	-754	-956	-1.180	-1.326	-1.466
Empréstimos (líq.) do sector privado não financeiro ¹	-32	-125	-76	-412	-298	-1.447	-1.538	-1.638	-1.694	-2.768	-15.803
Outros ¹	-441	1.154	1.097	-621	752	-748	690	726	779	818	864
Erros e omissões líquidos	32	22	26	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo global	375	393	-110	40	-823	418	258	520	420	429	722
Financiamento	375	393	-120	-40	703	-418	-368	-575	-420	-429	-722
Ativos de reserva (- = aumento)	378	396	-117	-7	735	-384	-335	-542	-387	-396	-720
Uso líquido do crédito	-2	-3	-3	-33	-32	-34	-33	-33	-32	-33	-2
<i>D/q: Reembolsos ao FMI (-)</i>	-2	-3	-3	-33	-32	-34	-33	-33	-32	-33	-2
Financiamento excecional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Déficit de financiamento	0	0	0	0	120	0	110	55	0	0	0
Financiamento do FMI (desembolsos SCF)	0	0	0	0	120	0	110	55	0	0	0
<i>Por memória:</i>											
Saldo de conta corrente (% do PIB)	-44,7	-39,1	-34,1	-38,2	-30,2	-42,1	-33,1	-55,4	-73,2	-80,8	-90,4
Excl. donativos externos	-48,3	-41,9	-37,4	-43,1	-33,1	-46,1	-36,1	-57,6	-75,0	-82,3	-91,7
Excl. megaprojetos	-23,9	-24,7	-25,1	-28,4	-31,5	-26,1	-26,5	-25,2	-25,0	-24,7	-25,5
Excl. megaprojetos e importações indiretas dos MP ³	-8,1	-10,2	-13,5	...	-13,9	...	-9,8	-9,7	-9,5	-9,6	-9,8
Ativos externos líquidos	2.457	2.849	2.723	2.762	1.867	3.180	2.092	2.579	2.966	3.362	4.082
Reservas internacionais líquidas ⁴	2.604	2.995	2.881	2.889	2.026	3.273	2.251	2.737	3.125	3.806	4.471
Reservas internacionais brutas ²	2.798	3.191	3.071	3.079	2.467	3.463	2.768	3.277	3.632	3.995	4.714
Meses de import. projet. de bens e serv. não factoriais	2,7	3,3	3,9	2,7	3,0	2,8	2,3	2,0	1,9	1,8	1,9
Meses de imp. proj. de b/s (excl. imp. dos megaprojectos)	4,2	4,9	4,8	4,7	4,2	4,8	4,5	4,9	5,0	4,9	5,2
Porcentagem da massa monetária (M2)	62,7	59,7	50,4	44,9	45,2	44,9	46,3	48,5	47,5	46,3	48,3

Fontes: Dados do Governo de Moçambique e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Outros fluxos da conta financeira passam a incluir investimento de carteira líquido; derivados financeiros líquidos; moeda e depósitos líquidos; seguros, pensões e planos padronizados de garantias (líquidos); créditos e adiantamentos comerciais líquidos; outras contas a receber/a pagar líquidas; outras ações líquidas e direitos de saque especiais líquidos. Incluem apenas investimento de carteira líquido e outros ativos de investimento ativos no conceito BPM5 usado no CR/15/223. Portanto, o valor na rubrica empréstimos externos líquidos do sector privado não financeiro também é diferente do relatado para o endividamento externo líquido do sector privado não financeiro no CR/15/223.

² O rácio da dívida de curto prazo não é apresentado devido a questões ligadas à disponibilidade dos dados.

³ Também exclui importações de empresas nacionais que abastecem os megaprojetos (estimado).

⁴ As RIL não incluem os desembolsos do FMI.

Tabela 6. Moçambique: Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, 2009-15

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Set 2015
Adequação dos fundos próprios							
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	15,1	14,4	17,1	17,9	16,9	15,1	16,5
Capital regulamentar Tier 1/ativos ponderados pelo risco	13,0	13,7	16,1	16,9	16,0	13,6	15,0
Capital (património líquido)/ativos	7,7	8,0	9,0	9,5	9,5	9,6	9,8
Composição e qualidade dos ativos							
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	32,4	29,5	25,1	28,1	21,9	22,2	22,6
Empréstimos malparados/empréstimos brutos ¹	1,8	1,9	2,6	3,2	2,3	3,2	4,3
Empréstimos malparados líquidos de provisões/capital ¹	5,9	5,6	6,6	6,8	4,5	3,8	...
Lucros e rentabilidade							
Rendibilidade dos ativos	3,0	2,6	2,5	1,9	2,0	2,1	2,3
Rendibilidade do capital	36,6	32,9	26,5	19,6	21,0	21,6	23,4
Margem de juros/rendimentos brutos	55,7	59,4	64,9	58,9	55,6	55,4	52,5
Despesas não financeiras/rendimentos brutos	58,4	59,7	61,3	66,1	65,3	62,4	61,3
Despesas de pessoal/despesas não financeiras	45,9	45,5	47,1	49,1	47,6	47,1	47,5
Rendimento de tarifas e negócios/rendimento bruto	44,3	23,8	17,2	19,5	17,0	20,8	26,9
Financiamento e liquidez							
Ativos líquidos/ativo totais ²	27,9	22,4	27,8	33,4	30,7	28,2	31,1
Dep. de clientes/total de empréstimos (não interbancários)	138,2	131,2	131,6	143,8	132,5	127,0	125,2

Fonte: Banco de Moçambique (BM)

¹ Até 2014, os empr. malparados são definidos conforme as normas contabilísticas moçambicanas (incluem apenas parte dos empr. em mora).

² Inclui depósitos nas instituições-mãe.

Tabela 7. Moçambique: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2012-20
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Efet.	Efet.	Est.	Projeções					
Necessidades de financiamento	7.817	7.218	6.908	4.902	8.594	8.559	7.937	5.694	6.928
Défi ce da conta corrente excl. donativos	7.328	6.713	6.355	3.769	7.232	6.609	6.118	4.905	5.187
<i>D/q: pagamentos de juros do sector público 1/</i>	40	49	76	104	101	114	136	160	186
<i>D/q: pagamentos de juros do sector privado</i>	63	52	62	69	117	277	426	546	1.410
Amortização de empréstimos do sector público	57	72	102	178	247	290	301	322	353
<i>D/q: Amortização de obrigações da EMATUM</i>	0	0	0	77	153	153	153	153	162
Amortização de empréstimos do sector privado não financeiro	429	430	449	714	740	1.266	1.638	1.171	1.020
Juros e amortizações dos atuais empréstimos do FMI	2	3	3	241	375	393	-120	-703	368
Fontes de financiamento	7.817	7.218	6.908	4.782	8.484	8.504	7.937	5.694	6.928
Conta de capital	490	423	372	424	368	378	390	400	420
Investimento direto estrangeiro líquido	5.626	6.175	4.902	2.880	3.188	7.376	11.407	13.300	4.491
Desembolsos de empréstimos do sector público	603	1.130	1.514	1.026	849	1.094	1.329	1.495	1.658
Donativos do sector público	538	460	568	441	442	356	331	308	286
Desembolsos de empréstimos do sector privado não financeiro	459	576	489	560	738	886	936	1.009	1.092
Outros fluxos de capital (líquido)	474	-1.155	-1.059	-1.283	3.234	-1.044	-6.067	-10.422	-299
Variações das reservas (+ redução)	-373	-390	123	735	-335	-542	-387	-396	-720
Défi ce de financiamento	0	0	0	120	110	55	0	0	0
Financiamento do FMI (desembolsos SCF)	0	0	0	120	110	55	0	0	0

Fonte: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui pagamentos sobre obrigações da EMATUM mas exclui juros sobre empréstimos do FMI.

Tabela 8. Moçambique: Tabela-Resumo do Programa de Empréstimos Externos Projectados
1 de Dezembro de 2015 a 31 de Dezembro de 2016

Dívida externa PGP	Volume da nova dívida em 2016		VA da nova dívida em 2016 (objetivos do programa)	
	USD milhões	Percentagem	USD milhões	Percentagem
Por fontes de financiamento da dívida	403,3	100	179,0	100
<i>Dívida concessional, da qual</i>	319,5	79	106,8	60
Dívida multilateral	230,8	57	82,3	46
Dívida bilateral	88,7	22	24,5	14
Outra	0,0	0	0,0	0
<i>Dívida não concessional, da qual</i>	83,8	21	72,2	40
Semi-concessional	83,8	21	72,2	40
Condições comerciais	0,0	0	0,0	0
Por tipo de credor	403,3	100	179,0	100
Multilateral	261,2	65	105,8	59
Bilateral – Clube de Paris	53,4	13	48,7	27
Bilateral – fora do Clube de Paris	88,7	22	24,5	14
Outra	0,0	0	0,0	0
Usos do financiamento por dívida	403,3	100	179,0	100
Infraestruturas	230,5	57	124,2	69
Despesas sociais	0,0	0	0,0	0
Financiamento do orçamento	84,1	21	30,3	17
Outros	88,7	22,0	24,5	13,7
Rubricas por memória				
<i>Projeções indicativas</i>				
Ano de 2017	997,6		459,4	
Ano de 2018	968,6		653,1	

Fontes: Autoridades moçambicanas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 9. Moçambique: Tipo de Nova Dívida Externa, USD milhões
1 de Dezembro de 2015 a 31 de Dezembro de 2016

Por tipo de taxa de juro

Taxa de juro fixa	372,9
Taxa de juro variável	0,0
Empréstimos não convencionais	30,4

Por moeda

Empréstimos expressos em USD	210,9
Empréstimos expressos noutra moeda	192,4

Fontes: Autoridades moçambicanas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 10. Moçambique: Desembolsos e Datas das Avaliações no Âmbito do Acordo SCF¹

Data de disponibilidade ²	Condições	Montante (milhões de DSE)	Em % da quota	Montante (milhões de USD) ³
Após aprovação pelo Conselho (18/12/2015)	Aprovação do acordo pelo Conselho	85,2	75	120
31 de março de 2016	Observância dos critérios de desempenho e indicadores de referência estruturais do final de dezembro e conclusão da primeira avaliação do acordo SCF (6ª avaliação do PSI) 4	39,76	35	55
30 de setembro de 2016	Observância dos critérios de desempenho e indicadores de referência estruturais do final de junho e conclusão da segunda avaliação do acordo SCF	39,76	35	55
31 de março de 2017	Observância dos critérios de desempenho e indicadores de referência estruturais do final de dezembro e conclusão da terceira avaliação do acordo SCF	39,76	35	55
Total		204,48	180	285

¹ A quota de Moçambique é de DSE 113,6 milhões.

² O financiamento ficará disponível com base na conclusão da respetiva avaliação do acordo SCF, que será realizada por ocasião da avaliação do PSI.

³ À taxa de câmbio presumida de USD 1 = DSE 0,717.

⁴ O acordo PSI de Moçambique vence em 23 de junho de 2016 e o acordo SCF vence em 17 de junho de 2017.

Tabela 11. Moçambique: Indicadores da Capacidade de Pagamento ao FMI

	Projeções											
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Obrigações junto ao FMI com base no crédito existente (Em milhões de DSE)												
Capital	3,00	23,70	23,21	22,72	22,72	1,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos e juros	0,00	0,02	0,15	0,10	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Obrigações totais ao FMI baseadas no crédito existente e potencial ¹ (Em milhões de DSE)												
Capital	3,00	23,70	23,21	22,72	32,19	33,61	45,44	45,44	45,44	22,09	4,42	
Encargos e juros	0,00	0,02	0,62	0,61	1,06	0,95	0,76	0,54	0,31	0,11	0,03	
Obrigações totais ao FMI com base no crédito existente e potencial (Em milhões de USD)												
Em milhões de USD	4,20	33,41	33,82	33,33	47,76	50,08	66,95	66,63	66,30	32,17	6,45	
Em percentagem das reservas internacionais brutas	0,17	1,21	1,03	0,92	1,20	1,06	1,24	1,08	0,91	0,36	0,06	
Em percentagem das exportações de bens e serviços	0,10	0,76	0,68	0,58	0,72	0,67	0,59	0,44	0,26	0,09	0,01	
Em percentagem do PIB	0,03	0,23	0,21	0,18	0,23	0,22	0,21	0,18	0,14	0,05	0,01	
Em percentagem da quota	2,64	20,88	20,98	20,54	29,27	30,42	40,67	40,48	40,27	19,54	3,92	
Crédito do FMI em aberto com base nos saques existentes (fim do período, todo PRGT)												
Em milhões de DSE	93,60	70,07	46,86	24,14	1,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em percentagem da quota	82,40	61,68	41,25	21,25	1,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Crédito do FMI em aberto com base nos saques existentes e potenciais (fim do período)												
Em milhões de USD	250,61	330,66	356,71	326,57	282,17	235,97	170,12	104,27	38,42	6,41	0,00	
Em percentagem das reservas internacionais brutas	10,16	11,94	10,88	8,99	7,06	5,01	3,15	1,70	0,53	0,07	0,00	
Em percentagem das exportações de bens e serviços	0,24	0,27	0,22	0,16	0,11	0,07	0,03	0,01	0,00	0,00	0,00	
Em percentagem do PIB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em percentagem da quota	157,40	206,68	221,25	201,25	172,92	143,33	103,33	63,33	23,33	3,89	0,00	
<i>Por memória:</i>												
PIB nominal (em mil milhões de USD)	15,21	14,81	16,42	18,40	20,48	22,78	31,39	36,66	48,21	58,66	75,81	
Exportações de bens e serviços (em mil milhões de USD)	4,23	4,42	4,94	5,79	6,68	7,50	11,28	14,99	25,80	35,51	52,68	
Reservas internacionais brutas (em mil milhões de USD)	2,47	2,77	3,28	3,63	4,00	4,71	5,40	6,14	7,25	9,03	10,45	
Quota (em milhões de DSE)	113,6	113,6	113,6	113,6	113,6	113,6	113,6	113,6	113,6	113,6	113,6	

Fontes: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Presume o acesso da 180% da quota no período 2015-17 e desembolsos semestrais.

Anexo I. Moçambique: Avaliação do Equilíbrio Externo¹

As limitações de dados sobre as actividades relacionadas aos megaprojectos implicam que as avaliações do equilíbrio externo de Moçambique estão sujeitas a um nível considerável de incerteza. Tais limitações referem-se em especial à dificuldade em computar uma conta corrente e posição de investimento internacional não relacionadas aos megaprojectos, que descreveriam com precisão o núcleo da economia do país. Embora as autoridades moçambicanas produzam dados precisos sobre o sector externo no que respeita aos megaprojectos, dispõe-se apenas de dados exploratórios sobre as empresas internas cujas operações relacionam-se exclusivamente aos megaprojectos.² Com base nesses dados exploratórios e noutras considerações, o corpo técnico estimou os saldos da conta corrente e da posição de investimento internacional (PII) excluindo todas as actividades relacionadas aos megaprojectos.³

As estimativas do corpo técnico da posição externa não relacionada aos megaprojectos mostram que a conta corrente deteriorou-se após 2013. Assim como muitos países de baixa renda em vias de desenvolvimento, Moçambique tradicionalmente apresenta um défice da conta corrente, que situava-se próximo dos 5% do PIB no período 2006-09 e dos 10% do PIB mais recentemente, no período 2010-13. Este último encontrava-se coerente, na generalidade, com uma PII líquida estável, embora a PII de Moçambique tenha registado melhorias significativas no período anterior. Contudo, mais recentemente, verificou-se um agravamento expressivo dos défices da conta corrente não relacionada aos megaprojectos, para 13,5 e 14% do PIB em 2014 e 2015, respectivamente.

Na ausência de actividades de investimento elevado dos megaprojectos, tais défices expressivos da conta corrente não relacionada aos megaprojectos não são sustentáveis. Os influxos financeiros ligados aos megaprojetos caíram, e projecta-se que sejam inferiores a USD 1 mil milhões em 2015, face aos investimentos temporariamente mais baixos nos sectores de carvão e gás enquanto estão a ser negociados os acordos entre o governo e o sector privado. Embora a grande maioria desses fluxos de IDE se destine a importações, a sua própria magnitude (USD 4 mil milhões, em média, no período 2012-14) implicava que até mesmo uma pequena fuga para bens e serviços internos constituía um volume significativo de financiamento.

¹ Elaborado por Christian Henn.

² Por exemplo, existem empresas internas envolvidas nas etapas de extracção e processamento de carvão que vendem os seus serviços exclusivamente aos megaprojectos. Os dados disponíveis referem-se apenas ao sector de carvão em 2013 e indicam que, face a um elevado grau de *outsourcing*, as importações pelas empresas internas relacionadas aos megaprojectos provavelmente seriam maiores do que as das próprias grandes empresas de carvão.

³ De referir, entre outras considerações, a duplicação das importações “não classificadas” não relacionadas aos megaprojectos entre 2011 e 2012, à medida que os megaprojectos estavam em franca expansão, e que dificilmente pode ser explicada apenas pela economia tradicional.

Em contrapartida, a conta financeira não relacionada aos megaprojectos manteve-se comparativamente resiliente. Embora espera-se que venham a abrandar no futuro próximo, os fluxos de IDE e empréstimos ao sector privado mantiveram, até à altura, o mesmo ritmo que em 2014, compensando a descida dos desembolsos para os projectos de investimento público que resultou, em parte, da desaceleração da contratação de dívida externa no passado recente. Espera-se, pois, que a conta financeira não relacionada aos megaprojectos registre mais de USD 3,2 mil milhões em entradas líquidas, superando os totais de 2012 (USD 3,2 mil milhões) e 2013 (USD 2,7 mil milhões)⁴ mas aquém da magnitude alcançada em 2014 (USD 3,7 mil milhões).

De salientar que não há evidências de fuga de capital. Os agentes internos mantiveram a sua poupança no país, embora supostamente tenham tido grande interesse em manter seus actuais depósitos em dólares, possivelmente na expectativa de uma nova depreciação do metical. Embora isto tenha tornado o mercado cambial interno mais ilíquido, não houve fuga de capital. A fuga de capital normalmente ocorreria através da aquisição de investimentos de carteira ou depósitos bancários no estrangeiro, e seria registada na rubrica de “outros” fluxos da conta financeira (na Tabela 5). O que se viu, porém é que esses “outros” fluxos continuam a ser fortemente movidos pelas operações dos megaprojectos (e, em especial, pelas variações nas suas posições de créditos comerciais). Dos USD 1,1 mil milhões em saídas líquidas nessa categoria em 2014, apenas USD 100 milhões referiam-se à economia não relacionada aos megaprojectos.⁵ Este padrão perdurou no primeiro semestre de 2015, com a economia não relacionada aos megaprojectos a responder por apenas USD 16 milhões de um total de USD 370 milhões dessas saídas.⁶

Durante o ano de 2016, projecta-se que o ajustamento macroeconómico inverta a deterioração da conta corrente e, assim, interrompa o declínio da PII de Moçambique não relacionada aos megaprojetos. A deterioração da conta corrente colocou a PII não relacionada aos megaprojectos numa trajetória descendente a partir do seu nível máximo de -47% do PIB em 2013. A deterioração resultou de políticas orçamentais demasiado expansionistas no período

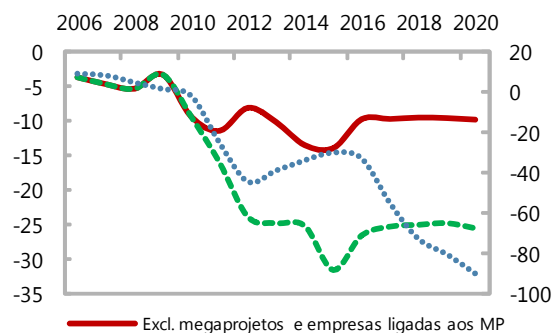
⁴ Ajustado para excluir o desembolso das obrigações da EMATUM, no valor de USD 782 milhões.

⁵ Em 2012 e 2013, a economia não relacionada aos megaprojectos registou grandes volumes de entrada de recursos nesta categoria, superiores a USD 1 mil milhões, mas isto se deveu a factores especiais: a contratação de obrigações da EMATUM no valor de USD 780 milhões em 2013 e questões ligadas a actualização de dados em 2012, referentes ao alargamento das importações (ligadas aos megaprojectos) pelas empresas internas que abastecem exclusivamente os megaprojectos. No entanto, na década até 2011, a economia não relacionada aos megaprojectos registou entradas relativamente estáveis nessa categoria, de cerca de USD 100 milhões por ano.

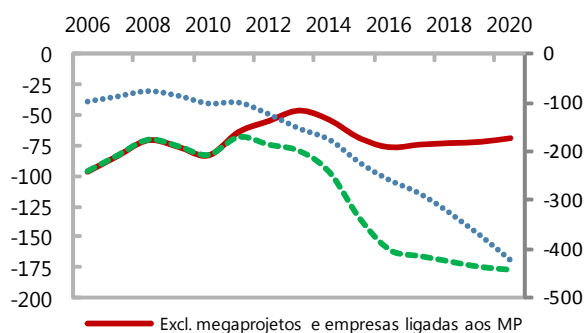
⁶ Uma redução nessas “outras” saídas já havia sido projectada anteriormente, com os créditos comerciais líquidos concedidos pelos megaprojectos aos importadores dos seus produtos a expandir a um ritmo muito mais moderado face aos preços mais baixos das matérias-primas. Contudo, é difícil projectar esses fluxos, pois podem ser movidos por operações não discriminadas dos megaprojectos. Assim, a magnitude da inversão não foi, até à altura, tão grande quanto esperado aquando da quarta avaliação (que antecipava entradas em 2015), em parte porque o redimensionamento da actividade de investimento dos megaprojectos conduziria a uma redução dos passivos em créditos comerciais.

que antecedeu as eleições de 2014, de uma taxa de câmbio sobrevalorizada no passado recente e de uma política monetária relativamente flexível. O grande volume de receitas extraordinárias do imposto sobre mais-valias e o correspondente reforço das reservas internacionais possibilitou amplas intervenções cambiais, o que adiou o ajustamento. Contudo, espera-se que o ajustamento decisivo iniciado pelas autoridades em finais de 2015 consiga baixar o saldo da conta corrente para menos de 10% do PIB a partir de 2016 e conduzir a uma recuperação gradual da PII, a partir do nível de -78% do PIB projectado para 2016.

**Saldo da Conta Corrente
(Porcentagem do PIB)**



**Posição de Investimento Internacional Líquido
(Porcentagem do PIB)**



A depreciação do metical desde o final de 2014 deve contribuir para o rebalanceamento.

Após manter-se basicamente estável no período 2012-14, as taxas de câmbio efectiva nominal e real sofreram uma depreciação de cerca de 10% entre o final de Dezembro de 2014 e o final de Setembro de 2015. A depreciação registada até meados de Novembro foi mais acentuada frente ao dólar norte-americano (25%), mas mais limitada frente ao rand sul-africano (13%), a moeda em que são facturadas muitas importações. Ainda se aguarda a concretização do impacto, até porque grande parte da depreciação ocorreu em meses recentes.⁷

A Avaliação do Equilíbrio Externo concluiu que, na generalidade, o valor do metical é adequado.

Embora as limitações de dados gerem algumas incertezas, a mais recente depreciação do metical e os efeitos das medidas de ajustamento provavelmente terão corrigido grande parte da sobrevalorização de 5-10% estimada na avaliação anterior. Assim que os efeitos forem plenamente transmitidos aos fluxos comerciais, projecta-se que o défice da conta corrente (excluindo os fluxos relacionados aos megaprojectos) sofram uma contração em relação aos seus níveis de 2015, passando de 14% do PIB para 9,8% em 2016 e permanecendo nesse intervalo no médio prazo. Esta evolução está em linha com as normas derivadas das abordagens EBA-lite da Conta Corrente e da Sustentabilidade Externa, de 10% e 11,5% do PIB, respectivamente. A abordagem do Índice da TCER, que é mais sensível por avaliar as taxas de câmbio directamente, apoia esta conclusão, indicando que, no presente, o valor do metical é basicamente apropriado.

⁷ Entre Maio e meados de Novembro, a depreciação foi de 19% face ao dólar e de 2,5% face ao rand. A taxa de câmbio efectiva real se depreciou em 4% entre Maio e Setembro.

Estimativa de Valorização do Metical Utilizando Abordagens EBA-lite

Abordagem	Hiato da conta corrente (% do PIB) 1/	Sobrevalorização (+) / Subvalorização (-) (%) 2/
Abordagem da Conta Corrente		
2015	-4,7	9,5
2016 (após a transmissão da taxa de câmbio ao comércio)	-0,6	1,2
Abordagem do Índice TCER (2015)	...	-2,2
Abordagem da Sustentabilidade Externa 3/		
2015	-2,4	4,9
2016 (após a transmissão da taxa de câmbio ao comércio)	1,7	-3,5

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ A abordagem EBA considera uma conta corrente não relacionada aos megaprojetos, que é ajustada pelas importações indiretas dos megaprojetos relacionadas a serviços fornecidos aos megaprojetos por outras empresas internas. Este montante é estimado, enquanto o BM continua a trabalhar nas estatísticas oficiais para quantificar tais importações.

2/ Como nas análises anteriores, utilizou-se a elasticidade de Tokarick (2010) para traduzir o hiato da conta corrente na valorização implícita, pois é derivada com base no pressuposto de um país pequeno (ver

3/ Com base na estabilização da PII não relacionada aos megaprojetos, tal como estimada no nível de 83% do PIB no fim de 2014.

O programa apoiado pelo FMI foi concebido de forma a garantir que as reservas internacionais permaneçam em níveis confortáveis. As conclusões da quarta avaliação no que respeita à avaliação da suficiência de reservas ainda são válidas: concluiu-se que 4,5 meses de cobertura das importações não relacionadas aos megaprojectos representava um nível de reservas prudente. Projecta-se que as reservas no final de 2015 proporcionem 4,2 meses de cobertura das importações futuras, um nível inferior aos 5 meses registados no final de 2014. Nos termos do programa, projecta-se que as reservas baixem para 3,8 meses de cobertura no início de 2016, recuperando-se em seguida para 4,5 meses até ao final de 2016. E, mais importante, o programa cria condições para que Moçambique retorne a uma trajectória de acumulação gradual de reservas a longo prazo para fazer face à amplitude crescente de choques que podem decorrer à medida que as suas exportações continuam a deslocar-se para os recursos naturais.

Acordo ao Abrigo da Linha de Crédito Stand-by

Encaminha-se anexa uma carta do Ministro das Finanças e do Governador do Banco de Moçambique datada de 2 de Dezembro de 2015 (a “Carta”), acompanhada dos seus anexos — o Memorando de Política Económica e Financeira (o “MPEF”) e o Memorando Técnico de Entendimento (o “MTE”) —, solicitando ao Fundo Monetário Internacional, na qualidade de Administrador do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (o “Administrador”), um acordo de 18 meses no âmbito da Linha de Crédito Stand-by (“SCF”), e definindo:

- (a) os objectivos e as políticas do programa que as autoridades da República de Moçambique pretendem adoptar durante os 18 meses de vigência do acordo;
- (b) os objectivos, as políticas e as medidas que as autoridades da República de Moçambique pretendem adoptar durante o primeiro ano de vigência do acordo, e
- (c) os entendimentos entre a República de Moçambique e o Administrador relativamente às avaliações a serem realizadas sobre os progressos na consecução dos objectivos do programa e sobre as políticas e medidas que as autoridades da República de Moçambique adoptarão durante o período restante do acordo.

Para apoiar esses objectivos e políticas, o Administrador aprova o pedido de um acordo de 18 meses em conformidade com as seguintes disposições e sujeito às disposições que se aplicam à assistência no âmbito do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (o “PRGT”).

1. (a) Por um período de 18 meses a contar da data de aprovação do presente acordo, a República de Moçambique terá o direito de obter desembolsos de empréstimos do Administrador num montante total equivalente a DSE 204,48 milhões, sujeito à disponibilidade de recursos do PRGT.
- (b) Os desembolsos ao abrigo do presente acordo não ultrapassarão o equivalente a DSE 164,72 milhões nos primeiros doze meses do acordo.
2. Durante o prazo de vigência do acordo:
 - (a) o primeiro desembolso, num montante equivalente a DSE 85,2 milhões, estará disponível aquando da aprovação do acordo, mediante solicitação da República de Moçambique e sujeito ao disposto nos parágrafos 4 e 5 adiante;
 - (b) o segundo desembolso, num montante equivalente a DSE 39,76 milhões, estará disponível a partir de 31 de Março de 2016, mediante solicitação da República de Moçambique e sujeito ao disposto nos parágrafos 3, 4 e 5 adiante;

- (c) o terceiro desembolso, num montante equivalente a DSE 39,76 milhões, estará disponível a partir de 30 de Setembro de 2016, mediante solicitação da República de Moçambique e sujeito ao disposto nos parágrafos 3, 4 e 5 adiante.

3. A República de Moçambique não solicitará:

A. o segundo e o terceiro desembolsos ao abrigo do presente acordo, conforme especificado nas alíneas b) e c) do parágrafo 2 acima, respectivamente:

- (a) se a Directora-Geral do Administrador constatar que os dados de 31 de Dezembro de 2015, com respeito ao segundo desembolso, e os dados de 30 de Junho de 2016, com respeito ao terceiro desembolso, indicarem que:

- (i) o limite máximo ("tecto") do crédito líquido ao governo central; ou

- (ii) o limite máximo ("tecto") do stock da base monetária; ou

- (iii) o limite mínimo ("piso") do stock de reservas internacionais líquidas do Banco de Moçambique,

conforme definidos na Tabela 1 do MPEF e especificados em pormenor no MTE, não foram cumpridos; ou

- (b) após 30 de Março de 2016, até que o Administrador tenha determinado que foi concluída a primeira avaliação do programa, com respeito ao segundo desembolso, e após 29 de Setembro de 2016, até que o Administrador tenha determinado que foi concluída a segunda avaliação do programa, com respeito ao terceiro desembolso.

4. A República de Moçambique não solicitará um desembolso se, em qualquer momento durante a vigência do presente acordo:

- (a) o tecto relativamente ao valor actual da nova dívida externa contraída ou garantida pelo governo central, pelo Banco de Moçambique ou por estatais seleccionadas com vencimento superior a um ano; ou

- (b) o tecto relativamente ao stock da dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo central; ou

- (c) o tecto relativamente aos atrasados de pagamentos externos do governo central;

conforme definidos na Tabela 1 do MPEF e especificados em pormenor no MTE, não foram cumpridos; ou

- (d) a República de Moçambique impuser ou reforçar restrições sobre pagamentos e transferências para transações internacionais correntes, ou
- (e) a República de Moçambique introduzir ou modificar práticas de taxas de câmbio múltiplas; ou
- (f) a República de Moçambique firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VIII; ou
- (g) a República de Moçambique impuser ou intensificar restrições às importações por razões ligadas à balança de pagamentos.

5. A República de Moçambique não solicitará um desembolso que tenha se tornado disponível nos termos do presente acordo após o cumprimento das condições para tal desembolso especificadas nos parágrafos 3 e 4 acima e que permaneça não utilizado:

- (i) após 30 de Março de 2016, até que seja concluída a primeira avaliação referida no parágrafo 3.A(b) acima;
- (ii) após 30 de Setembro de 2016, até que seja concluída a segunda avaliação referida no parágrafo 3.A(b) acima;

6. Quando a República de Moçambique for impedida de solicitar desembolsos ao abrigo do presente acordo em função dos motivos expostos nos parágrafos 3, 4 e 5 acima, os referidos desembolsos só serão liberados após a realização de consultas entre o Administrador e a República de Moçambique e o alcance de entendimentos relativamente às circunstâncias em que a República de Moçambique poderá solicitar os desembolsos.

7. Nos termos do parágrafo 6 da Carta, a República de Moçambique prestará ao Administrador as informações por este solicitadas com relação aos progressos realizados pelo país na implementação das políticas e consecução dos objetivos do programa apoiado por este acordo.

8. Durante a vigência do presente acordo, a República de Moçambique manterá um estreito diálogo com o Administrador. Nos termos do parágrafo 5 da Carta, a República de Moçambique manterá consultas com o Administrador acerca da adopção de quaisquer medidas que se mostrem apropriadas, por iniciativa própria ou sempre que solicitado pela Directora-Geral do Administrador. Outrossim, após a vigência do presente acordo e enquanto a República de Moçambique tiver obrigações financeiras com o Administrador decorrentes do desembolso de empréstimos ao abrigo do presente acordo, a República de Moçambique consultará o Administrador de tempos em tempos, por iniciativa própria ou sempre que a Directora-Geral do Administrador solicitar consultas sobre as políticas económicas e financeiras da República de Moçambique. Tais consultas podem abranger a troca de correspondências e visitas de funcionários do Administrador à República de Moçambique ou de representantes da República de Moçambique ao Administrador.

Apêndice I. Carta de Intenções

Maputo, Moçambique
2 de Dezembro de 2015

Exma. Sra. Christine Lagarde
Directora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
E.U.A.

Senhora Directora-Geral:

Desde o final de 2014, a economia moçambicana encontra-se cada vez mais afectada pela queda dos preços internacionais das matérias-primas, o que resultou na queda das receitas de exportação e do IDE, depreciação significativa do metical e perda de reservas internacionais. Apesar dos sérios desafios, as perspectivas de crescimento são robustas e a inflação permanece baixa, e o Governo de Moçambique está a tomar as medidas de política para fazer face aos choques externos, nomeadamente através do ajustamento orçamental e da maior restrição da política monetária. Para apoiar os nossos esforços, solicitamos um acordo de 18 meses ao abrigo da Linha de Crédito Stand-by (SCF) para complementar o Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) visando o reforço das reservas e a emissão de um sinal inequívoco da nossa intenção de preservar a estabilidade macroeconómica. O principal objectivo do acordo SCF será aliviar os choques externos à balança de pagamentos e, por intermédio do fortalecimento da estabilidade macroeconómica, cumprir os objectivos do Governo no que respeita à redução da pobreza e ao crescimento inclusivo.

O Governo de Moçambique vem, por este meio, solicitar a conclusão da quinta avaliação no âmbito do PSI e a aprovação do acordo SCF. Solicitamos ainda a modificação de três critérios de avaliação para o final de Dezembro de 2015 para ter em conta a evolução da conjuntura e a revisão das nossas projecções macroeconómicas, a saber: o declínio substancial das reservas internacionais líquidas face a fortes pressões sobre a balança de pagamentos; o desconto das obrigações do Tesouro pelas empresas privadas para regularizar os atrasos no reembolso do IVA, o que gera um impacto sobre o crédito líquido ao governo; e os efeitos do aumento das reservas obrigatórias sobre a base monetária. Solicitamos também: i) a fixação dos critérios de desempenho e metas indicativas referentes ao fim de Junho de 2016, bem como das metas indicativas referentes ao fim de Março, fim de Setembro e fim de Dezembro e ii) a reprogramação de dois indicadores de referência estruturais existentes e a fixação de novos indicadores de referência estruturais para 2015-16, de modo a reflectir, em parte, as complexidades na implementação dos indicadores de referência estruturais. Em apoio a este pedido, transmitimos o Memorando de Política Económica e Financeira (MPEF) anexo, que avalia a implementação do programa apoiado pelo PSI actual e estabelece os objectivos de política e os critérios de avaliação e metas indicativas para o curto e médio prazos.

O Governo acredita que as políticas delineadas no MPEF são suficientes para o alcance dos objectivos do programa apoiado pelo acordo PSI/SCF, mas estamos prontos para tomar quaisquer medidas adicionais que se revelem apropriadas para atingir esse fim.

O Governo consultará o FMI sobre a adopção destas medidas — por iniciativa própria ou mediante solicitação da Directora-Geral — sempre que haja necessidade de revisões nas políticas que constam do MPEF anexo, em conformidade com as políticas do FMI relativamente a tais consultas.

O Governo transmitirá ao FMI todas as informações de que este venha a necessitar para avaliar o progresso efectuado na implementação das políticas económicas e financeiras e no alcance dos objectivos do programa.

O Governo autoriza o FMI a publicar a presente Carta de Intenções, os seus anexos e o respectivo relatório do corpo técnico.

Com os melhores cumprimentos,

/s/

Adriano Maleiane
Ministro da Economia e
Finanças

/s/

Ernesto Gouveia Gove
Governador
Banco de Moçambique

Anexos: Memorando de Política Económica e Financeira
Memorando Técnico de Entendimento

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF)

2 de Dezembro de 2015

1. Este MPEF i) descreve a evolução económica recente e o desempenho no âmbito do programa económico do Governo ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) de três anos até à presente data e ii) pormenoriza as intenções em matéria de políticas económicas e estruturais. Ele está assente sobre o MPEF subjacente à quarta avaliação do PSI, de Junho de 2015.

I. Evolução Económica Recente e Desempenho no Âmbito do Programa

2. **Em 2015, o desempenho da economia moçambicana permaneceu robusto.** Contudo, a economia está a enfrentar desafios crescentes a curto prazo devido a queda dos preços das matérias-primas, abrandamento temporário do investimento directo estrangeiro e forte apreciação do dólar ao nível internacional.
 - **O crescimento económico abrandou em 2015. O PIB real cresceu em 6,3% no primeiro semestre de 2015, em comparação a uma média de 8% no período homólogo dos dois anos anteriores.** Tal abrandamento foi motivado, em parte, pelas cheias no início de 2015 e pela execução mais lenta das despesas orçamentais devido ao atraso na aprovação do orçamento, embora o crescimento nos sectores agrícola e mineiro tenha sido melhor do que o previsto. O crescimento do sector mineiro abrandou para 17% no primeiro semestre de 2015 face aos 29% registados no primeiro semestre de 2014, o que reflecte a redução dos preços internacionais das matérias-primas e os constrangimentos nos transportes que impediram o alargamento da produção e das exportações de carvão. O desempenho foi também mais fraco nos sectores de comércio e transportes, devido ao impacto das cheias nos fluxos de transporte de pessoas e mercadorias ao longo da estrada nacional norte-sul no início de 2015.
 - **Inflação e política monetária.** Nos últimos nove meses, a inflação manteve-se estável e baixa, com uma taxa homóloga de 2,4% em Setembro de 2015. As baixas pressões inflacionistas reflectem o aumento da oferta interna de alimentos, a queda dos preços internacionais das matérias-primas e a taxa de câmbio relativamente estável do metical face ao rand sul-africano. A prudência na gestão da liquidez no sistema bancário e o não ajustamento dos preços administrados foram outros factores chave que contribuíram para a manutenção dos baixos índices de inflação até Setembro.
 - **Taxa de câmbio.** Desde o último trimestre de 2014, a taxa de câmbio entre o metical e o dólar tem sofrido pressão, devido ao fortalecimento do dólar nos mercados internacionais, ao alargamento do défice da conta corrente, exacerbado pela queda dos preços das matérias-primas, e pela contínua procura vigorosa por divisas no mercado interno, inclusivamente para o pagamento da dívida externa e das importações de combustíveis. As pressões para a depreciação foram agravadas pelo declínio da ajuda

externa e do investimento directo estrangeiro num ambiente político incerto em seguimento as eleições no final de 2014.

- **Conta corrente externa.** No primeiro semestre de 2015, o défice da conta corrente excluindo os megaprojectos se deteriorou para USD 2,2 mil milhões face aos USD 1,2 mil milhões observado em igual período do ano transacto, devido a um aumento de 17% das importações e à ausência de novos fluxos de impostos sobre as mais-valias, que contribuíram para conter o défice da conta corrente no primeiro semestre de 2014. Dada a conjuntura internacional, as exportações tradicionais, que permaneceram estáveis, não foram suficientes para contrabalançar esses desenvolvimentos. Ao incorporar as operações dos megaprojectos, verifica-se apenas uma deterioração ligeira do défice da conta corrente. O total das exportações sofreu um decréscimo de 4,2%, para USD 1,8 mil milhões, como reflexo do impacto da queda dos preços das matérias-primas, incluindo areias pesadas, carvão e gás. O total das importações sofreu um decréscimo de 4,5%, para USD 3,5 mil milhões, devido à forte redução das importações dos megaprojectos em linha com uma desaceleração das suas actividades de investimento. Tal desaceleração está a produzir um declínio no IDE e noutras entradas de financiamento, com repercussões nas contas externas.
- **IDE, desembolsos de ajuda externa/empréstimos, reservas.** Os fluxos de IDE para o país registaram uma queda de 17% no primeiro semestre de 2015 em termos homólogos, o que se deve, sobretudo, à desaceleração dos investimentos no sector da mineração, especialmente de gás e carvão. A entrada de fluxos de ajuda externa diminuiu em 14% no primeiro semestre. Tal resultou num declínio das reservas internacionais líquidas, para USD 2,2 mil milhões no final de Setembro de 2015 (correspondendo a cerca de 3,9 meses de cobertura das importações correntes de bens e serviços não factoriais, excluindo os megaprojectos, pelas reservas internacionais brutas).

Execução orçamental.

- As receitas ficaram ligeiramente abaixo da meta do programa. Entre os factores que contribuíram para este resultado figuram: i) a verificação e o controlo contínuo das declarações anuais de rendimentos das pessoas singulares e colectivas; e ii) o aumento dos controlos sobre os benefícios fiscais aos projectos de investimento por parte da Direcção Geral dos Impostos (DGI).
- As despesas situaram-se em 84,5% do previsto no programa no primeiro semestre. Tal se explica pelo atraso na aprovação do Orçamento Geral do Estado de 2015 (no final de Abril de 2015). Nos primeiros quatro meses, o Orçamento Operacional foi implementado segundo o princípio dos duodécimos (fixação de limites mensais às despesas iguais a um duodécimo do orçamento do ano anterior) e o Orçamento de Investimento foi executado apenas para os projectos inscritos em 2014 e que tiveram continuidade no exercício de 2015.

- O défice orçamental foi 0,3% do PIB inferior ao esperado, dada a queda de 50,7% nas despesas com financiamento externo devido aos atrasos nos desembolsos da ajuda financeira e à demora na aprovação do orçamento. Os desembolsos de donativos e empréstimos representaram 45,3% e 40,3%, respectivamente, dos montantes inicialmente aprovados para este ano.

3. Desempenho no âmbito do programa

- **Metas quantitativas até ao final de Setembro de 2015.** O desempenho do programa até ao final de Junho foi misto. Não foram cumpridos três critérios de avaliação referentes ao crédito líquido ao governo (CLG), reservas internacionais líquidas (RIL) e atrasados de pagamentos externos, bem como uma meta indicativa sobre a receita pública; todos os demais critérios de avaliação foram cumpridos. O desvio no CLG reflectiu factores pontuais e será temporário: o Governo efectuou um pagamento único de cerca de USD 100 milhões (0,6% do PIB) aos distribuidores de combustíveis para compensar os pagamentos insuficientes no passado, decorrentes da suborçamentação. Tal facto, aliado ao célere desconto do grosso dos títulos públicos recebidos pelas empresas como reembolso dos créditos em aberto do IVA (MT 8,4 mil milhões), levaram à ultrapassagem da meta do CLG no final de Junho. As RIL ficaram abaixo da meta no final de Junho por uma ligeira margem, em parte como reflexo de perdas cambiais. A meta indicativa da base monetária foi cumprida em Setembro de 2015. O não cumprimento da meta indicativa das RIL por uma margem expressiva no final de Setembro reflecte as pressões contínuas sobre a balança de pagamentos, nomeadamente a queda das receitas de exportação, o aumento do serviço da dívida externa e a depreciação cambial resultante do fortalecimento do dólar dos EUA. As deficiências na coordenação com os credores e um erro na gestão de dívidas antigas causaram pequenos atrasos de pagamentos externos, que desde então foram resolvidos.
- **Indicadores de referência estruturais.** O indicador de referência estrutural para o final de Junho referente à inclusão, no projecto de orçamento de 2016, de uma regra fiscal sobre o uso da receita extraordinária foi cumprido. O indicador sobre a operacionalização de uma aplicação informática para o pagamento do IVA, do ISPC e dos impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e colectivas através dos bancos não foi cumprido, embora tenham sido feitos progressos consideráveis, levando ao seu cumprimento no final de Novembro. O indicador para o final de Julho referente à emissão de directrizes orçamentais exigindo que a Comissão de Avaliação de Investimentos faça uma avaliação técnica dos novos projectos de investimento público de valor igual ou superior a USD 50 milhões a serem incluídos no orçamento de 2016 e dos anos seguintes foi cumprido. O indicador sobre a autorização do uso de Obrigações do Tesouro como garantia em operações do mercado monetário não foi cumprido até ao final de Setembro como pretendido; contudo, as questões técnicas foram resolvidas e os respectivos projectos de regulamentos foram aprovados pelo Conselho de Administração do BM, e o indicador foi plenamente cumprido em Novembro de 2015. Os

demais indicadores de referência para Dezembro de 2015 e Janeiro de 2016 estão a avançar conforme planeado, e espera-se que sejam cumpridos.

II. Políticas Macroeconómicas

A. Objectivos Económicos

4. Perspectivas económicas para 2015-19.

- **Política macroeconómica.** A política orçamental será orientada para a promoção de crescimento vigoroso e inclusivo, em simultâneo com o suporte ao ajustamento externo. Nesse contexto, espera-se que o défice orçamental global decline de 6% do PIB em 2015 para 4% do PIB em 2016 e permaneça nesse nível no médio prazo. Espera-se que a arrecadação de receitas mantenha o dinamismo no período e que as despesas diminuam em 1,4% do PIB em 2016, estabilizando em cerca de 32-33% do PIB no médio prazo. O acesso ao endividamento em condições não concessionais será limitado aos projectos que não possam ser financiados por meio de empréstimos concessionais, que não ponham em causa a sustentabilidade da dívida e que tenham sido objecto de uma rigorosa análise de custo-benefício. A política monetária será coerente com a evolução geral da economia, garantindo sempre a estabilidade de preços e manutenção de níveis suficientes de reservas.
- **Crescimento do PIB.** Espera-se que o PIB cresça em 7% em 2015, embora existam alguns riscos que possam justificar uma nova redução de 0,7 pontos percentuais nas previsões, dependendo do desempenho no segundo semestre do ano.¹ Poderão ser necessárias revisões em baixa caso o desempenho mais fraco dos sectores de mineração, de comércio, financeiro, de transportes e de turismo perdure até ao final do ano. Contudo, o crescimento deve acelerar para o intervalo de 7-8% durante o período de 2016-2020, apoiado pela agricultura, construção civil e serviços financeiros, e liderado pela expansão da produção de carvão mineral e das obras de construção dos projectos de GNL.
- **Inflação.** Com base nos desenvolvimentos recentes, a expectativa é que a inflação ascenda a cerca de 5% até ao final de 2015 (com uma média de 2%) devido ao ajustamento recente de alguns preços administrados e à depreciação do metical, embora ela permaneça abaixo da meta de 5,5% em termos homólogos. Espera-se que a inflação no período 2016-17 aumente um pouco até ao nosso objectivo de médio prazo de uma inflação média anual de 5% a 6% ao ano.
- **Conta corrente externa.** A balança de pagamentos no período 2015-17 continuará a ser caracterizada pelo impacto negativo da persistência dos baixos preços internacionais das

¹ Por questões de prudência, o programa assenta num pressuposto mais conservador em relação ao crescimento.

matérias-primas, o que mantém as exportações moderadas. Por conseguinte, o objectivo das nossas medidas de ajustamento macroeconómico é manter a sustentabilidade ao conter as importações não relacionadas aos megaprojectos. Espera-se que a entrada de novos investimentos para as infraestruturas do sector do carvão e as instalações de processamento do GNL, que poderá iniciar em 2016, também contribua para suportar a posição externa, inclusive no médio prazo. Tais medidas conterão o declínio nas reservas internacionais, recolocando-as numa trajectória de expansão gradual. Para o final de 2015, estimamos que o rácio de cobertura das reservas brutas seja de cerca de 4,2 meses das importações projectadas de bens e serviços, excluindo os megaprojectos. Após atingir o seu nível mais baixo no primeiro semestre de 2016, projecta-se que o rácio se recupere para 4,5 meses no final de 2016 e 4,9 meses até ao final de 2017.

- **Política orçamental.** O défice orçamental global continuará a baixar em 2016 para apoiar o ajustamento externo, correspondendo a 4% do PIB. Espera-se que o défice orçamental permaneça inalterado no médio prazo.

B. Políticas Monetária e Cambial

5. A orientação da política monetária será menos acomodatória no último trimestre de 2015 e permanecerá restritiva em 2016. Dada a perspectiva de subida da inflação (resultante, em parte, da depreciação do metical), o Banco de Moçambique (BM) já começou a tornar mais restritiva a orientação da sua política monetária na reunião de Outubro do Comité de Política Monetária. O BM continuará a intervir nos mercados interbancários a fim de garantir um crescimento da base monetária compatível com o nosso objectivo de estabilidade de preços, bem como os ajustamentos de política para preservar um nível adequado de reservas internacionais líquidas. O BM envidará esforços para conter o crescimento da base monetária em cerca de 12% em 2016 e está pronto para monitorizar os riscos internos e externos e tomar as medidas apropriadas para manter a estabilidade global de preços.

6. Continuamos comprometidos com um regime de taxa de câmbio flexível. O BM permitirá que a taxa de câmbio se ajuste livremente aos padrões de evolução do comércio e dos fluxos financeiros.

7. As autoridades moçambicanas continuam empenhadas em cumprir as obrigações previstas nas Seções 2, 3 e 4 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI. O BM continuará a acompanhar a implementação dos novos regulamentos cambiais e das suas normas de implementação, bem como o funcionamento do mercado cambial, com vista a evitar a ocorrência de práticas potencialmente incompatíveis com os princípios do Artigo VIII. Manteremos o corpo técnico do FMI informado de quaisquer novos desenvolvimentos que possam vir a ferir estes princípios. O BM confirma que garantirá que o desvio das taxas de câmbio utilizadas na venda de divisas aos bancos comerciais para as importações de petróleo, ou de qualquer taxa de câmbio oficial utilizada para outras transações à vista, bem como das taxas do mercado interbancário, nunca seja superior a 2%, e tomará as medidas necessárias para o efeito.

C. Política Orçamental

8. Execução orçamental em 2015. Executaremos o orçamento em conformidade com o programa. Em especial, compensaremos o pagamento de subsídios aos combustíveis no montante de MT 3,8 mil milhões reduzindo as despesas noutras categorias.

9. Objectivos da política orçamental. Em 2016, o Governo garantirá que o défice orçamental global após donativos decline para 4% do PIB, enquanto o superavit primário interno ascenderá a 1,6 % do PIB. Prevê-se que as receitas situem-se em 26,2% do PIB, um aumento de 1% do PIB em comparação à meta de 2015. Esse aumento das receitas deve resultar dos seguintes factores: forte desempenho dos impostos sobre o comércio internacional (com uma combinação de um volume mais elevado de importações de bens em dólares e de uma taxa de câmbio mais depreciada em relação ao dólar), aumento dos royalties em espécie do petróleo, bem como reformas administrativas em áreas chave, como o imposto do selo sobre bebidas alcoólicas e cigarros, direitos aduaneiros comuns e impostos especiais de consumo. As despesas deverão reduzir em 1,4% do PIB, para 33,9% do PIB, o que é coerente com a trajectória de consolidação a médio prazo definida no princípio de 2015.

10. Perspectivas para a receita. Prosseguiremos nos nossos esforços de melhoria do desempenho das receitas, através de reformas na administração tributária e alfandegária. O Orçamento do Estado para 2016 não considera a entrada de impostos sobre as mais-valias; porém, se estas forem reportadas durante o exercício, o Artigo 5 da Lei do Orçamento autoriza o governo a utilizar esses recursos para a realização de despesas de investimento, redução da dívida e mitigação de emergências.

11. Política de despesas. Embora a expectativa seja de declínio das despesas, para 33,9% do PIB, o orçamento continuará a contribuir para a redução da pobreza ao priorizar a alocação de recursos para a infraestrutura económica e social, o capital humano, a diversificação dos bens e serviços públicos e as reformas do sector público.

- **Política salarial.** Reduziremos a massa salarial em 0,2% do PIB em 2016 em comparação a 2015. Tal será alcançado através de medidas para conter a pressão sobre os salários, nomeadamente: i) a implementação da "Prova de Vida" para todos os empregados e agentes do Estado, e ii) a limitação das novas contratações, com a excepção das áreas de saúde, educação, agricultura e polícia.
- **Reforço da protecção social.** Prevê-se que os Programas de Protecção Social ascendam a cerca de 0,5% do PIB em 2016, abrangendo um total de 507,902 beneficiários, o que representa um aumento de 16% em relação a 2014.
- **Subsídios aos produtos petrolíferos.** O pagamento de subsídios em 2015 totalizou MT 3,8 mil milhões, ou 0,6% do PIB, os quais seriam contabilizados na execução do orçamento de 2015. O Governo está a estudar uma reforma do mecanismo de fixação de preços dos combustíveis e racionalização dos subsídios aos combustíveis. Aos actuais

preços internacionais do petróleo, não há nenhum subsídio. O Governo considera que nenhum subsídio será necessário em 2016. Se estes forem necessários, o Governo tomará medidas compensatórias para garantir o cumprimento da sua meta orçamental.

- **Outros subsídios.** Continuaremos a alocar recursos para subsidiar preços de produtos não petrolíferos, tais como o trigo, a farinha e os transportes, para minimizar o custo de vida da população. Por conseguinte, esperamos gastar aproximadamente 0,4 % do PIB em subsídios às empresas e produtos não petrolíferos.
- **Tarifas de electricidade.** A proposta de tarifa ajustada ainda está a ser analisada pelo Governo. Prevê-se que a nova tarifa entre em vigor em Novembro.
- **Contrato de desempenho da EDM.** O contrato de desempenho não foi assinado em Julho, como se previa, devido à necessidade elevada de financiamento para projectos de investimento, a qual não pode ser garantida no orçamento. O contrato de desempenho está a ser analisado pela empresa e espera-se que seja assinado até Junho de 2016.

III. Reformas Estruturais das Finanças Públicas

Planificação do investimento e gestão da dívida

12. Gestão dos investimentos públicos. Emitimos directrizes orçamentais através de um aviso a todos os ministérios sectoriais, em Julho de 2015, tornando obrigatória a avaliação técnica dos projectos de investimento de valor superior a USD 50 milhões em 2016 e nos orçamentos subsequentes (indicador de referência estrutural da quarta avaliação). Elaboramos também o manual de selecção de projectos para inclusão no Programa Integrado de Investimentos (PII) e esperamos organizar actividades de formação para os ministérios sectoriais sobre o uso do manual. O governo continuará a aperfeiçoar a gestão do investimento público, inclusive através da análise mais rigorosa da relação entre o investimento público e a sustentabilidade da dívida. Além disso, as instituições encarregues da concepção e implementação de projectos de investimento público serão reforçadas para que a selecção e avaliação desses projectos esteja em conformidade com práticas sólidas.

13. Fortalecimento da gestão da dívida pública. Não obstante os efeitos adversos da apreciação do dólar dos Estados Unidos sobre os rácios dívida/PIB, a dívida externa de Moçambique mantém-se sustentável, e o país continua a apresentar um risco moderado de vulnerabilidade da dívida. Com a assistência técnica do Banco Mundial, revisamos a nossa Estratégia de Gestão da Dívida, que inclui considerações sobre como ajudar a desenvolver os mercados de capitais internos. A estratégia foi submetida ao Conselho de Ministros em Novembro de 2015. O Plano de Endividamento Interno de 2015 foi concluído no final de Junho de 2015. Os relatórios anuais da dívida incluem a análise do custo e dos riscos associados à carteira da dívida pública.

14. Política de gestão de garantias. Os projectos que beneficiam de garantias são monitorizados regularmente pelo Ministério da Economia e Finanças para minimizar o risco de incumprimento. Criamos um banco de dados para gerir todas as garantias, e planeamos desenvolver as capacidades para avaliar a probabilidade e o impacto do possível incumprimento de tais garantias, com a assistência técnica do Banco Mundial e do FMI. Uma relação pormenorizada de todas as garantias pendentes foi transmitida ao FMI.

Gestão das Finanças Públicas (GFP)

15. Cobertura e monitoria das despesas. Fizemos progresso na cobertura do Sistema de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE). Até ao final de Agosto de 2015, a proporção de despesas pagas através do e-SISTAFE directamente ao beneficiário ascendeu a 70,7% do total dos gastos, mais do que a meta de 70% fixada para 2015. Espera-se que a cobertura ascenda a 75% em 2016.

16. Registo de compromissos em tempo real. Espera-se que a reforma permita o maior controlo da execução orçamental através da maior eficiência no uso do e-SISTAFE. Em Junho de 2015, implementamos os procedimentos previstos no Diploma Ministerial n.º 210/2014, de 9 de Dezembro de 2014, relativamente ao processamento e pagamento de salários de todos os funcionários públicos e agentes do Estado, com a observância das três etapas de execução da despesa. Estamos a promover campanhas de formação e consciencialização para os utilizadores do e-SISTAFE para facilitar a implementação do registo obrigatório em tempo real do cabimento e verificação de despesas de todas as unidades que utilizam o e-SISTAFE, até ao final de Junho de 2016 (indicador de referência estrutural).

17. Gestão da massa salarial. Continuamos empenhados em expandir o e-Folha a todos os órgãos e instituições do Estado que utilizam o e-SISTAFE. Até ao final de Setembro de 2015, os salários e ordenados de 270.612 de um total de 302.800 funcionários públicos e agentes do Estados inscritos no sistema e-CAF haviam sido pagos através do e-Folha, o que corresponde a um índice de 89,3%. De Julho a Setembro de 2015 obtivemos 245.607 provas de vida no país, o que corresponde a 81,1% dos funcionários públicos e agentes do Estados inscritos no e-CAF.

18. Gestão de tesouraria. Continuamos empenhados em alargar o uso da Conta Única do Tesouro (CUT). Concluímos a identificação e avaliação das contas mantidas fora da CUT a fim de reduzir o número de contas bancárias fora da CUT (Circular n.º 02/GAB-MF/2014). Uma nova Circular do Orçamento foi emitida em Novembro de 2015 para assegurar que todas as receitas sejam transferidas para a CUT, incluindo receitas próprias de instituições orçamentais.

19. Escopo do sector público. A revisão da Lei do SISTAFE, que deverá ser levada a cabo até Dezembro de 2016, alargará o escopo do sector público, tornando-o compatível com as práticas internacionais. Além disso, uma nova lei que define o estatuto dos fundos públicos e das entidades autónomas já foi redigida e está a ser analisada, e espera-se que seja apresentada ao Conselho de Ministros até Maio de 2016.

20. Gestão dos riscos fiscais. Foi criada uma Direção Nacional de Estudos Económicos e Financeiros na nova estrutura do Ministério da Economia e Finanças. A Direção engloba uma unidade de gestão de riscos fiscais e será responsável por todas as questões relativas a tais riscos. Elaboramos uma demonstração inicial de riscos fiscais, com a assistência técnica do FMI, a qual foi publicada no portal do MEF em Novembro de 2015 (indicador de referência estrutural da quarta avaliação, para Outubro de 2015). A demonstração destacou os riscos gerais para o orçamento provenientes das possíveis mudanças nos pressupostos macroeconómicos, e os possíveis riscos relacionados com as garantias do Estado, PPP e grandes empresas do sector público ou com participação do sector público. Continuamos empenhados em implementar as recomendações do relatório de Avaliação da Transparência Fiscal de 2014, com a assistência técnica do FMI.

21. Regra orçamental para receitas extraordinárias. Espera-se entrada regular de grandes fluxos de receitas dos recursos naturais decorrentes do GNL daqui a uma década, mas esperamos que nos próximos anos possam ser arrecadados impostos adicionais sobre mais-valias associados com transações envolvendo a alienação de participação em grandes projectos de recursos naturais. Para garantir o uso destes recursos apenas em investimentos públicos, pagamento da dívida e emergências nacionais², a regra fiscal acima referida será incluída na Lei do OGE de 2016. Pretendemos elaborar um quadro fiscal de médio prazo e uma regra fiscal formal para: i) informar as decisões futuras sobre poupança e investimento, ii) gerir a volatilidade e iii) abordar a questão do esgotamento dos recursos, antes da materialização de receitas significativas dos recursos naturais.

22. Avaliação PEFA das despesas públicas e responsabilidade financeira. Efectuamos a avaliação PEFA este ano com base na actual metodologia PEFA, utilizando a informação sobre o período 2012-2014 e comparando os resultados com o último exercício PEFA, em 2011. As principais constatações do relatório indicam que Moçambique está a registar bons progressos na consolidação dos avanços realizados nas reformas da GFP desde 2010, especialmente nas áreas de execução do orçamento, contabilidade, cobertura do e-SISTAFE, relatórios financeiros e auditoria interna e externa. O relatório fez também recomendações sobre melhorias, sobretudo na área de concursos públicos.

Administração da receita

23. Administração do IVA. O orçamento de 2015 inclui projecções de receitas do IVA em base líquida. Além disso, foram titularizados MT 8,2 mil milhões em atrasados do IVA de exercícios anteriores. São estes os dois elementos chave da reforma do IVA. De referir, porém, que a implementação do sistema do IVA em base líquida está a enfrentar algumas dificuldades, o que levou à acumulação de novos atrasados, projectados em MT 6,5-7 mil milhões no final de

² Os depósitos extraordinários poderiam ser usados em carácter provisório em caso de graves restrições temporárias de caixa geradas por insuficiências imprevistas do apoio financeiro ao orçamento.

2015, uma parte dos quais se refere a pedidos de anos anteriores a 2015. Para evitar esses problemas na execução do orçamento de 2016, iremos criar, até ao final de Dezembro de 2015, uma subconta na CUT dedicada ao pagamento dos reembolsos do IVA. Tal conta será reconstituída com regularidade pelo montante equivalente aos pedidos recebidos. Para além disso, para computar a cobrança do IVA em valores líquidos, iremos ajustar a cobrança do IVA em valores brutos pelo montante dos pedidos de reembolso recebidos deduzido de qualquer pedido de reembolso que tenha sido rejeitado.

24. Implementação do e-Tributação. Houve progressos consideráveis no registo de contribuintes no novo sistema eletrónico, abrangendo até à altura 76% de todos os contribuintes do IVA, o que ultrapassa a meta de 65% para o final de Dezembro de 2015. O sistema de e-Tributação para a cobrança do IVA e do ISPC abrange agora 19 áreas fiscais. Houve progressos no lançamento do portal na Internet para os contribuintes, ligado ao e-Tributação, o qual deve estar em plena operação até ao final de 2015.

25. Pagamento de impostos através dos bancos. Fizemos progresso para facilitar o pagamento de impostos em banco, ao desenvolver uma aplicação informática e assinar acordos com 13 bancos comerciais. Todo o processo de reforma foi concluído até ao final de Novembro de 2015. (indicador de referência estrutural)

26. Modernização da Autoridade Tributária para melhorar a arrecadação de receitas. Avaliámos a administração das receitas utilizando a ferramenta diagnóstica TADAT, com a assistência técnica do FMI, e o relatório correspondente foi concluído em Maio de 2015. As recomendações do TADAT foram incluídas no Plano Estratégico 2015-2019 da ATM. As principais debilidades referem-se à integridade da base de dados de contribuintes inscritos e aos atrasos na apresentação de declarações de impostos.

Gestão dos recursos naturais

27. Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE). Espera-se que o sexto relatório seja concluído até ao final de Dezembro de 2015, abrangendo a informação sobre a indústria extractiva e os pagamentos realizados pelas empresas nos sectores de mineração, petróleo e gás, bem como sobre a arrecadação de receitas pelos órgãos governamentais no período decorrido entre 1 de Janeiro de 2013 e 31 de Dezembro de 2013, e de 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014. O sexto relatório ITIE será utilizado como base para a próxima Validação de Moçambique como um país que cumpre ou não os requisitos da ITIE.

28. Leis de Minas e de Petróleos. O Regulamento da Lei de Minas foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Outubro de 2015 e o Regulamento da Lei do Petróleo foi aprovado em Novembro de 2015.

29. Fortalecimento do regime fiscal para os sectores de minas e hidrocarbonetos. As regulamentações do regime fiscal para os sectores de minas e hidrocarbonetos, que

beneficiaram da assistência técnica do FMI, foram submetidas ao Conselho de Ministros e aprovadas em Outubro de 2015.

30. Desenvolvimento da liquefação do gás natural. Após a aprovação do Decreto-Lei para operacionalizar o desenvolvimento de plantas de liquefação de gás natural na Bacia do Rovuma, prosseguem as negociações para alterar os Contratos de Concessão de Exploração e Produção (CCEP), tal como solicitado pelas Concessionárias das Áreas 1 e 4. Relativamente à Concessionária da Área 1, as negociações estão na sua fase final, tendo sido alcançado um acordo preliminar sobre as modalidades de financiamento da participação da ENH, o montante de gás a ser reservado para uso doméstico e a estrutura das actividades de comercialização. Foi também firmado um acordo de unitização para a exploração do maior campo de gás que se estende às Áreas 1 e 4 (Prosperidade/Mamba). Com os progressos recentes, o Governo espera que as Concessionárias das Áreas 1 e 4 tomem uma decisão final de investimento em 2016.

Empresas públicas e com participação do Estado

31. Fortalecimento da supervisão das empresas públicas.

- Os relatórios anuais de 2014 e as contas financeiras auditadas das oito maiores empresas totalmente detidas pelo Estado foram publicados, e o relatório resumido sobre as operações e riscos fiscais de todas as 14 empresas públicas foi elaborado, está a ser harmonizado e será seguidamente apresentado ao Conselho de Ministros.
- O projeto de Lei sobre o Sector Empresarial do Estado, com ênfase nas empresas em que a participação do Estado é inferior a 100%, foi apresentado ao Ministério das Finanças no final de 2014, e será apresentado ao Conselho de Ministros até ao final de Março de 2016.
- Relativamente ao processo de consolidação da carteira de empresas do Estado, as actividades a seguir foram concluídas até Outubro de 2015: i) venda das acções do Estado reservadas para gestores, técnicos e trabalhadores, em quatro empresas estatais; ii) os preparativos para a venda da participação do Estado em outras duas entidades estão avançados; iii) quatro estão em vias de obter a aprovação dos respectivos ministérios de tutela; iv) seis estão em processo de negociação com investidores privados.
- O novo programa informático de reporte financeiro entrou em operação em Julho de 2015, com a informação financeira das empresas que participaram do projecto-piloto. Desde Julho, o IGEPE está a monitorizar e administrar os desafios da transição entre o processo anterior de apresentação da informação financeira e o actual (software – SIMAP). A esta altura, um número significativo de empresas públicas já apresentou a sua informação financeira relativa a 2014 e 2015 (segundo ciclo de apresentação). Cada ciclo tem duração de quatro meses.

- Os gestores de carteira receberam formação no uso da ferramenta SIMAP, com vista a aperfeiçoar o controlo da carteira do Estado e melhorar o seu desempenho.

32. EMATUM. O plano de negócios da EMATUM foi revisado e está a ser considerado pelo Ministério da Economia e Finanças. Está em curso o trabalho para reestruturar a dívida da empresa. Um plano de acção que visa melhorar a rendibilidade da EMATUM será adoptado até ao final de Abril de 2016 (indicador de referência estrutural).

IV. Políticas do Sector Financeiro

Melhorar o Funcionamento do Mercado Cambial

33. O BM aperfeiçoará o mecanismo de intervenção no MCI ao comercializar divisas a uma taxa que melhor reflecta as condições do mercado interbancário. A partir de Novembro, as intervenções do BM no mercado utilizarão os preços efectivamente praticados pelos bancos comerciais.

Fortalecimento da formulação e implementação da política monetária

34. Quadro de política monetária. O BM continuará a fortalecer o quadro de política monetária e aprimorar a capacidade analítica e a comunicação no processo de tomada de decisões, inclusive melhorando o seu modelo de previsão de inflação, com assistência técnica do FMI.

35. Modelo de previsão de inflação. Foram realizadas duas rondas de previsão utilizando o novo modelo, e este foi objecto de novos aperfeiçoamentos. Complementarmente, o BM está a trabalhar nas questões de comunicação, a fim de melhorar o grau de transparência da política monetária e a comunicação desta aos mercados e ao público.

36. O BM fez avanços consideráveis para melhorar o seu quadro de gestão da liquidez. Todas as medidas recomendadas pela missão de assistência técnica para aprimorar as previsões das Notas e Moedas em Circulação e do fluxo de tesouraria do Governo, bem como para aprofundar os mercados monetários, foram plenamente implementadas dentro do prazo considerado, nomeadamente: i) compilação de uma nova base de dados no âmbito da nova planilha de gestão de liquidez; ii) uso efectivo da nova planilha de gestão de liquidez; iii) recolha de dados sobre os factores relacionados ao Governo e às Notas e Moedas em Circulação; e iv) início dos contactos com o MEF para aumentar a eficácia do mecanismo de partilha de informação. A princípio, o horizonte de previsão de liquidez será limitado a um dia, vindo a ser alargado à medida que as previsões do modelo se tornem mais precisas.

38. Gestão do mercado monetário. Os testes informáticos restantes da plataforma SAP, que permitirá o uso de Obrigações do Tesouro como garantia no mercado monetário (**indicador de referência estrutural para o final de Setembro**) foram concluídos em Setembro. A alteração

dos regulamentos que permitem o uso de Obrigações do Tesouro como garantia foi emitida em Novembro de 2015, por meio do Aviso n.º 8/GBM/2015 do BM. A equalização do tratamento fiscal entre as operações interbancárias com ou sem garantia está em vigor desde Maio de 2015, nos termos da Lei n.º 19/2013 (indicador de referência estrutural para o final de Janeiro de 2016). Esperamos que esta medida contribua para elevar o volume de transações no mercado monetário, especialmente no que respeita às transações com garantias.

Supervisão do sector financeiro

39. Testes de stress e empréstimos malparados. Os termos de referência para o processo de recolha de dados no âmbito do quadro de testes de stress foram elaborados e incorporados ao plano de *Business Intelligence* do banco. O BM conduziu novas rondas de exercícios de testes de stress em Junho e Setembro de 2015. Os resultados mais recentes indicam que as maiores vulnerabilidades do sistema bancário são a elevada concentração de crédito e reservas de capital insuficientes para fazer face à possível quebra dos maiores tomadores. O sistema é também vulnerável ao risco de liquidez, uma vez que as fontes de recursos concentram-se nos grandes depositantes. Outras vulnerabilidades estão associadas ao impacto negativo sobre os empréstimos malparados da taxa de depreciação do metical face ao dólar, nos casos em que os tomadores não são exportadores. Contudo, o rácio global de empréstimos malparados permanece relativamente baixo, em 4,3 no final de Setembro.

40. Supervisão baseada no risco e implementação do Basileia II. Todas as inspecções planeadas para o primeiro semestre de 2015 foram concluídas. Para além disso, uma instituição foi objecto de uma inspeção *ad hoc*. No segundo semestre de 2015, está em curso a inspeção de um banco com grande importância sistémica. Duas instituições pequenas e uma média foram objecto de inspecções, com base no perfil de risco de cada uma. Este processo terá continuidade ao longo do ano, regularmente.

41. Plano de Contingência do Sector Financeiro. O projecto de relatório do Banco Mundial sobre os resultados do exercício de simulação foi discutido com o BM durante um workshop realizado em Setembro de 2015. Como resultado do workshop, foi proposta uma acção conjunta entre o Banco de Moçambique e o Banco Mundial visando a elaboração de um Plano de Acção para abordar as questões observadas durante o exercício de simulação e aperfeiçoar o enquadramento jurídico e operacional de gestão de crises. A aprovação do Plano de Acção pelo Conselho do BM está prevista para o final de Março de 2016.

42. Fundo de Garantia de Depósitos (FGD). No primeiro semestre de 2015, as instituições participantes e o Governo depositaram a contribuição inicial (MT 105 milhões) em nome do Fundo. Em Agosto de 2015, o Conselho do BM aprovou o relatório do Conselho Consultivo do FGD. O Conselho Consultivo envidará novos esforços junto ao Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) para obter a sua contribuição, que possibilitará o início da operação do FGD.

Desenvolvimento do sector financeiro

43. Desenvolvimento do sector financeiro. Os principais objectivos da Estratégia de Desenvolvimento Financeiro (EDSF) 2013-2022 são: i) manter a estabilidade do sector financeiro; ii) alargar o acesso a serviços e produtos financeiros, eliminando os constrangimentos estruturais na economia, especialmente os que limitam a intermediação financeira e o acesso a serviços financeiros; e iii) aumentar a oferta de capital privado para apoiar o desenvolvimento do sector privado.

- **Promoção da inclusão financeira.** Um workshop de consultas públicas sobre a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) realizado em Julho de 2015 possibilitou ao BM colher contributos para o projecto da ENIF junto às partes interessadas. O projecto foi submetido à avaliação pelos pares e discutido durante a sessão do FISPLG, grupo de aprendizagem entre pares sobre a estratégia de inclusão financeira, no contexto do fórum da Aliança para Inclusão Financeira (AFI) realizado em Maputo em Setembro de 2015. Está em curso o processo de incorporação no documento do contributo de ambos os encontros, bem como das experiências de outros países, antes que o projecto seja apresentado ao Conselho de Ministros (**indicador de referência estrutural para o final de Dezembro**). O Aviso sobre a recirculação de moeda está em vias de ser submetido à apreciação do Conselho.
- **Criação de centrais de registo de crédito.** A lei sobre a criação das centrais de registo de crédito privado foi aprovada pela Assembleia da República em Julho de 2015. Espera-se que a regulamentação da lei seja aprovada até ao final de Março de 2016.
- **Promoção da banca móvel.** O Aviso n.º 6/GBM/2015, que institui as regras de protecção dos recursos na emissão de moeda eletrónica foi aprovado em Julho de 2015, aguardando-se a sua publicação no Diário da República.
- **Promoção da concorrência no sector bancário.** O projecto de Aviso sobre a lista e denominação dos preços e comissões dos serviços e produtos financeiros foi concluído em Dezembro de 2014, e espera-se que seja submetido ao Conselho do BM para aprovação até Dezembro de 2015.
- **Desenvolvimento do mercado de capitais.** A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) está a instituir um programa de educação financeira.
- **Quadro de garantias móveis.** Prosseguem os trabalhos de redação do projecto de lei. (Indicador de referência estrutural para Novembro de 2015, propõe-se a sua reprogramação para Março de 2016).

Sistema de pagamentos

44. Reformas do sistema de pagamentos

- **Desenvolvimento da rede de pagamentos a retalho (SIMO).** Até 15 de Outubro, 13 bancos de um total de 18 estavam ligados à rede única nacional de pagamentos eletrónicos. Prosseguem os trabalhos nos cinco bancos restantes para concluir a transição até ao final de Abril de 2016, conforme o calendário de migração definido no Aviso 02/GBM/2015.

Ambiente de negócios

45. Melhoria do ambiente de negócios:

- O propósito da plataforma e-BAÚ é prestar serviços em linha de qualidade a todos os segmentos da sociedade, com maior ênfase nos cidadãos e no empresariado, através da automatização e reaproveitamento de dados e sistemas, melhorias na prestação de serviços e do ambiente de negócios no país. Foram integradas à plataforma eletrónica oito balcões de atendimento único na Cidade de Maputo e nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Nampula, Tete e Cabo Delgado. Esta iniciativa terá um impacto em termos de redução do número de procedimentos, custos e prazos.
- Como resultado directo da implementação da Plataforma, a obtenção de uma licença de actividade económica pode agora ser obtida em três dias, em média, em todos os balcões eletrónicos, em vez dos anteriores quinze dias.
- A Revisão da Política e Estratégia para a Indústria está na sua fase de consultas públicas visando à sua harmonização e apresentação ao Conselho de Ministros até ao final de Dezembro de 2015. A Estratégia para as Pequenas e Médias Empresas foi apresentada ao Conselho de Ministros em Novembro de 2014, com recomendações de novas consultas com as partes interessadas relevantes para posterior apresentação à Comissão Económica. O processo de interoperacionalização entre as instituições foi produzido e está a ser testado.
- Até Julho de 2016, esperamos: i) integrar à Plataforma e-BAÚ os elementos em falta (sectores de Comércio, Indústria e Turismo em Manica, Zambézia e Niassa); ii) colocar em linha o Sistema de Inscrição; e integrar à Plataforma e-BAÚ as capitais provinciais e concelhos envolvidos no processo de licenciamento.

Monitoria do Programa

46. Os critérios de avaliação/desempenho e metas indicativas propostos até Dezembro de 2016 são apresentados na Tabela 1. As Tabelas 2, 3 e 4 contêm uma relação dos indicadores de referência estruturais existentes e propostos e medidas correctivas de políticas. Espera-se que a sexta avaliação do PSI seja concluída até 15 de Junho de 2016 (tal como especificado no MPEF datado de 12 de Junho de 2015).

Tabela 1. Critérios de Avaliação/Desempenho e Metas Indicativas
(Em milhões de Meticais, salvo indicação em contrário)

	2015								2016					
	Fim de Julho				Fim de Setembro Metas indicativas				Fim de Dezembro		Fim de Março Meta indicativa	Fim de Junho Critérios de desempenho	Fim de Setembro Meta indicativa	Fim de Dez Meta indicativa
	Critérios de avaliação								Critérios de avaliação					
	Prog.	Ajust.	Efetivo	Situação	Prog.	Ajust.	Efetivo	Situação	Prog.	Proposto	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Critérios de avaliação para o final de Junho/Dezembro														
Crédito líquido ao governo central (teto cumulativo)	-2.826	1.074	8.047	NC	-3.785	...	18.387	NC	4.895	11.999	-940	-1.876	-4.889	-1.526
Stock da base monetária (teto)	58.230	58.230	56.575	C	61.938	61.938	61.489	C	64.411	69.850	66.443	64.815	69.612	78.232
Stock das reservas internacionais líquidas do BM (piso, milhões de USD)	2.550	2.521	2.470	NC	2.650	...	2.173	NC	2.889	2.025	1.925	2.000	2.075	2.250
Valor atual da nova dívida externa contraída ou garantida pelo governo central, o BM ou estatais selecionadas, com vencimento igual ou superior a um ano (teto cumulativo no período decorrido entre 18 de dezembro de 2015 (data da reunião do Conselho) e 31 de dezembro de 2016, milhões de USD) ²	180	180	180	180	180
Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, o BM ou estatais selecionadas, com vencimento igual ou superior a um ano (teto cumulativo durante a vigência do programa, milhões de USD) ²	1.500	1.500	1.498	C	1.500	1.500	1.498	C	1.500
Stock da dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo central (teto) ²	0	0	0	C	0	0	0	C	0	0	0	0	0	0
Atrasados de pagamentos externos do governo central (teto, milhões de USD) ²	0	0	0,3	NC	0	0	1,0	NC	0	0	0	0	0	0
Metas indicativas														
Receita pública (piso cumulativo)	70.093	70.093	68.211	NC	110.230	...	108.516	NC	151.000	151.000	35.289	81.164	128.804	176.444
Despesas prioritárias (piso cumulativo) ³

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ As definições e os fatores de ajuste são apresentadas na secção "Monitoria do Programa" do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e do Memorando Técnico de Entendimento.

² Avaliado em base contínua.

³ As metas serão fixadas na sexta avaliação do PSI após as autoridades revisarem a definição.

Tabela 2. Moçambique: Indicadores de Referência Estruturais para 2015-16

Indicadores de referência estruturais	Data de implementação	Comentários	Relevância macroeconómica
O Governo concluirá e operacionalizará integralmente a aplicação informática para os pagamentos do IVA, do ISPC e dos impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e colectivas através dos bancos. (§29 do MPEF datado de 12 de Dezembro de 2014)	Fim Jun. 2015	Não cumprido. Concluído com atraso em Novembro de 2015.	Fortalecimento da administração tributária
O Governo incluirá no projecto do orçamento de 2015 uma norma orçamental sobre o uso da receita extraordinária apenas em despesas de investimento, redução da dívida e necessidades excepcionais. (§26 do MPEF datado de 12 de Dezembro de 2014)	Fim Jun. 2015	Cumprido	Garantia da sustentabilidade orçamental
O Governo publicará directrizes orçamentais exigindo que a Comissão de Avaliação de Investimentos faça uma avaliação técnica dos novos projectos de investimento público de valor igual ou superior a USD 50 milhões a serem incluídos no orçamento de 2016 e dos anos seguintes. (§17 do MPEF datado de 12 de Dezembro de 2014)	Fim Jul. 2015	Cumprido	Fortalecimento da gestão dos investimentos públicos
O uso de Obrigações do Tesouro (BT) como garantia em operações do mercado monetário se materializará. (§41 do MPEF datado de 12 de Dezembro de 2014)	Fim Set. 2015	Não cumprido. Concluído com atraso em Novembro de 2015.	Aprofundamento dos mercados de capitais
Produção de uma avaliação dos riscos fiscais para inclusão nos documentos do orçamento de 2016. (§21 do MPEF datado de 12 de Junho de 2015)	Fim Out. 2015	Não cumprido. Concluído com atraso em Novembro de 2015.	Fortalecimento da gestão de riscos fiscais (GFP)

Tabela 2. Moçambique: Indicadores de Referência Estruturais para 2015-16 (conclusão)

Indicadores de referência estruturais	Data de implementação	Comentários	Pertinência macroeconómica
O projecto de lei sobre a criação de um registo de garantias móveis será submetido ao Conselho de Ministros. (¶47 do MPEF datado de 12 de Dezembro de 2014 e ¶44 do MPEF datado de 12 de Junho de 2015)	Fim Nov. 2015	Não cumprido. Propõe-se a reprogramação para Março de 2016.	Aprofundamento dos mercados financeiros
Conclusão das avaliações obrigatórias pela Comissão de Avaliação de Investimentos (ou outro órgão público criado para substituir a Comissão na nova estrutura do MEF) de todos os projectos de investimento público de valor igual ou superior a USD 50 milhões a serem incluídos no orçamento de 2016 e/ou no programa integrado de investimentos (PII) revisto. (§12 do MPEF datado de 12 de Junho de 2015)	Fim Dez. 2015	Aprovado na quarta avaliação	Fortalecimento da gestão de investimentos públicos (GFP)
Apresentação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira ao Conselho de Ministros pelo Banco de Moçambique. (§44 do MPEF datado de 12 de Junho de 2015)	Fim Dez. 2015	Aprovado na quarta avaliação	Alargamento do acesso aos serviços financeiros
Publicação de um decreto ou norma administrativa para tornar obrigatório o registo em tempo real do cabimento e verificação de despesas de todas as unidades que utilizam o SISTAFE. (§17 do MPEF datado de 12 de Junho de 2015)	Fim Jan. 2016	Não se espera que seja cumprido. Propõe-se a reprogramação para Junho de 2016.	Fortalecimento da cobertura e acompanhamento das despesas (GFP)
Aplicação da lei que exige a retenção na fonte de 20% sobre os juros auferidos em BTs, OTs e operações interbancárias com ou sem garantia. (§38 do MPEF datado de 12 de Junho de 2015)	Fim Jan. 2016	Cumprido	Desenvolvimento do mercado monetário interbancário

Fontes: Corpo técnico do FMI e autoridades de Moçambique.

Tabela 3. Moçambique: Medidas de Política Correctivas Implementadas em Novembro e Dezembro de 2015

Medidas de Política	Data de implementação
Aprovação, pela Assembleia Nacional, do Orçamento revisto para 2016 em conformidade com o quadro fiscal acordado nos termos da quinta avaliação do PSI.	13 de Dezembro de 2015
Elevar as reservas obrigatórias em 150 p.b., a taxa da FPC em 50 p.b. e a taxa da FPD em 75 p.b. na reunião de Novembro do Comité de Política Monetária.	17 de Novembro de 2015
Garantir que as intervenções do banco central ocorram à taxa efectiva do mercado cambial interbancário.	30 de Novembro de 2015
Fontes: Corpo técnico do FMI e autoridades de Moçambique.	

Tabela 4. Moçambique: Novos Indicadores de Referência Estruturais Propostos para 2015–2016

Indicadores de referência estruturais	Data de implementação	Comentários	Pertinência macroeconómica
Criar uma subconta dedicada ao pagamento dos reembolsos do IVA, a ser reconstituída com regularidade para impedir a acumulação de novos atrasados. (§23 deste MPEF)	Fim Dez. 2015	Proposto	Fortalecimento da GFP e da administração tributária
O BM aprovará e publicará regulamentos sobre a Lei das Centrais de Registo de Crédito. (§43 deste MPEF)	Fim Mar. 2016	Proposto	Ampliação do acesso ao crédito
O BM aprovará um Plano de Acção que visa abordar os problemas observados em Abril de 2015 durante o exercício de simulação relativo ao Plano de Contingência do Sector Financeiro e aperfeiçoar o quadro jurídico e operacional de gestão de crises. (§41 deste MPEF)	Fim Mar. 2016	Proposto	Aumento da estabilidade do sistema financeiro
Adopção de um plano de acção que visa aumentar a rendibilidade da EMATUM. (§32 deste MPEF)	Fim Abr. 2016	Proposto	Fortalecimento da gestão de riscos fiscais (GFP)

Fontes: Corpo técnico do FMI e autoridades de Moçambique.

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

2 de Dezembro de 2015

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) define os critérios de avaliação quantitativos, metas indicativas e indicadores de referência estruturais que servirão de base para a monitoria da implementação do programa apoiado pelo FMI no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI). Para além disso, o MTE estipula os termos e prazos para a transmissão dos dados de que os técnicos do FMI necessitam para monitorizar a implementação do programa.

Definições

A. Crédito líquido ao governo central

2. Define-se o crédito líquido do sistema bancário ao governo central (CLG) como a diferença entre o saldo do crédito bancário ao governo central e os depósitos do governo central no sistema bancário, excluídos os depósitos em contas de projectos no sistema bancário, os títulos de recapitalização emitidos ao Banco de Moçambique (BM), e a comissão de assinatura dos acordos para a exploração de recursos minerais. O crédito abrange os empréstimos bancários, os adiantamentos concedidos ao governo central e os haveres na forma de títulos públicos e livranças. O CLG será calculado com base nos dados dos balanços patrimoniais da autoridade monetária e dos bancos comerciais em conformidade com a síntese monetária. Os limites à variação do CLG serão aplicados cumulativamente, a partir do final de Dezembro do ano transato.

3. O governo central abrange todas as instituições cujas receitas e despesas sejam incluídas no Orçamento do Estado: ministérios do governo central, órgãos sem autonomia financeira e a administração das 11 províncias. Embora os governos locais (43 autarquias) sejam excluídos desta definição por serem independentes, parte da sua receita é registada no orçamento do Estado como transferência aos governos locais.

4. Para os fins do programa, os desembolsos líquidos da linha de crédito não concessional do governo português são excluídos do critério de avaliação do CLG, pois a despesa correspondente não se enquadra na definição do governo central especificada no parágrafo 3.

B. Receita pública e financiamento

5. A definição da receita engloba todos os recebimentos da Direção Geral dos Impostos (DGI) e da Direção Geral das Alfândegas (DGA), bem como todas as receitas não fiscais, inclusivamente algumas receitas próprias geradas pelos distritos e alguns ministérios sectoriais, conforme definido no orçamento. A receita é a receita bruta, líquida dos pedidos verificados de reembolsos solicitados. O produto líquido da privatização recebido pela Direção Nacional do Património do Estado e os lucros não realizados transferidos pelo banco central para o Tesouro não serão considerados como receita (acima da linha), sendo contabilizados como outro financiamento interno (abaixo da linha).

6. Para fins de monitorização do programa, considera-se que a receita é arrecadada no momento em que é recebida pelas repartições das finanças pertinentes, em dinheiro ou em cheque, ou ainda através de transferência para a conta bancária respetiva.

C. Despesa social prioritária

7. A despesa social prioritária baseia-se nas categorias programáticas do PARPA, que foram alargadas para incorporar todas as áreas no contexto do novo PARP. Portanto, incluirá a despesa total nos seguintes sectores: i) educação; ii) saúde; iii) HIV/SIDA; iv) desenvolvimento das infraestruturas; v) agricultura; vi) desenvolvimento rural; vii) governação e sistema judicial e viii) ação social, trabalho e emprego.

D. Base monetária

8. Para fins de monitorização do programa, a base monetária é definida como a soma da emissão de moeda pelo BM e dos haveres dos bancos comerciais no BM. A meta é definida em termos da média dos stocks, ao final do dia, no mês da data de teste, e a componente em divisas é avaliada à taxa de câmbio do programa especificada na Tabela 1. O stock da base monetária será monitorizado e reportado pelo BM.

E. Reservas internacionais líquidas

9. As reservas internacionais líquidas (RIL) do BM são definidas como os ativos de reserva menos os passivos de reserva. Os ativos de reserva do BM incluem: a) ouro monetário; b) haveres em DSE; c) posição de reserva no FMI; d) haveres em divisas e e) ativos sobre não residentes, como depósitos no estrangeiro (excl. as contas de poupança do governo central relativas às concessões para extração de recursos minerais). Os ativos de reserva excluem os activos dados em garantia ou penhorados (tais como swaps), os quais compreendem, entre outros, os ativos utilizados como garantia de obrigações externas de terceiros (ativos não prontamente disponíveis). Os passivos de reserva do BM incluem: a) todos os passivos de curto prazo em moeda estrangeira com não residentes com vencimento original de até um ano e b) todas as obrigações com o FMI.

F. Dívida

Definição de dívida

Para os fins do programa, a dívida será definida nos termos do parágrafo 8(a) das Directrizes sobre a Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos com o FMI que acompanham a Decisão n.º 15688-(14/107) do Conselho de Administração, adotada em 5 de Dezembro de 2014.¹

¹ www.imf.org.

a) Para os fins destas directrizes, por “dívida” entende-se um passivo corrente, ou seja, não contingente, criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual. As dívidas podem assumir várias formas, sendo as principais:

(i) empréstimos, ou seja, adiantamentos de dinheiro concedido ao devedor pelo credor com base num compromisso segundo o qual o devedor reembolsará tais fundos no futuro (incluindo depósitos, títulos, obrigações, empréstimos bancários e créditos ao comprador), bem como a troca temporária de ativos equiparada a um empréstimo totalmente garantido, ao abrigo da qual se requer que o devedor reembolse tais fundos, e normalmente pague juros, readquirindo a garantia ao comprador em data futura (por exemplo, contratos de reaquisição e acordos oficiais de troca – *swaps*);

(ii) crédito de fornecedor, ou seja, um contrato através do qual o fornecedor permite ao devedor o adiamento dos pagamentos até data posterior à entrega dos bens ou à prestação dos serviços; e

(iii) arrendamentos, ou seja, acordos através dos quais um locatário adquire o direito de uso de um prédio por um ou mais períodos especificados, em geral inferiores à vida útil esperada do prédio, retendo o locador o título de propriedade do prédio. Para efeitos específicos das directrizes, a dívida é o valor atualizado (na data de início do arrendamento) de todos os pagamentos que devem ser feitos durante o prazo de vigência do acordo, excluídos os referentes à operação, reparação ou manutenção do bem.

b) A definição de dívida apresentada neste parágrafo abrange também os juros de mora, multas e pagamentos de perdas e danos impostos por decisão judicial em razão do não cumprimento de obrigações contratuais que constituem dívida. O não pagamento de uma obrigação que não constitui dívida segundo a definição utilizada (ou seja, pagamento contra entrega) não gera uma dívida.

Cobertura da dívida

10. Para os fins da aplicação dos limites ao endividamento, a dívida do sector público engloba a dívida pública ou com garantia pública contraída ou garantida pelo sector público. A contratação de linhas de crédito sem programação predefinida de desembolsos ou com desembolsos múltiplos será também considerada como contratação de dívida.

11. O sector público compreende o governo central, o BM, o Fundo Rodoviário, o Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG), a Electricidade de Moçambique

(EDM) e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), ou empresas e órgãos nos quais as entidades acima referidas detenham participação maioritária. Aplica-se também à dívida contraída por estas quatro entidades do sector público junto a bancos nacionais ou outras empresas públicas que esteja contratualmente inter-relacionada com empréstimos externos não concessionais.

12. Para os fins do programa, a garantia de uma dívida decorre de uma obrigação legal ou contratual explícita de que o sector público efetue o pagamento de um empréstimo no caso de não pagamento por um terceiro (o que envolve o pagamento em dinheiro ou em espécie).

Concessionalidade

Para efeitos do programa, a dívida é concessional caso inclua um elemento de donativo de pelo menos 35% calculado da seguinte forma: o elemento concessional ou de donativo de uma dívida é a diferença entre o valor atual (VA) da dívida e o seu valor nominal expresso como percentagem do valor nominal da dívida. O VA da dívida no momento da sua contratação é calculado descontando o fluxo futuro de pagamentos do serviço da dívida.² No caso de dívidas com um elemento de donativo igual ou abaixo de zero, o VA será definido como equivalente ao valor nominal da dívida. A taxa de desconto aplicada para este efeito é a taxa de desconto unificada de 5% definida na Decisão n.º 15248-(13/97) do Conselho de Administração.

13. Para a dívida sujeita a uma taxa de juro variável na forma de uma taxa de juro de referência acrescida de um diferencial (*spread*) fixo, o VA da dívida será calculado com base numa taxa de referência do programa acrescida de um diferencial fixo (em pontos base) especificada no contrato de dívida. A taxa de referência do programa para a LIBOR USD a seis meses é de 3,02% e permanecerá fixa pela duração do programa. Se a taxa variável estiver ligada a uma taxa de juro de referência que não seja a LIBOR USD a seis meses, será acrescentado um *spread* que reflita a diferença entre a taxa de referência e a LIBOR USD a seis meses (arredondada para os 50 p.b. mais próximos). Especificamente, o *spread* entre a LIBOR Euro e a LIBOR USD a seis meses é de -250 p.b. O *spread* entre a LIBOR JPY a seis meses e a LIBOR USD a seis meses é de -250 p.b. O *spread* entre a LIBOR GBP a seis meses e a LIBOR USD a seis meses é de -100 p.b. Para as taxas de juro sobre as moedas além do Euro, JPY e GBP, o *spread* em relação à LIBOR USD a seis meses é de -200 p.b.³

Critério de avaliação sobre o VA da nova dívida externa

14. Aplica-se um critério de avaliação (tecto) ao VA da nova dívida externa. O conceito de dívida externa é definido com base no país de residência do credor. O tecto aplica-se também à

² O cálculo da concessionalidade leva em conta todos os aspetos do acordo de dívida, nomeadamente: vencimento, prazo de carência, prazo de amortização, comissão inicial e taxas administrativas.

³ A taxa de referência e os *spreads* do programa baseiam-se na "taxa média projetada" para a LIBOR USD a seis meses nos próximos 10 anos extraída da edição de outubro de 2015 do *World Economic Outlook* (WEO).

dívida contraída ou garantida para a qual ainda não se recebeu um valor em contrapartida, incluindo a dívida privada para a qual foram concedidas garantias oficiais. Este critério de avaliação será monitorizado continuamente. O tecto estará sujeito a um fator de correção conforme definido abaixo.

Stock da dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo central

15. O governo central não contrairá ou garantirá dívida externa com vencimento original inferior a um ano. O conceito de dívida externa é definido com base no país de residência do credor. Excluem-se deste critério de avaliação os créditos comerciais de curto prazo ligados às importações. Este critério de avaliação será monitorizado continuamente.

Atrasados de pagamentos externos do governo central

16. O governo compromete-se a não incorrer em atrasados de pagamentos sobre a dívida externa contraída ou garantida pelo governo central, com exceção dos pagamentos externos em atraso decorrentes da dívida do governo central que está em processo de renegociação com os credores. Este critério de avaliação será monitorizado continuamente.

G. Assistência financeira externa ao programa

17. Define-se a assistência financeira externa ao programa como os donativos e os empréstimos recebidos pelo Ministério das Finanças através das contas do BM, excluídos os relacionados a projetos (Tabela 1).

H. Pagamentos efectivos do serviço da dívida externa

18. Definem-se os pagamentos efectivos do serviço da dívida externa como os pagamentos em numerário de obrigações do serviço da dívida externa do governo central e do banco central, inclusivamente as obrigações com os credores do Clube de Paris e outros credores bilaterais que foram reprogramadas nas condições vigentes no ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada e as obrigações com credores multilaterais e credores privados, mas excluídas as obrigações com o FMI (Tabela 1).

Factores de Ajuste

I. Reservas internacionais líquidas

19. As metas quantitativas (pisos) para as reservas internacionais líquidas (RIL) serão ajustadas:

- para menos pelo montante da insuficiência da ajuda externa ao programa, menos os pagamentos do serviço da dívida (até ao montante de USD 200 milhões), em comparação ao cenário de base do programa (Tabela 1);

- para mais pelo montante de receitas extraordinárias de impostos sobre mais-valias arrecadadas durante a vigência do programa e que ultrapassem os USD 30 milhões;
- para menos/mais em função de qualquer revisão efectuada nos números do final do ano correspondente ao ano transato; e
- para menos para acomodar a elevação das despesas públicas com financiamento externo para fazer face às calamidades naturais, até ao montante de USD 20 milhões.
- para mais por qualquer reembolso implícito ou explícito do serviço de dívida passadas, públicas ou com garantia pública, como resultado do refinanciamento de obrigações. Isto se aplica, em especial, ao possível refinanciamento das obrigações internacionais originalmente emitidas pela EMATUM.

J. Crédito líquido ao governo central

20. As metas quantitativas (tectos) para o crédito líquido ao governo central (CLG) serão ajustadas:

- para mais pelo montante em meticais da insuficiência da ajuda externa ao programa, menos os pagamentos do serviço da dívida (até ao equivalente em meticais do montante de USD 200 milhões, às taxas de câmbio em vigor nas respetivas datas de teste), em comparação ao cenário base do programa (Tabela 1);
- para menos pelo montante de receitas extraordinárias de impostos sobre mais-valias arrecadadas durante a vigência do programa e que ultrapassem os USD 30 milhões;
- para menos pelo montante do produto da privatização acima do previsto no programa, salvo se esse produto for depositado nas contas de poupança do governo no estrangeiro;
- para menos (mais) em função de qualquer aumento (diminuição) no montante descontado de títulos públicos emitidos para regularizar os reembolsos do IVA em atraso em comparação ao cenário de base do programa (MT 8.200 milhões) em dezembro de 2015;
- para menos (mais) em função de qualquer aumento (diminuição) no financiamento interno proveniente do sector privado não financeiro; e
- para mais para acomodar a elevação das despesas públicas com financiamento interno para fazer face a calamidades naturais, até ao equivalente em meticais do montante de USD 20 milhões, às taxas de câmbio em vigor nas respectivas datas de teste.

K. Base monetária

21. O tecto para a base monetária para cada data de teste será ajustado para menos/para mais de modo a refletir acréscimos/decrécimos na reserva legal obrigatória sobre os passivos nos bancos comerciais. O fator de ajuste será calculado como a alteração no coeficiente da reserva obrigatória multiplicado pelo montante dos passivos dos bancos comerciais sujeitos a tal reserva, considerado ao final do período de manutenção da reserva obrigatória anterior à alteração do regulamento.

L. Receita pública

22. As metas quantitativas (pisos) para a receita pública serão ajustadas para mais em função do montante de impostos extraordinários sobre mais-valias arrecadados durante a vigência do programa que ultrapassem os USD 30 milhões.

M. Dívida

23. Aplica-se a este tecto um factor de ajuste de até 5% do tecto da dívida externa em termos de VA, em caso de desvios em relação ao critério de desempenho sobre o VA da nova dívida externa decorrentes de uma alteração nas condições de financiamento (taxa de juro, vencimento, prazo de carência, prazo de amortização, comissão inicial e taxas administrativas) de uma ou mais dívidas. O factor de ajuste não poderá ser aplicado a desvios decorrentes de um aumento do montante nominal do total da dívida contraída ou garantida.

Deveres de Informação

24. O Governo apresentará ao corpo técnico do FMI:

- dados mensais e trimestrais necessários para monitorizar a implementação do programa em relação às metas quantitativas do programa e à evolução do conjunto da economia;
- actualização semanal do conjunto de dados diários descritos na Tabela 1;
- conjunto de dados semanais descritos na Tabela 4 do MTE datado de 26 de Maio de 2005;
- actualização mensal do fluxo de caixa em divisas do BM;
- dados mensais sobre a receita pública (com nível de desagregação compatível com o mapa fiscal) com um desfasamento não superior a um mês;
- dados mensais sobre os pedidos verificados de reembolso do IVA;
- informações mensais sobre o saldo das contas de poupança do governo no estrangeiro;
- dados mensais sobre os atrasados de pagamentos internos;
- dados mensais sobre os atrasados de pagamentos externos;
- relatórios mensais de execução orçamental (que também serão publicados) com um desfasamento não superior a 45 dias;
- o mapa fiscal com um desfasamento não superior a 60 dias;
- dados mensais da síntese monetária com um desfasamento não superior a 30 dias;
- dados mensais sobre as reservas internacionais brutas, com a composição por moedas originais e o equivalente em dólares norte-americanos, às taxas de câmbio efetivas;
- dados trimestrais da balança de pagamentos com um desfasamento não superior a 65 dias;

- desembolsos mensais da linha de crédito não concessional portuguesa com um desfasamento não superior a 30 dias.

25. A síntese monetária disponibilizada pelo BM identificará claramente os depósitos referentes aos projectos financiados por doadores (com a desagregação em moeda nacional e moeda estrangeira) incluídos na rubrica de crédito líquido ao governo nos balanços patrimoniais do banco central e dos bancos comerciais.

26. O Governo apresentará ao corpo técnico do FMI a documentação sobre acordos de financiamento externos tão logo estes sejam assinados e entrem em vigor.

27. O Governo fornecerá ao corpo técnico do FMI um plano anual de endividamento sobre a contratação de dívida externa no próximo ano, bem como dados atualizados sobre o plano de endividamento do ano corrente. O plano anual de endividamento enumerará todos os novos empréstimos que o Governo planeia contrair, bem como as condições de financiamento pretendidas (montante nominal, taxa de juro, vencimento, prazo de carência, prazo de amortização, comissão inicial e taxas administrativas, bem como donativos).

Tabela 1 do MTE. Moçambique: Assistência Externa Líquida, 2015T1-2016T4

	2015				2016			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
	Efetivo			Proj.	Projeções			
Assistência externa líquida ao programa (milhões de USD)	47	-36	-2	105	-62	27	-72	59
Assistência externa bruta ao programa	91	5	110	140	54	66	43	98
Donativos em apoio ao programa	67	5	63	66	43	66	43	48
Empréstimos em apoio ao programa	24	0	48	74	12	0	0	50
Serviço da dívida externa	44	41	112	34	116	39	115	38
Assist. externa líq. cumul. ao programa, milhões de USD	47	11	9	114	-62	-35	-107	-48
Assistência externa bruta ao programa	91	96	206	346	54	120	163	260
Serviço da dívida externa	44	85	197	232	116	155	270	308
Assistência externa líquida ao programa (milhões de MT)	1.654	-1.348	-78	4.690	-2.802	1.224	-3.275	2.721
Assistência externa bruta ao programa	3.182	181	4.507	6.218	2.442	2.972	1.968	4.469
Donativos em apoio ao programa	2.343	181	2.555	2.948	1.918	2.972	1.968	2.179
Empréstimos em apoio ao programa	840	0	1.951	3.271	523	0	0	2.289
Serviço da dívida externa	1.528	1.528	4.585	1.528	5.244	1.748	5.244	1.748
Assist. externa líq. cumul. ao programa, milhões de MT	1.654	307	229	4.919	-2.802	-1.578	-4.853	-2.132
Assistência externa bruta ao programa	3.182	3.363	7.870	14.088	2.442	5.414	7.382	11.851
Serviço da dívida externa	1.528	3.056	7.641	9.169	5.244	6.991	12.235	13.983
Taxa de câmbio do prog. para cálculo da base monetária	45,0	45,9	45,9	45,9	45,9

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3 de Dezembro de 2015

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2015 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUINTA AVALIAÇÃO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA, PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PEDIDO DE UM ACORDO DE 18 MESES AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO STAND-BY — ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por: Departamento de África

SUMÁRIO

RELAÇÕES COM O FMI	2
COLABORAÇÃO BANCO MUNDIAL-FMI	12
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	17

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 30 de Setembro de 2015)

Admissão e regime de consultas: Admitido em 24 de Setembro de 1984; Artigo VIII

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da quota
Quota	113,60	100,00
Haveres do FMI na moeda do país	113,58	99,98
Posição na tranche de reservas	0,03	0,02

Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da afetação
Afectação acumulada líquida	108,84	100,00
Haveres	82,05	75,38

Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da afetação
Acordos ESF	95,14	83,75
Acordos ECF	1,63	1,43

Acordos financeiros mais recentes:

<u>Tipo</u>	<u>Data de aprovação</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Montante aprovado (Milhões de DSE)</u>	<u>Montante sacado (Milhões de DSE)</u>
ESF	30/06/2009	28/06/2010	113,60	113,60
ECF ¹	06/07/2004	05/07/2007	11,36	11,36
ECF ¹	28/06/1999	27/06/2003	87,20	78,80

¹ Antigo PRGF.

Projeção dos pagamentos ao FMI¹**(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):**

			<u>Próximos</u>		
	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Capital	3,00	23,70	23,21	22,72	22,72
Comissões/ Juros	0,00	0,02	0,15	0,10	0,04
Total	3,01	23,71	23,36	22,82	22,76

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro <u>original</u>	Quadro <u>reforçado</u>	<u>Total</u>
Compromissos da assistência HIPC			
Data do ponto de decisão	Abril 1998	Abril 2000	
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ²	1.716,00	306,00	
Da qual: assistência do FMI (milhões de USD) (equivalente em milhões de DSE)	124,60 93,17	18,46 13,73	
Data do ponto de conclusão	Jun. 1999	Set. 2001	
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)			
Assistência prestada ao país membro	93,17	13,73	106,90
Assistência intercalar	--	2,31	2,31
Saldo no ponto de conclusão	93,17	11,42	104,58
Desembolso adicional do rendimento de juros ³	--	1,10	1,10
Total dos desembolsos	93,17	14,83	108,00

¹ Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

² A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor actual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

³ No âmbito do quadro reforçado, é efectuado um desembolso adicional no ponto de conclusão correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante comprometido no ponto de decisão mas não desembolsado no período intercalar.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ⁴	106,56
Financiada por: Fundo MDRI	83,05
Recursos HIPC remanescentes	23,51

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

<u>Data da prestação</u>	<u>Dívida habilitada</u>		
	<u>GRA</u>	<u>PRGF</u>	<u>Total</u>
Janeiro de 2006	N/A	106,56	106,56

Implementação do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT): Não se aplica

Avaliação das salvaguardas

Conforme exigido nos termos da política de salvaguardas, o Banco de Moçambique (BM) será objecto de uma actualização da avaliação das salvaguardas. A avaliação anterior, concluída em 2010, constatou melhorias nas práticas de reporte de dados financeiros. Contudo, foram observadas vulnerabilidades no mecanismo de supervisão da auditoria interna e externa, nos controlos e na estrutura jurídica do BM. Recomendou-se introduzir alterações na lei para abordar a necessidade de contar com mecanismos de supervisão independente, nomeadamente através do estabelecimento de um comité de auditoria formado por administradores não executivos e peritos externos.

Regime cambial

Moçambique mantém um regime *de jure* e *de facto* de taxa de câmbio flutuante. A taxa de câmbio é, na generalidade, determinada no mercado cambial interbancário (MCI). O BM intervém regularmente no mercado para corrigir flutuações sazonais, distribuir a liquidez cambial recebida pelo governo na forma de ajuda e esterilizar a liquidez interna como parte das suas operações de política monetária.

Em 20 de Maio de 2011, Moçambique aceitou as obrigações nos termos das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI (www.imf.org). Uma nova Lei Cambial (Lei n.º 11/2009) entrou em vigor em 11 de Março de 2009. Um novo regulamento para a aplicação da nova lei cambial (Decreto n.º 83/2010) foi editado em 31 de Dezembro de 2010. Este regulamento, em conjunto com as normas emitidas posteriormente pelo BM, removeu todas as restantes restrições cambiais sujeitas ao disposto nas Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI, com data efetiva de 11 de Julho de 2011. Foram também eliminadas as duas práticas de taxas de câmbio múltiplas existentes. A prática resultante do regime de leilões cambiais a múltiplos preços foi eliminada em 27 de Abril de 2011, com a adopção de um novo regulamento sobre o MCI que suspendeu o referido regime, que de todo modo

⁴ A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para receber esta assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

não estava em uso desde 2009. A prática resultante da ausência de um mecanismo para evitar possíveis desvios entre a taxa de câmbio usada pelo BM nas suas operações cambiais no MCI e nas suas operações com o governo, os órgãos públicos e o Banco Mundial foi eliminada em 1 de Julho de 2011, através da adopção de um novo mecanismo de definição da taxa de câmbio para estas operações. As partes interessadas foram devidamente notificadas em 11 de Agosto de 2011.

Quadro CBC/FT

Moçambique tomou uma série de medidas para sanar as deficiências identificadas no seu Relatório de Avaliação Mútua de 2011. Com a assistência do FMI, o país editou uma nova lei e regulamentos de CBC/FT em 2013 e 2014, respectivamente. Um novo Código Penal, que amplia o número de infrações principais com relação ao branqueamento de capitais foi editado em Dezembro de 2014. O Banco de Moçambique reforçou ainda mais o quadro regulamentar ao emitir, em Maio de 2015, directivas com força de lei aplicáveis às instituições financeiras. Os projectos de alteração da lei que rege o Gabinete de Informação Financeira (GIFIM) e que tem como objectivo, em parte, reforçar a independência operacional do gabinete foram aprovados pelo Conselho de Ministros e a sua apresentação à Assembleia da República está programada para a sessão que começa em Outubro de 2015. O GIFIM continua a envidar esforços para ingressar no Grupo Egmont de Unidades de Inteligência Financeira. O FMI está a prestar assistência no desenvolvimento de um quadro de supervisão para agentes imobiliários e comerciantes de pedras e metais preciosos. No futuro, as autoridades devem consolidar os progressos obtidos e concentrar-se no fortalecimento nas capacidades para aplicar de forma eficaz o quadro jurídico e regulamentar.

Consulta ao abrigo do Artigo IV

Aplica-se a Moçambique o ciclo de consultas de 24 meses, nos termos da Decisão n.º 14747-(10/96). O Conselho de Administração concluiu as consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV em 24 de Junho de 2013 (relatório n.º 13/200).

Ao concluírem as consultas do Artigo IV de 2013, os Administradores louvaram as autoridades pelas suas políticas, que se traduziram num desempenho macroeconómico vigoroso nos últimos anos. Embora as perspectivas a médio prazo sejam favoráveis, será importante gerir os riscos advindos das conjunturas externa e interna. Os Administradores apelaram para a continuidade do compromisso com políticas sólidas e reformas estruturais para preservar a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento inclusivo e reduzir a pobreza. Cientes da necessidade de apoiar o investimento público e o desenvolvimento social, os Administradores vincaram a importância da prudência orçamental, dado que as receitas das indústrias extractivas continuarão a ser moderadas a curto prazo. Para que se limitem os riscos orçamentais, recomendaram a priorização da despesa corrente e, em especial, a contenção da massa salarial. Também defenderam a adopção de medidas para modernizar a administração da receita, reforçar a gestão das finanças públicas e assegurar a regularização atempada dos reembolsos do IVA. Consideraram válida a ideia de desenvolver um enquadramento de política orçamental que incorpore os proveitos dos recursos naturais esperados no médio prazo. Os Administradores reconheceram que o actual nível elevado de investimento público teria muito a contribuir para a melhoria das infraestruturas, dando a Moçambique condições de acesso à sua riqueza em recursos naturais. Contudo, recomendaram a monitoria criteriosa do ritmo e da eficácia dos investimentos de modo a maximizar o

retorno, observar os limites à capacidade de absorção e preservar a sustentabilidade da dívida. Nesse contexto, incentivaram as autoridades a continuar a reforçar a sua estratégia de endividamento de médio prazo, bem como a selecção e monitorização de projectos. Os Administradores incentivaram as autoridades a prosseguir na implementação do seu Plano de Accção para Redução da Pobreza. O foco renovado na criação de empregos, aumento da produtividade agrícola e diversificação económica é a chave para o crescimento mais inclusivo num futuro próximo.

Avaliação *ex post* do desempenho no âmbito dos programas apoiados pelo FMI

Em Dezembro de 2003, foi realizada uma avaliação *ex post* do desempenho de Moçambique no âmbito dos programas apoiados pelo FMI desde 1987, em conformidade com as directrizes sobre avaliações de países com programas de longa duração. O relatório sobre a avaliação *ex post* foi distribuído ao Conselho de Administração em 21 de Novembro de 2003 (relatório n.º 04/53).

Os Administradores felicitaram as autoridades por seguirem políticas macroeconómicas correctas e por terem levado a cabo reformas estruturais de grande amplitude nos últimos 15 anos, o que contribuiu para o crescimento vigoroso da economia e a redução constante das taxas de pobreza. Observando que, a despeito dos consideráveis progressos, Moçambique ainda é um país muito pobre e vulnerável, os Administradores instaram as autoridades a perseverar nos esforços de consolidação da estabilidade macroeconómica e aceleração e aprofundamento das reformas estruturais, com vistas a sustentar o crescimento económico, estimular a criação de empregos e continuar a reduzir a pobreza.

Participação no FSAP e ROSC

No primeiro trimestre de 2003, Moçambique foi submetido a um exame no âmbito do Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP). A respectiva Avaliação da Estabilidade do Sector Financeiro (FSSA) foi apresentada ao Conselho de Administração em 19 de Novembro de 2003 (relatório n.º 04/52). Uma actualização do FSAP foi realizada em Fevereiro de 2009, e a respectiva Avaliação da Estabilidade do Sector Financeiro foi apresentada ao Conselho de Administração em 19 de Junho de 2009 (relatório n.º 10/12). Em 22 de Fevereiro de 2001, foi emitido um Relatório sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) sobre transparência fiscal, o qual foi actualizado no contexto das consultas do Artigo IV de 2002 (relatório n.º 02/140) e de 2003 (relatório n.º 04/50). O módulo de transparência fiscal do ROSC foi atualizado em Maio de 2008. Em Junho de 2002, foi preparado o módulo de dados do ROSC, o qual foi emitido em 5 de Março de 2003 e atualizado em Agosto de 2005.

Visitas da Direcção-Geral

A convite das autoridades, o Subdirector-Geral do FMI, Takatoshi Kato, visitou Maputo em Julho de 2005. O Director-Geral, Rodrigo de Rato, visitou Moçambique em Agosto de 2007 para reunir-se com o Grupo Consultivo Africano sobre Quotas, Voz e Representação. O Primeiro Subdirector-Geral, David Lipton, visitou Maputo em Maio de 2013. A Directora-Geral, Christine Lagarde, visitou Moçambique em Maio de 2014 para participar da conferência África em Ascensão.

Representante residente

O Sr. Alex Segura-Ubierno é o Representante Residente do FMI em Moçambique desde 1 de Agosto de 2013.

Assistência Técnica (2013–2015)

Prestação de Assistência Técnica do FMI a Moçambique (2013–15) (Em Dezembro de 2015)				
Depto.	Datas	Formato	Finalidade	Contrapartes
FAD	Dezembro 2015	Missão	MNRW-TTF – Seguimento da administração tributária dos recursos naturais	AT/Ministério da Economia e Finanças
	Novembro 2015	Missão	Seguimento anual das reformas da GFP (incl. riscos fiscais e investimento público, AGIP)	Ministério da Economia e Finanças
	Novembro 2015	Missão	Seguimento da administração da receita	AT/Ministério da Economia e Finanças
	Outubro 2015	Missão	Importações e subsídios aos combustíveis	Ministério da Economia e Finanças, Ministério dos Recursos Minerais e Energia
	Abril 2015	Missão	Seguimento das reformas da GFP	Ministério da Economia e Finanças
	Março 2015	Missão	Avaliação do desempenho da administração tributária (TADAT)	AT/Ministério da Economia e Finanças
	Março 2015	Missão (em conjunto com o AFR)	MNRW-TTF – Actualização das projeções dos impostos sobre os recursos naturais	AT/Ministério da Economia e Finanças
	Agosto 2014	Missão	Contabilidade Pública	Ministério das Finanças
	Agosto 2014	Missão (em conjunto com o AFS)	IVA líquido	AT/Ministério das Finanças
	Julho 2014	Missão conjunta FMI e Banco Mundial	Estratégia de dívida a médio prazo	Ministério das Finanças
	Junho 2014	Missão	MNRW-TTF – Reforma do regime fiscal da mineração e do petróleo, projeções fiscais	AT/Ministério das Finanças
	Abril 2014	Missão	Seguimento anual da administração da receita (incl. peritos especializados em TI, sistemas tributários e controlo interno)	AT/Ministério das Finanças

Prestação de Assistência Técnica do FMI a Moçambique (2013–15)

(Em Dezembro de 2015)

Depto.	Datas	Formato	Finalidade	Contrapartes
	Março–abril 2014	Missão	MNRW-TTF – Seguimento da administração tributária dos recursos naturais	AT/Ministério das Finanças
	Janeiro 2014	Missão	Seguimento anual das reformas da GFP	Ministério das Finanças
	Novembro 2013	Missão	Avaliação da transparência fiscal	Ministério das Finanças
	Novembro 2013	Missão	Seguimento da administração da receita	AT/Ministério das Finanças
	Novembro 2013	Peritos itinerantes	Sistema do IVA líquido	AT/Ministério das Finanças
	Julho 2013	Missão	MNRW-TTF – Seguimento da administração tributária dos recursos naturais	AT/Ministério das Finanças
	Julho 2013	Missão	MNRW-TTF – Seguimento da reforma do regime fiscal da mineração e do petróleo	AT/Ministério das Finanças
	Maió 2013	Missão	MNRW-TTF – Consulta pública sobre o regime fiscal revisto da mineração e do petróleo	AT/Ministério das Finanças, Ministério dos Recursos Minerais
	Abril 2013	Missão	Seguimento anual das reformas da GFP	Ministério das Finanças
	Abril 2013	Perito itinerante	Contabilidade Pública	Ministério das Finanças
	Março–abril 2013	Missão	Seguimento da administração da receita (incl. peritos especializados na cobrança de impostos sobre recursos naturais, RH, IVA líquido, atendimento ao contribuinte)	AT/Ministério das Finanças
	Março–abril 2013	Perito itinerante	Atendimento ao contribuinte (em conjunto com a missão anual do FAD de seguimento da administração da receita)	AT/Ministério das Finanças
	Março–abril 2013	Missão	MNRW-TTF – Plano de acção da administração tributária para a gestão eficiente do aumento das receitas dos recursos naturais (em conjunto com a missão anual do FAD de seguimento da	Ministério das Finanças, Ministério dos Recursos Minerais

Prestação de Assistência Técnica do FMI a Moçambique (2013–15)

(Em Dezembro de 2015)

Depto.	Datas	Formato	Finalidade	Contrapartes
			administração da receita)	
	Março 2013	Perito itinerante	Preços de transferência	Ministério das Finanças
Jurídico	Setembro 2015	Missão	Projecto de diagnóstico CBC/FT (Fase II, seguimento)	GIFIM/Banco de Moçambique
	Abril 2015	Missão	Projecto de diagnóstico CBC/FT (Fase II, seguimento)	GIFIM/Banco de Moçambique
	Abril 2014	Missão	Projecto de diagnóstico CBC/FT (Fase II)	GIFIM/Banco de Moçambique
	Setembro 2013	Missão	Projecto de diagnóstico CBC/FT (seguimento)	GIFIM/Banco de Moçambique
	Abril 2013	Missão	Projecto de diagnóstico CBC/FT	GIFIM/Banco de Moçambique
Sectores Monetário e Financeiro	Novembro 2015	Perito itinerante	Quadro de previsão de liquidez (seguimento)	Banco de Moçambique
	Novembro 2014	Perito itinerante	Quadro de previsão de liquidez	Banco de Moçambique
	Abril 2014	Perito itinerante	Supervisão dos sistemas de pagamentos e liquidação (seguimento)	Banco de Moçambique
	Novembro 2013	Missão	Avaliação das necessidades de assistência técnica em formulação e implementação da política monetária	Banco de Moçambique
Estatísticas	Março 2015	Perito itinerante	Seguimento da reforma das estatísticas da balança de pagamentos	Banco de Moçambique
	Fevereiro 2015	Missão	MNRW-TTF – Estatísticas para a gestão dos recursos naturais	INE/Ministério da Economia e Finanças
	Fevereiro 2014	Perito itinerante	Seguimento da reforma das estatísticas da balança de pagamentos	Banco de Moçambique
	Outubro 2013	Perito itinerante	Estatísticas das finanças públicas (EFP)	Ministério das Finanças
	Fevereiro 2013	Perito itinerante	Seguimento da reforma das estatísticas da balança de pagamentos	Banco de Moçambique

Prestação de Assistência Técnica do FMI a Moçambique (2013–15)

(Em Dezembro de 2015)

Depto.	Datas	Formato	Finalidade	Contrapartes
AFRITAC Sul (AFS)	Outubro 2015	Perito itinerante	Procedimentos para as comunicações do banco central	Banco de Moçambique
	Agosto 2015	Perito itinerante	Reforço das previsões macrofiscais e gestão dos ricos fiscais	Ministério da Economia e Finanças
	Abril–Maio 2015	Perito itinerante	Seguimento da conformidade com os princípios fundamentais de Basileia	Banco de Moçambique
	Abril 2015	Missão	Prioridades em matéria de assistência técnica e formação no futuro próximo	Ministério da Economia e Finanças e Banco de Moçambique
	Abril 2015	Perito itinerante	Seguimento das estatísticas das contas nacionais	INE/Ministério da Economia e Finanças
	Maio 2015	Perito itinerante	Seguimento da reforma da auditoria pós-desembaraço	AT/Ministério da Economia e Finanças
	Setembro 2014	Perito itinerante	Estatísticas das contas nacionais	INE/Ministério das Finanças
	Agosto 2014	Perito itinerante (em conjunto com o FAD)	Implementação do IVA em base líquida	AT/Ministério das Finanças
	Junho 2014	Perito itinerante	Gestão de tesouraria e disposições bancárias	Ministério das Finanças
	Abril 2014	Perito itinerante	Seguimento da reforma da auditoria pós-desembaraço	AT/Ministério das Finanças
	Abril 2014	Perito itinerante	Regime de adequação de capital Basileia II	Banco de Moçambique
	Dezembro 2013	Perito itinerante	Operações do quadro de política monetária	Banco de Moçambique
	Outubro 2013	Perito itinerante	Seguimento das reformas da gestão do investimento público	Ministério das Finanças
	Outubro de 2013	Perito itinerante	Desenvolvimento de um quadro de gestão da conformidade	AT/Ministério das Finanças
	Junho/Julho 2013	Perito itinerante	Seguimento das reformas da gestão do investimento público	Ministério das Finanças

Prestação de Assistência Técnica do FMI a Moçambique (2013–15)

(Em Dezembro de 2015)

Depto.	Datas	Formato	Finalidade	Contrapartes
	Abril–Maio 2013	Perito itinerante	Auditoria pós-desembaraço (com foco nas alfândegas, mas também em conjunto com auditorias fiscais)	AT/Ministério das Finanças
	Abril–Maio 2013	Perito itinerante	Formação em auditoria, sectores especializados de atividade (impostos)	AT/Ministério das Finanças
	Março–Abril 2013	Perito itinerante	Sistema de reembolso do IVA	AT/Ministério das Finanças
	Fevereiro– Março 2013	Perito itinerante	Gestão do investimento público	Ministério das Finanças, Ministério da Planificação e Desenvolvimento

COLABORAÇÃO BANCO MUNDIAL-FMI

(Em 9 de Novembro de 2015)

1. **A equipa do FMI responsável por Moçambique reuniu-se com a equipa homóloga do Banco Mundial em Maputo durante a missão da quinta avaliação do PSI, realizada em Outubro de 2015.** O objectivo era identificar reformas estruturais de relevância macroeconómica e coordenar os trabalhos de ambas as equipas no período entre Maio de 2015 e Abril de 2016.
2. **As equipas concordaram que o principal desafio macroeconómico de Moçambique é sustentar um crescimento maior e mais inclusivo daqui em diante.** Para enfrentar este desafio, Moçambique precisa facilitar o alargamento da actividade económica liderada pelo sector privado, em especial em áreas onde tem vantagens competitivas, como a agricultura, os serviços comerciais de apoio aos sectores exportadores de produtos de base em franca expansão, a indústria de mão-de-obra intensiva e o turismo. Dado o baixo nível de infraestrutura, isto exige políticas e reformas que promovam o investimento público, conjugado com melhorias no ambiente de negócios. Dada a tendência de declínio progressivo da ajuda tradicional, o aumento do investimento público poderá exigir o recurso ao financiamento não concessional e o reforço da capacidade nas áreas de selecção de investimentos e gestão da dívida.
3. **Partindo desta avaliação conjunta, as equipas identificaram sete áreas de reforma estrutural como de relevância macroeconómica, tendo em vista o seu papel central na consecução de um crescimento maior e mais inclusivo:**

Gestão da dívida e planificação do investimento. O ambicioso programa de investimento das autoridades precisará ser apoiado por uma vigorosa agenda de reformas que aperfeiçoe a capacidade de gestão de riscos fiscais e garanta a eficácia da despesa. Na área da selecção de investimentos, várias medidas estão a ser implementadas para aperfeiçoar as linhas de investimento e o processo de selecção de projectos. A gestão da dívida será fortalecida para assegurar que as decisões sobre empréstimos e investimentos levem em conta a optimização dos recursos, o que será sustentado por uma nova estratégia de dívida de médio prazo.

Gestão das finanças públicas. O foco será a consolidação das realizações no domínio da GFP, em simultâneo ao aprimoramento da capacidade de gestão de risco fora do governo central, inclusive nas empresas públicas e em unidades administrativas descentralizadas. Para alcançar este objectivo, as autoridades reforçarão o quadro para identificar, monitorizar e atenuar os riscos orçamentais, continuarão a implantar o seu novo sistema de GFP e melhorarão a execução do orçamento e os relatórios de acompanhamento. Outras medidas fundamentais visam a melhoria do controlo da despesa pública, para assegurar que as dotações orçamentais permaneçam dentro dos limites e que os atrasados sejam devidamente controlados e reduzidos. Estas reformas são de relevância macroeconómica porque protegerão o espaço fiscal necessário para reduzir a pobreza e aumentar a despesa prioritária, enquanto se gerem os riscos relacionados aos planos de investimento em larga escala das empresas públicas e se melhora a supervisão do governo.

Administração tributária. Apesar do forte aumento da arrecadação de receitas, o sistema tributário ainda é complexo para administrar e cumprir. É marcado por inúmeros benefícios fiscais e uma baixa contribuição por parte dos sectores de megaprojectos no seu conjunto. Para o futuro, o governo planeia facilitar o cumprimento fiscal através do pagamento eletrónico de impostos e continuar a expandir a base tributária para abranger o grande sector informal. O sistema de gestão receitas será aprimorado, em linha com um conjunto acordado de indicadores de desempenho.

Redes de protecção social. Duas décadas de forte crescimento do PIB ainda não produziram resultados significativos em termos de redução da pobreza. Por sua vez, isto põe em causa o potencial de crescimento de longo prazo. Para tratar deste problema, as autoridades começaram a fortalecer as redes de protecção, através das seguintes medidas: i) racionalizar e expandir a cobertura do seguro de saúde; ii) fortalecer o ensino superior e a formação vocacional; iii) fortalecer a sustentabilidade financeira e a administração do Fundo Nacional de Segurança Social, e criar um novo sistema de reformas para os trabalhadores do sector privado; e iv) melhorar os sistemas de protecção social dos mais necessitados. Estas medidas são de relevância macroeconómica, uma vez que melhor saúde e educação, sistemas de aposentação mais fortes e uma rede de protecção social mais eficaz podem melhorar a produtividade da força de trabalho e apoiar a coesão social.

Riqueza dos recursos naturais. Moçambique é dotado de ricas reservas de recursos naturais que ainda estão para ser exploradas. O arranque recente dos projetos de carvão e gás e uma série de outros projectos previstos para os próximos anos prenunciam um boom do sector extrativo que pode contribuir de modo significativo para o crescimento económico do país e as receitas públicas. Por outro lado, isto cria desafios para a gestão económica, o quadro jurídico e regulamentar do sector e a capacidade do governo de administrar os contratos e as receitas. Moçambique manteve a plena adesão à Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE).

Clima de investimento. O sector privado de Moçambique está a ser travado pelos altos custos operacionais. Estes custos devem-se a debilidades na governação, no acesso a recursos, no fornecimento de energia, nos sistemas tributário e regulamentar e na aplicação de contratos. São necessárias amplas reformas para tratar estas questões. Elas são de relevância macroeconómica porque a melhoria do clima de investimento solidifica o apoio às actividades do sector privado, alargando, assim, a base produtiva e exportadora do país, criando postos de trabalho e ajudando a reduzir a pobreza.

Estabilidade e desenvolvimento do sector financeiro. O forte crescimento do crédito ao sector privado nos últimos anos, a expansão do sistema bancário e a potencial exposição do mesmo a riscos transfronteiras obrigam ao reforço da supervisão contínua do sector financeiro, para além da capacidade de identificar e resolver potenciais fontes de vulnerabilidades. Nesse contexto, em Abril de 2015 o Banco Mundial e o Banco de Moçambique realizaram em conjunto um exercício de simulação de crise financeira cujos resultados servirão de base para um plano de ação para abordar possíveis vulnerabilidades. Entretanto, a melhoria da intermediação financeira e o acesso ao crédito continuam a ter prioridade máxima. Para isso, as autoridades formularam a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro para 2013-22, que inclui um plano de acção bastante amplo e

claramente sequenciado, abrangendo formas para, entre outras coisas, melhorar a inclusão financeira, a concorrência, a proteção ao consumidor e a cultura financeira.

4. **As equipas concordaram com a seguinte divisão de tarefas:**

Reformas da gestão da dívida e da planificação dos investimentos. O FMI continuará a desempenhar um papel central na capacitação do governo para avaliar a sustentabilidade da dívida e definir uma estratégia de dívida coerente através de AT e apoio contínuo da sede. Ambas as instituições ajudarão as autoridades a fortalecer a sua capacidade de gestão da dívida, com apoio da AT do FMI e assistência *in loco* do Banco. O FMI continuará a desempenhar um papel central na assistência às autoridades na gestão da dívida e no processo de selecção dos investimentos públicos. O Banco continuará a prestar assistência técnica para aperfeiçoar a gestão dos projectos de investimento e a estratégia de dívida de médio prazo.

Reforma da gestão das finanças públicas. O Banco e o FMI colaborarão na área da operacionalização do novo sistema de GFP e melhoria das práticas de gestão financeira. O FMI garantirá o seu apoio através de missões de AT regulares do FAD e do seu escritório regional no AFRITAC Sul, nas Maurícias. O Banco prestará consultoria contínua a partir do seu gabinete local e missões de supervisão dos projetos que estão a ser implementados nesta área. As missões de avaliação dos programas do FMI servirão como oportunidades adicionais para aferir a evolução nesta área.

Reformas da administração tributária. O FMI assumirá a liderança nesta área e prestará apoio através do aconselhamento contínuo baseado em missões de AT do FAD e do AFRITAC Sul. O Banco promoverá reformas nesta área, no contexto da sua carteira e das suas políticas em matéria de ambiente de negócios, bem como do seu projeto de assistência técnica para a atividade mineira e de gás natural (MAGTAP).

Reforma da rede de proteção social. O Banco assumirá a liderança nesta área através de AT contínua na concepção de redes de proteção mais abrangentes e actuantes, em cooperação com outros parceiros de desenvolvimento e organizações internacionais (inclusive a UNICEF e a OIT). O FMI desempenhará o seu papel na identificação de espaço fiscal para as redes de protecção. Os resultados serão regularmente discutidos com os colaboradores de modo a informar as discussões de política com as autoridades. O Banco está também a liderar as reformas das pensões públicas.

Riqueza dos recursos naturais. A assistência técnica a ser prestada pelo FMI no âmbito do Fundo Fiduciário Específico para a Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais (MNRW-TTF) abrangerá as áreas de regime fiscal do sector extractivo, previsão de receitas e estatísticas dos recursos naturais, todas elas decisivas para aumentar a contribuição do sector para o orçamento e para apoiar a agenda de desenvolvimento do país. O Banco está a apoiar a implementação da ITIE em Moçambique através do seu Fundo Fiduciário Multi-Doadores. O Banco contribuirá recursos através do projeto MAGTAP.

Reforma do clima de investimento. O Banco liderará o trabalho junto ao governo para melhorar o clima de investimento, aprofundando a sua agenda para ajudar as autoridades a reduzir a burocracia e simplificar o quadro jurídico e regulamentar. Os resultados serão partilhados continuamente e discutidos durante as missões de avaliação dos programas do FMI.

Estabilidade e desenvolvimento do sector financeiro. O FMI continuará a ajudar o BM a criar capacidade para avaliar os riscos para a estabilidade financeira e o sector bancário, enquanto o Banco liderará o apoio ao desenvolvimento e às reformas do sector financeiro, inclusivamente através da maior inclusão financeira, concorrência, protecção ao consumidor e literacia financeira. Os resultados dos respetivos trabalhos serão regularmente partilhados e discutidos.

5. **As equipas têm os seguintes pedidos de informação aos seus interlocutores:**

- A equipa do FMI solicita que seja mantida informada sobre a evolução nas áreas de reformas estruturais de relevância macroeconómica. Momento: quando marcos forem alcançados e pelo menos semestralmente durante as missões de avaliação de programas do FMI.
- A equipa do Banco solicita que seja mantida informada sobre as avaliações de políticas e perspectivas macroeconómicas e o trabalho de análise em áreas lideradas pelo FMI, bem como sobre as recomendações das missões de AT. Momento: no contexto da avaliação de programas do FMI e outras missões e pelo menos semestralmente.

6. **A tabela a seguir relaciona os programas de trabalhos conjuntos e individuais das equipas entre Maio de 2015 e Abril de 2016.**

Moçambique: Planificação das actividades do Banco Mundial e do FMI em áreas de reforma estrutural de relevância macroeconómica, Maio de 2015 a Abril de 2016			
Título	Produtos	Datas das missões	Data prevista de conclusão
1. Programa de trabalho do Banco Mundial	Apoio às reformas do sector financeiro (FSTAP)	Em curso	Em curso
	Reformas estruturais: contratos públicos, descentralização, ambiente de negócios, sector financeiro	Em curso	Em curso
	Apoio a medidas dirigidas e sustentáveis de redes de protecção (incluindo o sistema de obras públicas)	Em curso	Em curso
	Atualização económica de Moçambique	Em curso	Março 2016
	AT em matéria de gestão dos investimentos públicos	Em curso	Em curso
2. Programa de trabalho do FMI	Missão anual de seguimento da AT em GFP	Nov. 2015	Jan. 2016
	Missão anual de seguimento da AT em administração tributária	2016	2016
	MNRW-TTF: FARI, questões macrofiscais	2016	2016
	AT em administração tributária dos recursos naturais	Dez. 2015	Fev. 2016
	AT em estatísticas de recursos naturais	2016	2016
	AT em estatísticas de preços	2016	2016
	AT sobre o PIB pelas ópticas da produção e da despesa	2016	2016
	AT sobre o quadro de supervisão baseada no risco	2016	2016
3. Programa de trabalho conjunto	GFP: Continuar a monitorizar a consolidação e expansão do e-SISTAFE	Em curso	Em curso
	Aconselhamento em matéria de reformas da política salarial do sector público (incl. pensões)	Em curso	Em curso
	Exame da política tributária	a definir	a definir
	AT em gestão de riscos fiscais	a definir	a definir
	Aconselhamento em matéria de políticas de gestão da riqueza dos recursos naturais	Em curso	Em curso
	Proteção social: Desenho dos programas e avaliação do espaço fiscal	Em curso	Em curso

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

I. Avaliação da Suficiência de Dados para Fins de Supervisão

Geral: O fornecimento de dados apresenta algumas deficiências, mas em geral os dados são suficientes para fins de supervisão. As autoridades estão a envidar esforços para melhorar a qualidade e a actualidade de dados económicos e financeiros através da participação no Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) do FMI e no âmbito da Iniciativa de Disseminação de Dados Reforçada (EDDI), custeada pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID). Existem debilidades, sobretudo nas áreas de contas nacionais, finanças públicas, balança de pagamentos e estatísticas da dívida externa.

Estatísticas do sector real: As contas nacionais são preparadas pelo INE de acordo com o *Sistema de Contas Nacionais de 1993 (SCN 1993)*. Em Julho de 2014, o INE publicou uma série anual do PIB revisada para o período 1991–2013, com a mudança do ano-base de 2003 para 2009. Uma série do PIB parcialmente revisada foi publicada em Julho de 2015, com melhorias na quantificação dos investimentos e das importações dos projetos de recursos naturais. As autoridades estão a trabalhar para fortalecer a compilação das contas nacionais trimestrais a preços correntes. A inclusão do novo inquérito do INE sobre rendimentos e despesas das famílias, conduzido em 2015–2016, é um dos elementos necessários para fortalecer as contas nacionais. O índice de preços no consumidor reformado para Maputo, baseado em pesos obtidos no inquérito aos orçamentos familiares de 2008–09, foi publicado em Fevereiro de 2011. O índice nacional obtido com a integração dos índices de Maputo, Beira e Nampula foi publicado em Abril de 2006. Contudo, várias questões permanecem em aberto, entre elas como melhorar a amostra de rendas do mercado habitacional e alargar a cobertura para incluir as áreas de Quelimane e Grande Maputo. Os dados sectoriais do mercado laboral e do emprego são insuficientes, e os que existem têm uma cobertura limitada. O inquérito anual do mercado laboral de âmbito nacional, realizado pelo INE em colaboração com o Ministério do Trabalho, foi lançado em Outubro de 2004.

Estatísticas monetárias e financeiras: Foi desenvolvido um plano de trabalho em 2004 para implementar o *MFSM (Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras)* e desenvolver uma base integrada de dados monetários para atender as necessidades do Banco de Moçambique (BM), do AFR e do STA. A base integrada foi concluída em Novembro de 2007 e permite a obtenção de estatísticas monetárias mensais precisas e actuais, reduzindo o esforço de prestação de informação do BM.

Balança de pagamentos: Com a assistência do STA, prestada no âmbito do projeto regional do GDDS, o BM evoluiu consideravelmente na compilação e difusão de estatísticas sobre a balança de pagamentos (BdP) e a posição de investimento internacional (PII). O processo de migração da quinta para a sexta edição do *Manual da Balança de Pagamentos (BPM5 para BPM6)* registou progressos substanciais. As estatísticas da BdP e da PII são agora divulgadas com base no *BPM6*, faltando apenas migrar os dados pormenorizados relativos aos megaprojetos. O BM tem um quadro institucional adequado para coligir estatísticas da BdP e da PII. Contudo, os novos avanços no reforço das estatísticas do sector externo tem de se centrar: no reforço da parte

informática (sobretudo, uso de ferramentas de armazenamento de dados e processamento analítico em linha); na melhoria da exactidão e coerência com a metodologia *BPM6* em diversas áreas específicas (sobretudo na conta de serviços); no início da compilação da PII trimestral, em simultâneo à melhoria da qualidade dos dados, sobretudo no que respeita às posições em passivos estrangeiros não relacionadas com os megaprojectos; e na melhoria da compilação das importações pelas empresas nacionais que são fornecedoras dos megaprojectos. O trabalho conjunto com outras instituições para melhorar a qualidade dos dados do comércio externo, especialmente em relação a índices de preços e volumes, também merece atenção. Está em curso o trabalho para identificar as importações das empresas nacionais que estão directamente ligadas à prestação de serviços aos megaprojectos. Após concluído (o que se prevê ocorra em meados de 2016), espera-se que esse trabalho possibilite melhorias na análise do impacto dos megaprojectos e na estimativa da posição subjacente da conta corrente da economia não relacionada aos megaprojectos.

II. Normas e Qualidade dos Dados

Moçambique iniciou a sua participação do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) em Novembro de 2003, mas não actualizou a maioria dos seus metadados desde então.

Em Maio de 2005, foi preparada uma actualização do módulo de dados de Junho de 2002 do relatório sobre Observância de Normas e Códigos (módulo de dados do ROSC). As melhorias no ambiente institucional e afectação de mais recursos para a compilação de estatísticas das contas nacionais e da balança de pagamentos visavam resolver deficiências nos pré-requisitos de qualidade das estatísticas. A solidez metodológica, precisão e fiabilidade das estatísticas macroeconómicas começaram a apresentar melhorias em decorrência destes esforços.

III. Prestação de Informação ao STA

Moçambique não fornece dados fiscais para publicação no *IFS (Estatísticas Financeiras Internacionais)* nem no *GFSY (Anuário de Estatísticas das Finanças Públicas)*. Actualmente, Moçambique fornece dados monetários mensais ao STA utilizando os formulários-padrão de reporte de dados (SRF). Por conseguinte, estes dados melhorados são publicados no *Suplemento do IFS*. Em 2007, o BM começou a coligir e a relatar dados completos da posição de investimento internacional no *BOPSY (Anuário de Estatísticas da Balança de Pagamentos)*.

Mozambique: Table of Common Indicators Required for Surveillance

(As of November 4, 2015)

	Date of latest observation	Date received	Frequency of Data ⁷	Frequency of Reporting ⁷	Frequency of publication ⁷	Memo Items:	
						Data Quality – Methodological soundness ⁸	Data Quality Accuracy and reliability ⁹
Exchange Rates	Nov. 2015	Nov. 2015	D	W	D		
International Reserve Assets and Reserve Liabilities of the Monetary Authorities ¹	Oct. 2015	Oct. 2015	W	W	W		
Reserve/Base Money	Nov. 2015	Nov. 2015	D	W	D	LO, O, LO, O	LO, LO, O, O, LO
Broad Money	Sep. 2015	Oct. 2015	M	M	M		
Central Bank Balance Sheet	Sep. 2015	Oct. 2015	M	M	M		
Consolidated Balance Sheet of the Banking System	Sep. 2015	Oct. 2015	M	M	M		
Interest Rates ²	Sep. 2015	Oct. 2015	M	M	M		
Consumer Price Index	Sep. 2015	Oct. 2015	M	M	M	O, LO, LNO, O	LNO, LO, LO, O, O
Revenue, Expenditure, Balance and Composition of Financing ³ – General Government ⁴	2015 Q2	Oct. 2015	M,Q	Q	Q	LO, LNO, LO, O	LO, O, LO, O, LNO
Stocks of Central Government and Central Government-Guaranteed Debt ⁵	2015 Q2	Oct. 2015	Q	Q	Q		
External Current Account Balance	2015 Q2	Sep. 2015	Q	I	I	LO, LNO, LO, O	LO, LNO, LO, LO, LNO
Exports and Imports of Goods and Services	2015 Q2	Sep. 2015	Q	I	I		
GDP/GNP	2015 Q2	Sep. 2015	Q	Q	I	O, LO, O, LO	LNO, LO, LO, O, LO
Gross External Debt	Dec. 2014	March 2015	A	I	I		
International Investment Position ⁶	2014	Sep. 2015	A	A	A		

¹ Os activos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas, bem como os valores nominais dos derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas.

² Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Incluindo as posições em ativos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.

⁷ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).

⁸ Conforme a avaliação contida no módulo de dados do ROSC publicado em agosto de 2008 e com base nas constatações da missão realizada entre os dias 29 de Novembro e 7 de Dezembro de 2007 para o conjunto de dados correspondente às variáveis de cada linha. A avaliação indica se as normas internacionais relativas aos conceitos e definições, abrangência, classificação/sectorização e base de registo foram totalmente observadas (O), geralmente observadas (GO), geralmente não observadas (GNO), ou não observadas (NO).

⁹ Aplicam-se as classificações descritas na nota 8, porém, neste caso, relativamente às normas internacionais sobre os dados de base, avaliação e validação dos dados de base, técnicas estatísticas, avaliação e validação dos dados intermédios e dos produtos estatísticos, e estudos das revisões.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2015 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUINTA AVALIAÇÃO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA, PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PEDIDO DE UM ACORDO DE 18 MESES AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO STAND-BY — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

3 de Dezembro de 2015

Aprovado por
David Owen e Steven Barnett
(FMI) e **Seynabou Sakho** (AID)

Elaborado pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)

A presente análise de sustentabilidade da dívida (ASD) actualiza as ASD de Abril de 2014 e Junho de 2015 elaboradas em conjunto pelo FMI/AID.¹ Moçambique continua a enfrentar um risco moderado de sobre-endividamento relativamente à dívida externa pública. Contudo, os riscos elevaram-se consideravelmente com o agravamento dos indicadores do nível de dívida na sequência da depreciação do metical face ao dólar dos Estados Unidos em cerca de 25% entre finais de 2014 e meados de Novembro de 2015.² Relativamente ao PIB e às exportações, os níveis de dívida mantêm-se ligeiramente abaixo dos limiares em 2015 e continuarão elevados nos próximos anos, apesar do serviço da dívida permanecer controlável. De futuro, a trajectória descendente dos rácios de dívida deve ser garantida pela recomendável resposta política das autoridades no sentido de restringir estritamente o financiamento externo e não concessional e implementar a consolidação orçamental acordada nos termos do programa. Entretanto, é fundamental concretizar melhorias na capacidade de planeamento dos investimentos para identificar os projectos mais importantes para o desenvolvimento do país. Face à revisão em alta dos pressupostos relativos à escala dos investimentos no sector do gás

¹ A ASD apresentada neste documento baseia-se no quadro padrão da análise de sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento. Consultar o documento “Staff Guidance Note on the Application of the Joint Bank-Fund Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries” (<http://www.imf.org/external/pp/longres.aspx?id=4827>) e o Relatório do Banco Mundial n.º ACS6956, de 23/10/2013. Segundo a Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA) do Banco Mundial, actualizada em 25 de Julho de 2014 com as pontuações CPIA referentes a 2013, Moçambique manteve a sua classificação como um país de desempenho médio na implementação de políticas, com uma pontuação média de 3,64 no período 2012–14, uma nota próxima do limiar de 3,75 que caracteriza os países de desempenho sólido. A ASD emprega os limiares indicativos para os países de desempenho médio.

² Calculada com base nas taxas de câmbio do dólar dos Estados Unidos por metical; o cômputo da taxa de câmbio de meticais por dólar norte-americano resultaria numa depreciação de 33%.

natural, a dívida externa privada deverá atingir um valor máximo superior a 150% do PIB no início dos anos 2020. De um modo geral, as autoridades concordaram com as perspectivas e a apresentação da presente ASD. Contudo, destacaram que quaisquer modificações na classificação do risco de sobre-endividamento do país não devem ocorrer exclusivamente em resposta a factores exógenos fora do seu controlo, tais como uma depreciação da taxa de câmbio.

PRESSUPOSTOS SUBJACENTES À ASD

1. Ocorreram alterações significativas nos pressupostos relativamente à ASD anterior.

A presente ASD é coerente com o quadro macroeconómico apresentado no Relatório do Corpo Técnico sobre a Quinta Avaliação no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (Caixa 1). Em comparação com a ASD anterior,³ as principais mudanças resumem-se às seguintes: em primeiro lugar, a depreciação contínua do metical exerceu uma forte pressão ascendente sobre os rácios da dívida e do serviço da dívida no curto prazo; segundo, os pressupostos actualizados contemplam um investimento no sector do gás natural de muito maior envergadura (detalhes na Caixa 1); por último, e na sequência da nova política do governo, ocorreu uma retração substancial do plano de financiamento externo do sector público, o que resultará num perfil de desembolso externo nos próximos anos inferior ao previsto.

a. **O quadro macroeconómico de médio prazo foi actualizado, nomeadamente para reflectir a depreciação do metical e a maior dimensão planeada dos investimentos no sector do gás natural** (Tabela de Texto 1). As perspectivas económicas permanecem robustas, embora um pouco menos dinâmicas do que inicialmente previsto, com um crescimento projectado de 6,3% em 2015 e de 6,5% em 2016 (comparado com taxas de crescimento na ASD anterior de 7% e 8,2%, respectivamente). As principais razões para esta revisão no sentido da baixa residem no menor aumento da produção de carvão e na contenção rigorosa das políticas monetária e orçamental para enfrentar os desequilíbrios externos. Contudo, o crescimento deve acelerar a médio prazo, apoiado pela expansão do sector extractivo e dos investimentos em infraestruturas. Para garantir a sustentabilidade da dívida e aliviar os desequilíbrios externos, decorre neste momento uma substancial consolidação orçamental que prosseguirá em 2016. Após um défice orçamental superior a 10% do PIB no ano de eleições, espera-se que este diminua para 6% em 2015 e contraia ainda mais para 4% em 2016, nível a que deve estabilizar no médio prazo. Prevê-se um aumento do défice da conta corrente para 90% do PIB em 2020, resultado do acréscimo elevado das importações de bens e serviços relacionadas sobretudo com a construção das unidades de produção de gás natural liquefeito (GNL). Aproximadamente um terço destas importações são financiadas por IDE e o restante é financiado pela dívida privada.

Tabela de Texto 1. Evolução dos Principais Indicadores Macroeconómicos entre Versões da ASD

	2013	2014	2015	2016	2017
			Projections		
Real GDP growth (%)					
Previous DSA	7.4	7.4	7.0	8.2	7.9
Current DSA	7.1	7.2	6.3	6.5	7.2
Nominal GDP (US\$ billion)					
Previous DSA	15.6	16.7	17.0	19.0	21.2
Current DSA	16.0	17.0	15.2	14.8	16.4
Overall fiscal deficit (%GDP)					
Previous DSA	2.7	10.3	6.5	5.1	5.5
Current DSA	2.7	10.6	6.0	4.0	4.3
Current account deficit (% GDP)					
Previous DSA	40.0	34.7	38.2	42.1	39.9
Current DSA	39.1	34.1	30.2	33.1	55.4
FDI (% of GDP)					
Previous DSA	39.5	29.4	23.8	24.7	22.9
Current DSA	38.6	28.9	25.2	30.6	28.3

³ Ver o Relatório do FMI n.º 15/223.

Caixa 1. Pressupostos Macroeconómicos, 2015–35

Os pressupostos de médio prazo no cenário de base para 2015–35 estão em conformidade com o quadro macroeconómico apresentado no Relatório do Corpo Técnico sobre a Quinta Avaliação no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica e com o pedido de um novo acordo nos termos da Linha de Crédito Stand-By.

O **crescimento do PIB real** deverá acelerar no médio prazo para um valor situado no intervalo 7-8% devido à expansão do sector da extração de carvão e dos investimentos em infraestruturas para apoiar as exportações de carvão e a produção de GNL. O aumento acentuado do crescimento em 2021 assume a entrada em funcionamento do primeiro terminal de gás natural liquefeito e o início das respectivas exportações nesse mesmo ano. Enquanto o crescimento dos demais sectores (excluindo o sector de GNL) é sustentado a longo prazo pelo forte crescimento da população activa, continuidade dos investimentos em infraestruturas e ganhos de produtividades associados, a taxa de crescimento global do PIB deverá desacelerar quando a produção de GNL atingir a plena capacidade em 2028. Caso o investimento privado e público não alcance o retorno esperado, os ganhos de produtividade podem ser limitados e coloca-se a possibilidade da doença holandesa, o que constituem factores de risco condicionadores do crescimento.

Sector do GNL. Assume-se que as plantas de GNL estejam em construção no período 2016–27. A projecção actualizou significativamente os pressupostos relativos a este investimento, de acordo com as informações recebidas dos promotores privados; os pressupostos actuais assumem a construção de 13 unidades de produção terrestres (terminais) e 4 terminais flutuantes, em contraste com o pressuposto da ASD anterior de apenas 4 terminais terrestres. O primeiro terminal terrestre e o primeiro terminal flutuante devem iniciar a produção de GNL em 2021, e a produção dos restantes terminais deve seguir-se sequencialmente. O último terminal deve começar a produção de GNL em 2028. O investimento total projectado a partir de 2016 é de USD 110 mil milhões. O contributo do sector para o PIB deverá ser reduzido durante o período de construção devido ao elevado conteúdo de importações. A produção anual de GNL atingirá 89 milhões de toneladas em 2028, constituindo mais de 50% do PIB nominal de então. A programação e dimensão dos projectos dependerão da data e conteúdo das decisões finais de investimento tomadas pelos investidores até ao final de 2016.

A **inflação dos preços no consumidor** deve permanecer dentro da meta estabelecida pelas autoridades de 5-6% no médio prazo.⁴

Projecta-se um **crescimento do valor das exportações** consideravelmente mais elevado do que na ASD anterior devido à revisão dos pressupostos quanto à dimensão das unidades de produção de GNL. Em média, prevê-se que as exportações cresçam 18% no período de projecção devendo, contudo, exibir uma grande volatilidade temporal. As exportações devem retomar um ritmo modesto de crescimento em 2016, para crescerem a uma taxa média de 14% no período 2017-20, à medida que as exportações de carvão expandem com a conclusão do corredor ferroviário de Nacala. As taxas médias de crescimento anual deverão atingir o seu valor máximo de 50% durante 2021-25 com o início das exportações de GNL, para caírem para cerca de 4,5% quando o crescimento das exportações tradicionais (cerca de 13%) se tornar a principal fonte impulsionadora das exportações.

As **importações** devem contrair no curto prazo em resposta à depreciação do metical e às medidas económicas de ajustamento, recuperando gradualmente de seguida até atingirem um crescimento anual médio de 18% durante 2023-27, à medida que a produção de GNL faz aumentar os recursos disponíveis. Posteriormente, o crescimento das importações deve regressar a cerca de 10,5%.

O **saldo da conta corrente externa excluindo juros** deverá registar um défice superior a 80% do PIB no médio prazo, conduzido em larga medida pelas importações para o investimento no GNL.⁵ O défice será primordialmente financiado através do IDE e por via do financiamento externo privado. O elevado montante das exportações de GNL no cenário de base revisto implica que o défice se converte subsequentemente num saldo excedentário, que deverá ser superior a 10% do PIB no final dos anos 2020 e princípio dos anos 2030.

O **defícite orçamental primário excluindo juros** deve contrair em 2015 para 4,75% do PIB e reduzir-se-á ainda mais para 2-2,5% no período 2016-20 em resposta à consolidação orçamental contemplada no programa das autoridades. O saldo orçamental deve melhorar ainda mais depois de 2020, com o aumento das receitas de GNL. As receitas orçamentais totais do projecto de GNL ao longo de todo o período de projecção até 2045 poderão atingir USD 500 mil milhões.⁶ Embora a produção de gás aumente no início dos anos 2020, as receitas são limitadas nos primeiros anos, devido ao elevado custo de recuperação dos investimentos contínuos na construção das plantas de liquefação. No final dos anos 2020, as receitas orçamentais dos projetos de gás devem ser responsáveis por mais de metade das receitas totais.

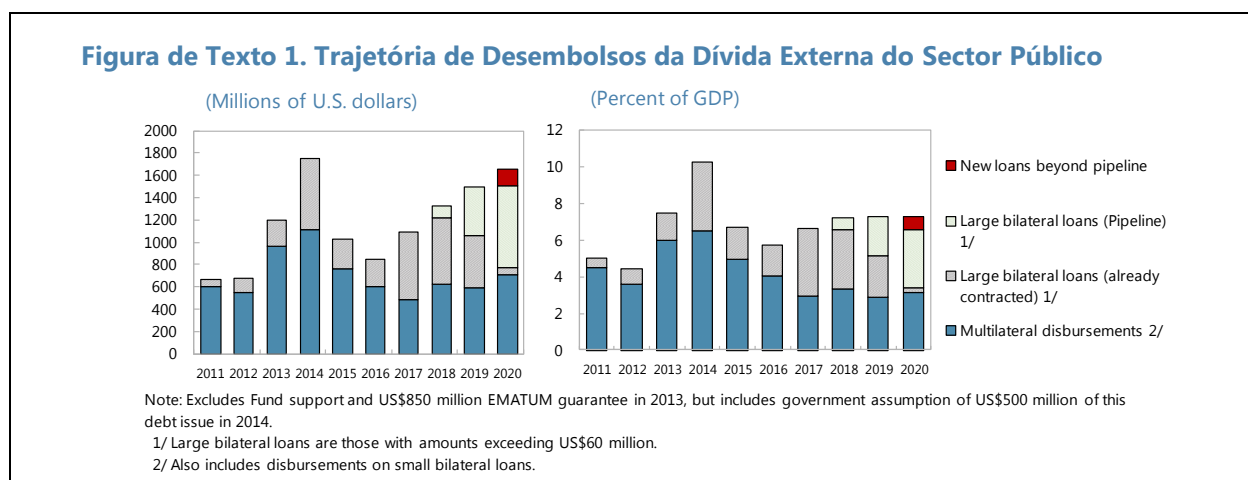
⁴ Espera-se que os preços do gás e do carvão, factores determinantes das receitas das exportações, se mantenham relativamente controlados face aos picos recentes, em linha com os pressupostos do WEO (outubro de 2015).

⁵ Entretanto, espera-se que a conta corrente não relacionada com os megaprojectos se mantenha na ordem dos 11-12% nos próximos anos.

⁶ As principais fontes de receitas orçamentais são: i) a participação do governo nos lucros do gás, ii) o imposto sobre o rendimento dos concessionários e iii) os dividendos pagos pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), que detém participações de 10% e 15% nas duas áreas de exploração onde foi encontrado gás.

b. O perfil de endividamento externo é consideravelmente mais favorável neste momento dado que as autoridades tomaram medidas sérias para desacelerar a contratação de mais empréstimos. Tais medidas mais que compensaram o menor apoio proveniente dos doadores, que continua a observar uma tendência de queda regular.⁷ Em 2015, prosseguiu o esforço de contenção da dívida, com o valor nominal previsto da nova dívida externa contraída a totalizar menos do que USD 750 milhões no final do ano, dos quais USD 200 milhões constituem financiamento não concessional.⁸ Para além disso, as autoridades suspenderam as negociações da vasta maioria dos empréstimos que estavam na fase de preparação na última ASD e que totalizavam USD 2,2 mil milhões. Estes empréstimos foram reenviados para os respectivos ministérios competentes para reavaliação e priorização. No momento atual, não existe um calendário preciso de quando poderão ser retomadas (algumas das) negociações destes empréstimos, mas qualquer contratação de novos empréstimos ocorrerá somente em 2017 ou mais tarde, e a um ritmo mais moderado do que na última ASD. Como resultado, o plano de financiamento externo para 2016 prevê uma menor contratação de empréstimos do que em 2015, no total de USD 400 milhões, dos quais cerca de 80% serão em condições concessionais (ver as Tabelas 8 e 9 do Relatório do Corpo Técnico). Por último, o perfil actualizado dos desembolsos futuros é ainda mais reduzido pelas decisões das autoridades de adiarem a execução de alguns projectos para os quais o financiamento já foi obtido (Figura de Texto 1).

c. O endividamento a médio prazo do sector privado foi grandemente revisto em alta, em linha com o pressuposto de um maior investimento em GNL. Os dados da Posição de Investimento Internacional colocam a dívida externa privada a 31% do PIB em 2014. Espera-se que este parâmetro aumente para cerca de 132% em 2020, em comparação com 85% na ASD anterior. A dívida aumentará mais até atingir o seu valor máximo em 2022 quando os pagamentos líquidos iniciarem. O rácio deve cair rapidamente para menos de 50% em 2030 com a utilização das receitas do GNL para liquidar os empréstimos privados. Esta dívida é mobilizada e liquidada inteiramente através das entidades instrumentais (SPV) *offshore*, o que limita a exposição ao risco do sistema financeiro interno.



⁷ Os desembolsos totais dos doadores caíram de 12% do PIB em 2010-11 para um valor estimado de 9,5% em 2015, sobretudo devido à menor ajuda programática. Esta tendência de declínio deve continuar durante todo o período de projeção.

⁸ Dessa forma, o financiamento não concessional total no âmbito do programa PSI totalizou USD 1.498 milhões.

ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

2. A dívida externa total deve aumentar mais rapidamente nesta década do que anteriormente previsto, fruto do maior investimento privado no sector do gás natural. A dívida externa (tanto pública como privada) deve alcançar um pico de 232% do PIB em 2022. Nessa altura, a dívida do sector privado representará mais de 80% da dívida externa total, sendo este acréscimo principalmente justificado pelos investimentos no sector do gás natural. A curto prazo, o investimento no sector do carvão para concluir o corredor ferroviário de Nacala também surtirá um pequeno efeito, pois será financiado por dívida em vez de IDE. O aumento significativo da dívida externa do sector privado deve ser acompanhado de perto pelas autoridades para minimizar as vulnerabilidades, embora os riscos (tal como acima mencionado) estejam contidos devido às estruturas de financiamento por via das SPV *offshore*. Uma vez que os principais investimentos no sector do gás natural são liderados por empresas de renome internacional, as vulnerabilidades devem estar limitadas aos riscos específicos às operações com recursos naturais. De modo equivalente, o risco dos passivos contingentes do governo é considerado modesto, embora as autoridades devam continuar atentas, sobretudo quanto à complexidade das negociações com os concessionários privados e seus possíveis credores.

3. Todos os indicadores da dívida externa pública mantêm-se abaixo dos respectivos limiares no cenário de base, mas dois dos indicadores relativos ao nível da dívida aproximam-se bastante daqueles (Figura 1).⁹ Estes últimos constituem os indicadores da dívida externa relativamente ao PIB e às exportações. Entretanto, os indicadores do serviço da dívida permanecem favoráveis apesar do serviço da dívida iniciado sobre as obrigações da EMATUM de USD 850 milhões atingir cerca de USD 200 milhões por ano a partir de 2016, o que representa, com efeito, uma duplicação do serviço da dívida e uma sobrecarga sobre as reservas internacionais de Moçambique.¹⁰

- **O VA da dívida em termos do PIB** é de 39,9% em 2015 (Tabela 1),¹¹ em comparação com 31,9% na ASD anterior e um limiar de 40%. Este aumento é completamente atribuível à depreciação do metical, uma vez que os desembolsos externos em 2015 foram menores que o esperado na última ASD. Em contrapartida, a sua trajectória de médio prazo é agora mais favorável em resultado das restrições ao endividamento público, com os rácios projectados a diminuir gradualmente para 36,5% em 2020, enquanto a ASD anterior tinha previsto

⁹ Tal como nas ASD anteriores, o cenário histórico foi excluído das Figuras 1 e 3. A justificação para tal exclusão reside no facto do cenário histórico incorporar um declínio irrealisticamente acentuado dos rácios da dívida pública no médio prazo, uma vez que o défice da conta corrente excluindo juros é fixado a uma média histórica de 19,3% do PIB, um valor muito inferior ao défice projetado médio de 67% do PIB para o período 2017-22. Assumindo-se uma acumulação da dívida privada inalterada face ao cenário de base, este pressuposto resulta em descidas rápidas irrealistas dos rácios da dívida pública.

¹⁰ O governo está actualmente a explorar vias alternativas para refinarçar esta dívida com o objectivo de, *inter alia*, estender o seu vencimento, o que conduziria à redução do serviço da dívida no curto prazo.

¹¹ O valor elevado do residual após 2020 na Tabela 1 resulta do elevado serviço da dívida e do pagamento dos dividendos relativos ao investimento no GNL, que não estão incluídos nos fluxos líquidos criadores de dívida identificados. O residual evolui de acordo com a produção de GNL, aumentando anualmente de cerca de 20% do PIB em meados dos anos 2020 para mais de 25% do PIB no início dos anos 2030.

aumentos nos restantes anos da década de 2010. Logo depois, a forte expansão do PIB relacionada com a produção de GNL deverá estabilizar o rácio num nível mais baixo, de cerca de 20% do PIB.

- **O VA da dívida em termos das exportações** em 2015 aumentou consideravelmente face à ASD anterior (143% *versus* 112%) devido às revisões em baixa das exportações decorrente dos fracos níveis de preços das matérias-primas, o que também fez abrandar o volume das exportações, em especial do carvão. Ainda assim, espera-se que as exportações recuperem a médio prazo, em parte porque o atraso na conclusão do projecto do corredor ferroviário de Nacala apoia as exportações de carvão. Tal deve contribuir para que o rácio regresse a um nível menor que 120% nos próximos anos, com maiores declínios e estabilização num valor inferior a 40% devido à produção de GNL.

4. O risco de sobre-endividamento de Moçambique permanece moderado. Em casos como Moçambique, em que os rácios da dívida se situam numa margem de 5% dos limiares, é útil considerar uma metodologia alternativa na determinação da classificação final do risco de sobre-endividamento.¹² Em vez de os limiares serem determinados com base nas experiências passadas de sobre-endividamento dos países de baixo rendimento, esta metodologia alternativa toma em consideração factores específicos relativos a Moçambique, tais como um crescimento do PIB mais elevado do que a média e uma classificação da Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA) próxima do limite superior do intervalo médio. Os resultados desta análise alternativa permitem concluir um risco moderado de sobre-endividamento na presente conjuntura (Figura 3). Não obstante, é aconselhável que as autoridades mantenham a sua estratégia actual de financiamento prudente, continuando a fazer progressos na selecção de investimentos para garantir que os projectos com resultados elevados a nível de desenvolvimento são devidamente priorizados.

5. Os rácios da dívida externa são sensíveis a choques na taxa de câmbio e nos termos de troca.¹³ Os limiares para o VA da dívida relativamente ao PIB, exportações e receitas são ultrapassados sob vários testes de *stress* por um período prolongado.¹⁴ Um choque que combine reduções nos fluxos não geradores de dívida tais como o IDE, preços das exportações e crescimento no período 2016-2017 pressionaria os rácios para valores muito superiores aos seus limiares prudentes no curto prazo, com picos de cerca de 70% para o rácio dívida-PIB e de 260% para o rácio dívida-exportações (Figura 1).¹⁵ Para além desta combinação de choques, uma nova depreciação acentuada do metical em 2016 forçaria o rácio dívida-PIB para um valor bem acima do marco de 50% no médio prazo. Ao contrário da ASD anterior, os rácios em todos os cenários de *stress* retornariam a níveis abaixo dos limiares no início dos anos 2020, em face dos maiores

¹² Para mais informações, consultar o documento “Staff Guidance Note on the Application of the Joint Bank-Fund Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries” (FMI, 2013).

¹³ O impacto dos choques-padrão no modelo da ASD é elevado pelo facto de que os testes de *stress* padrão revertem para os valores históricos, os quais são consideravelmente diferentes dos valores actuais e esperados por causa da mudança estrutural na economia moçambicana resultante da exploração em grande escala do carvão e do gás natural a partir de 2011.

¹⁴ O cenário em que as variáveis estão nos seus níveis históricos foi omitido uma vez que gera dívida negativa em resultado das acentuadas alterações nas variáveis no cenário de base decorrentes das atividades na área do GNL.

¹⁵ Os gráficos na Figura 1 mostram o teste de *stress* com os resultados mais desfavoráveis em 2025.

aumentos do PIB e das exportações devido à maior dimensão das unidades de produção de GNL. Um choque no IDE também conduziria a uma ultrapassagem significativa dos limiares; contudo, este cenário não deve ser demasiadamente salientado pois uma queda do IDE, particularmente de um megaprojeto de IDE, estaria sobretudo relacionada com as menores importações e não com um endividamento mais elevado, tal como assumido implicitamente neste cenário de choque.

6. É importante assegurar que a produção de GNL se materialize para apoiar a sustentabilidade da dívida de Moçambique no longo prazo. O mesmo se aplica à realização do investimento no carvão. As autoridades realizaram progressos significativos na criação dos quadros jurídicos para o sector. As negociações com os operadores privados sobre algumas questões pendentes voltaram a avançar após alguns atrasos iniciais. É essencial que se alcancem rapidamente e de forma satisfatória acordos conjuntos para que o investimento no GNL possa prosseguir.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO

7. Os riscos da dívida pública total aumentaram a par da evolução da dívida externa (Tabela 3 e Figura 2). O comportamento da dívida pública total espelha a trajetória da dívida externa, uma vez que 80% da dívida pública é externa. Projecta-se que o VA da dívida pública alcance 50% do PIB no final de 2015. Espera-se que os rácios da dívida em função do PIB e das receitas reduzam de modo consistente ao longo do período de projeção, acompanhando o percurso da dívida externa, e reforçados pela consolidação orçamental prevista, conduzindo a uma redução da dívida interna líquida. No cenário de base, o VA da dívida pública permanece inferior ao indicador de referência de 56% do PIB que, segundo estudos, se correlaciona com uma maior probabilidade de sobre-endividamento. Contudo, e em contraste com a ASD precedente, os rácios da dívida pública ultrapassariam o limiar indicativo brevemente durante 2016 e 2017, caso o metical sofresse uma nova depreciação acentuada no próximo ano. Por este motivo, o risco de sobre-endividamento público geral de Moçambique é considerado elevado na actualidade. O rácio serviço da dívida-receitas evidencia um aumento pronunciado a partir de 2016 devido ao início do serviço da dívida sobre os empréstimos comerciais de USD 850 milhões ligado a despesas com defesa e à empresa estatal de pesca de atum EMATUM.

8. Estes riscos acrescidos destacam a importância da consolidação orçamental planeada pelas autoridades, inclusivamente para salvaguardar uma margem de financiamento futura para os investimentos públicos prioritários. Face as restrições mais severas, torna-se ainda mais vital uma avaliação rigorosa, a priorização dos projectos de investimento e o reforço das capacidades. No médio e longo prazos, o desenvolvimento alicerçar-se-á fundamentalmente no maior investimento público, nomeadamente no sector da energia. Dado que o acréscimo das receitas futuras relacionadas com a produção de GNL só deve vir a concretizar-se entre meados a finais dos anos 2020, é fundamental uma gestão cuidadosa dos recursos para criar a margem necessária para tais investimentos, a par da salvaguarda da estabilidade macroeconómica.

OPINIÃO DAS AUTORIDADES

9. De uma forma geral, as autoridades concordaram com os resultados da ASD, mas realçaram que um agravamento do indicador de vulnerabilidade da dívida não deve resultar

exclusivamente de factores externos, tais como a depreciação cambial. As autoridades estão cientes de que uma degradação da classificação de Moçambique pode vir a ocorrer no futuro, nomeadamente se o metical se depreciar ainda mais. Destacaram que quaisquer modificações no risco de sobre-endividamento não devem decorrer única e exclusivamente em resposta a factores exógenos fora do seu controlo. Acrescentaram que a capacidade do governo servir a sua dívida deve ser o principal factor a considerar nesta avaliação.

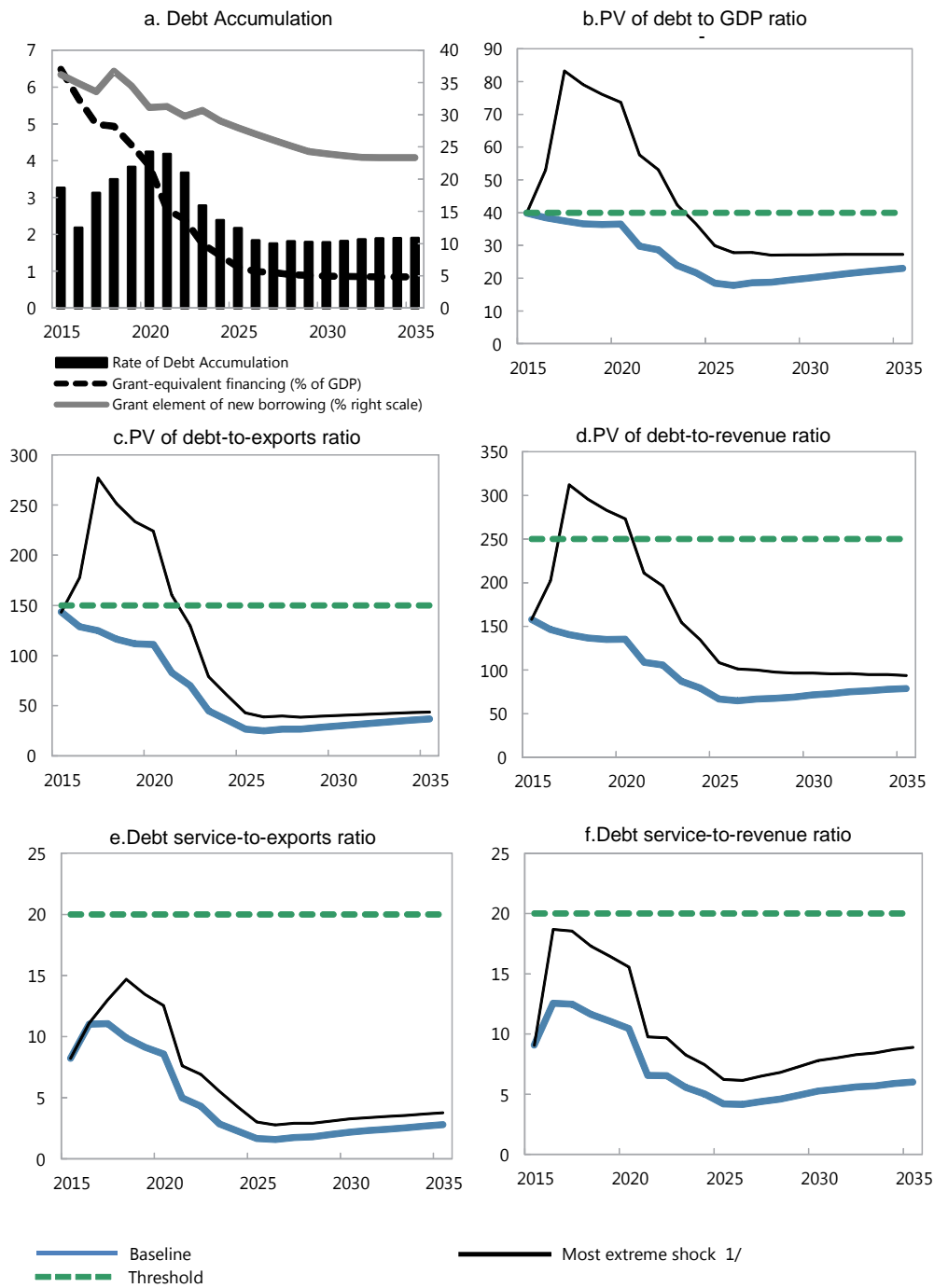
CONCLUSÃO

10. A dívida permanece controlável, mas, como demonstrado pelas autoridades, é essencial um reforço da vigilância. Tal como era previsível, a depreciação cambial teve um efeito adverso considerável sobre os rácios da dívida pública, uma vez que a maior parte da dívida pública é externa e está denominada em moeda estrangeira. O serviço da dívida tornou-se mais complexo, já que o início dos pagamentos relativos às obrigações da EMATUM fez duplicar os compromissos relativos ao serviço da dívida em termos nominais, colocando alguma pressão sobre a balança de pagamentos já debilitada pelos choques dos preços das matérias-primas e pelo abrandamento temporário dos fluxos de investimento. É, por isso, crucial exercer cautela quanto à contratação de mais dívida externa, particularmente em condições não concessionais, assim como moderar a emissão de dívida interna para assegurar que o sector orçamental apoie o ajustamento externo, tal como previsto no programa. Adicionalmente, é essencial limitar a concessão de garantias públicas e melhorar a monitoria da posição financeira das empresas estatais. Os cenários de choque revelam a vulnerabilidade da dívida moçambicana face à deterioração geral das condições económicas e dos termos de troca, assim como perante uma nova depreciação da moeda. Dado que uma nova depreciação cambial pode vir a ocorrer devido à posição da balança de pagamentos, é tranquilizante saber que, apesar dos aumentos recentes, o serviço da dívida pública geral se mantém controlável, dado que a vasta maioria da dívida moçambicana possui características concessionais.

11. As conclusões relativas à estratégia de gestão da dívida são similares às apresentadas na ASD anterior. Em primeiro lugar, deve continuar a melhorar-se a capacidade de gestão da dívida e de planeamento dos investimentos para garantir que são selecionados os projectos de investimento público mais meritórios e que estes alcancem os resultados desejados. Esta recomendação revela-se ainda mais importante com o maior nível de dívida resultante da depreciação, que aconselha um percurso de financiamento mais prudente. As autoridades já incorporaram esta recomendação nos seus planos, nomeadamente através do reenvio de muitos projectos de volta para os respectivos ministérios competentes para reavaliação e priorização. Segundo, é fundamental que as autoridades implementem a consolidação orçamental prevista no seu programa para corrigir o desequilíbrio externo da economia e lançar a dívida pública numa trajectória descendente gradual no médio prazo e, simultaneamente, atender as principais prioridades em termos de investimento público. Em terceiro lugar, continua a ser essencial, nomeadamente na óptica de sustentabilidade da dívida, conduzir de forma satisfatória as negociações com as empresas privadas de gás para assegurar que o investimento no GNL prossegue em bom caminho, de forma que a produção e respectivos efeitos benéficos sobre o PIB e as receitas orçamentais sejam concretizados. Tal permitiria que, mesmo no caso dos choques mais adversos contemplados nos cenários de *stress*, os indicadores da dívida de Moçambique retornassem a níveis prudentes pouco depois. Por último, e apesar da adequada capacidade de

gestão da dívida de Moçambique e dos progressos substanciais alcançados neste campo ao abrigo do anterior programa PSI, a intensificação de melhorias nesta área torna-se ainda mais importante face aos riscos acrescidos mencionados.

Figura 1. Moçambique: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2015-2035 1/



Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ The most extreme stress test is the test that yields the highest ratio on or before 2025. In figure b. it corresponds to a Non-debt flows shock; in c. to a Non-debt flows shock; in d. to a Non-debt flows shock; in e. to a Combination shock and in figure f. to a One-time depreciation shock

Tabela 1. Moçambique: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2012-2035 1/
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Actual			Historical Average	Standard Deviation	Projections											
	2012	2013	2014			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015-2020 Average		2025	2035	2021-2035 Average	
External debt (nominal) 1/	70.9	78.3	84.5			106.3	115.6	118.6	120.2	126.8	188.7				115.5	76.8	
<i>of which: public and publicly guaranteed (PPG)</i>	34.5	42.4	48.1			63.4	60.9	59.1	57.7	57.0	56.5				26.7	30.8	
Change in external debt	0.3	7.4	6.2			21.8	9.3	3.0	1.6	6.6	61.9				-36.3	2.7	
Identified net debt-creating flows	-1.9	-3.2	0.7			5.4	4.6	3.0	2.5	7.7	62.2				-54.9	-23.2	
Non-interest current account deficit	44.1	38.4	33.2	19.3	14.6	29.1	31.4	52.9	70.1	77.3	83.4				-9.9	-4.3	1.7
Deficit in balance of goods and services	51.1	47.6	40.9			34.4	36.8	57.0	73.4	80.1	85.8				-26.9	-15.8	
Exports	30.6	29.8	27.4			27.8	29.9	30.1	31.5	32.6	32.9				69.5	62.4	
Imports	81.7	77.3	68.3			62.2	66.7	87.1	104.9	112.6	118.7				42.6	46.6	
Net current transfers (negative = inflow)	-6.8	-8.9	-8.1	-7.0	1.1	-5.7	-6.0	-5.1	-4.6	-4.1	-3.8				-1.5	-1.8	-2.0
<i>of which: official</i>	-4.7	-6.8	-6.4			-2.9	-3.0	-2.2	-1.8	-1.5	-1.3				-0.3	-0.1	
Other current account flows (negative = net inflow)	-0.2	-0.3	0.4			0.4	0.7	1.0	1.3	1.4	1.5				18.6	13.2	
Net FDI (negative = inflow)	-37.1	-38.6	-28.9	-16.5	14.8	-18.9	-21.5	-44.9	-62.0	-64.9	-19.7				-19.5	-18.9	-20.1
Endogenous debt dynamics 2/	-8.9	-3.0	-3.7			-4.8	-5.3	-5.0	-5.7	-4.8	-1.5				-25.5	0.1	
Contribution from nominal interest rate	0.7	0.7	0.8			1.1	1.8	2.5	3.1	3.5	7.0				5.2	2.6	
Contribution from real GDP growth	-4.4	-4.8	-5.3			-5.9	-7.1	-7.5	-8.8	-8.2	-8.6				-30.7	-2.6	
Contribution from price and exchange rate changes	-5.1	1.1	0.8			
Residual (3-4) 3/	2.1	10.6	5.5			16.4	4.7	0.0	-0.8	-1.0	-0.3				18.7	25.9	
<i>of which: exceptional financing</i>	0.0	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	
PV of external debt 4/	66.2			82.8	93.1	97.0	99.1	106.2	168.8				107.3	69.0	
In percent of exports	242.0			297.6	311.8	322.7	315.0	326.0	512.9				154.3	110.7	
PV of PPG external debt	29.8			39.9	38.4	37.5	36.6	36.4	36.5				18.4	23.0	
In percent of exports	108.9			143.4	128.7	124.7	116.3	111.6	111.1				26.5	36.8	
In percent of government revenues	109.0			158.1	146.6	140.6	136.8	135.1	135.5				66.9	78.9	
Debt service-to-exports ratio (in percent)	12.5	12.8	14.3			19.9	23.9	27.1	26.9	26.1	35.8				20.6	8.4	
PPG debt service-to-exports ratio (in percent)	2.0	2.7	3.6			8.2	11.0	11.1	9.9	9.1	8.6				1.7	2.8	
PPG debt service-to-revenue ratio (in percent)	2.8	3.1	3.6			9.1	12.6	12.5	11.6	11.1	10.5				4.2	6.0	
Total gross financing need (Billions of U.S. dollars)	1.6	0.6	1.4			2.4	2.5	2.7	3.1	4.3	17.2				-11.5	-26.8	
Non-interest current account deficit that stabilizes debt ratio	43.8	31.0	27.1			7.3	22.2	49.9	68.5	70.7	21.5				26.4	-7.0	
Key macroeconomic assumptions																	
Real GDP growth (in percent)	7.2	7.1	7.2	7.5	1.1	6.3	6.5	7.2	8.3	7.6	7.5	7.2	26.2	3.7	11.0		
GDP deflator in US dollar terms (change in percent)	7.8	-1.5	-1.0	2.4	9.3	-15.8	-8.6	3.5	3.4	3.5	3.5	-1.8	2.4	2.4	2.5		
Effective interest rate (percent) 5/	1.1	1.1	1.1	1.8	0.8	1.2	1.6	2.4	2.9	3.2	6.1	2.9	4.4	3.8	5.0		
Growth of exports of G&S (US dollar terms, in percent)	33.4	2.6	-2.4	11.1	14.9	-9.1	4.5	11.7	17.3	15.3	12.3	8.7	48.3	4.5	20.0		
Growth of imports of G&S (US dollar terms, in percent)	62.8	-0.1	-6.3	19.4	25.3	-18.5	4.3	44.9	34.9	19.6	17.1	17.1	3.0	8.8	6.5		
Grant element of new public sector borrowing (in percent)	36.2	34.9	33.6	36.7	34.5	31.1	34.5	28.0	23.4	26.1		
Government revenues (excluding grants, in percent of GDP)	21.9	26.3	27.3			25.2	26.2	26.7	26.8	26.9	27.0		27.6	29.1	28.0		
Aid flows (in Billions of US dollars) 7/	1.3	1.7	1.4			1.2	1.0	1.1	1.2	1.2	1.0		1.3	2.1			
<i>of which: Grants</i>	0.8	0.8	0.7			0.6	0.5	0.5	0.4	0.4	0.4		0.3	0.1			
<i>of which: Concessional loans</i>	0.5	0.9	0.7			0.6	0.4	0.6	0.8	0.8	0.7		1.1	2.0			
Grant-equivalent financing (in percent of GDP) 8/			6.5	5.7	5.0	4.9	4.4	3.9		1.1	0.8	1.2		
Grant-equivalent financing (in percent of external financing) 8/			60.1	60.4	53.0	51.9	48.0	43.5		35.7	25.2	31.9		
Memorandum items:																	
Nominal GDP (Billions of US dollars)	15.2	16.0	17.0			15.2	14.8	16.4	18.4	20.5	22.8		75.8	148.4			
Nominal dollar GDP growth	15.6	5.5	6.1			-10.5	-2.7	10.9	12.0	11.3	11.2	5.4	29.2	6.2	13.8		
PV of PPG external debt (in Billions of US dollars)	4.7			5.3	5.6	6.1	6.7	7.4	8.2		13.8	33.6			
(Pvt-Pvt-1)/GDPT-1 (in percent)			3.3	2.2	3.1	3.5	3.8	4.2	3.3	2.2	1.9	2.2		
Gross workers' remittances (Billions of US dollars)	0.0	0.0	0.0			0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1		0.1	0.2			
PV of PPG external debt (in percent of GDP + remittances)	29.8			39.8	38.3	37.4	36.5	36.2	36.4		18.4	22.9			
PV of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	109.4			141.7	127.1	123.3	115.1	110.5	110.0		26.5	36.7			
Debt service of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	3.6			8.1	10.9	10.9	9.8	9.0	8.5		1.7	2.8			

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Includes both public and private sector external debt.

2/ Derived as $[r - g - p(1+g)] / (1+g+p+gp)$ times previous period debt ratio, with r = nominal interest rate; g = real GDP growth rate, and p = growth rate of GDP deflator in U.S. dollar terms.

3/ Includes exceptional financing (i.e., changes in arrears and debt relief); changes in gross foreign assets; and valuation adjustments. For projections also includes contribution from price and exchange rate changes.

4/ Assumes that PV of private sector debt is equivalent to its face value.

5/ Current-year interest payments divided by previous period debt stock.

6/ Historical averages and standard deviations are generally derived over the past 10 years, subject to data availability.

7/ Defined as grants, concessional loans, and debt relief.

8/ Grant-equivalent financing includes grants provided directly to the government and through new borrowing (difference between the face value and the PV of new debt).

Tabela 2. Moçambique: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2015-2035

(Em percentagem)

	Projections							2035
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2025	
PV of debt-to GDP ratio								
Baseline	40	38	37	37	36	37	18	23
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2015-2035 1/	40	29	25	22	17	-25	-6	215
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2015-2035 2	40	40	40	41	43	44	25	36
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2016-2017	40	38	37	36	36	36	18	23
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2016-2017 3/	40	40	43	42	41	41	20	23
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2016-2017	40	37	40	39	39	39	20	25
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2016-2017 4/	40	53	83	79	76	74	30	27
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	40	43	72	68	66	64	27	26
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2016 5/	40	57	55	54	53	54	27	33
PV of debt-to-exports ratio								
Baseline	143	129	125	116	112	111	27	37
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2015-2035 1/	143	97	85	71	51	-75	-8	345
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2015-2035 2	143	132	134	131	130	134	36	57
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2016-2017	143	127	123	115	110	110	26	36
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2016-2017 3/	143	145	182	169	160	158	36	47
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2016-2017	143	127	123	115	110	110	26	36
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2016-2017 4/	143	178	277	251	234	224	43	44
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	143	157	262	239	223	215	43	46
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2016 5/	143	127	123	115	110	110	26	36
PV of debt-to-revenue ratio								
Baseline	158	147	141	137	135	135	67	79
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2015-2035 1/	158	110	96	84	62	-91	-20	738
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2015-2035 2	158	151	151	154	158	164	90	122
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2016-2017	158	145	140	136	134	135	66	78
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2016-2017 3/	158	152	163	157	154	153	71	79
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2016-2017	158	142	152	148	146	146	72	84
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2016-2017 4/	158	202	312	296	283	273	108	94
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	158	165	269	256	245	238	98	89
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2016 5/	158	215	207	201	198	199	97	115

Tabela 2. Moçambique: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2015-2035 (conclusão)

(Em percentagem)

Debt service-to-exports ratio								
Baseline	8	11	11	10	9	9	2	3
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2015-2035 1/	8	10	9	8	7	6	-1	17
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2015-2035 2	8	11	11	10	9	9	2	4
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2016-2017	8	11	11	10	9	9	2	3
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2016-2017 3/	8	12	14	13	12	11	2	4
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2016-2017	8	11	11	10	9	9	2	3
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2016-2017 4/	8	11	13	15	13	12	3	4
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	8	11	13	15	13	13	3	4
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2016 5/	8	11	11	10	9	9	2	3
Debt service-to-revenue ratio								
Baseline	9	13	12	12	11	10	4	6
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2015-2035 1/	9	11	10	10	9	8	-2	36
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2015-2035 2	9	13	12	11	11	11	5	9
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2016-2017	9	13	13	12	11	11	4	6
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2016-2017 3/	9	13	13	12	12	11	5	6
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2016-2017	9	12	14	13	12	11	5	7
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2016-2017 4/	9	13	14	17	16	15	8	8
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	9	12	13	16	15	14	7	7
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2016 5/	9	19	19	17	16	16	6	9
<i>Memorandum item:</i>								
Grant element assumed on residual financing (i.e., financing required above baseline) 6/	24	24	24	24	24	24	24	24

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Variables include real GDP growth, growth of GDP deflator (in U.S. dollar terms), non-interest current account in percent of GDP, and non-debt creating flows.

2/ Assumes that the interest rate on new borrowing is by 2 percentage points higher than in the baseline, while grace and maturity periods are the same as in the baseline.

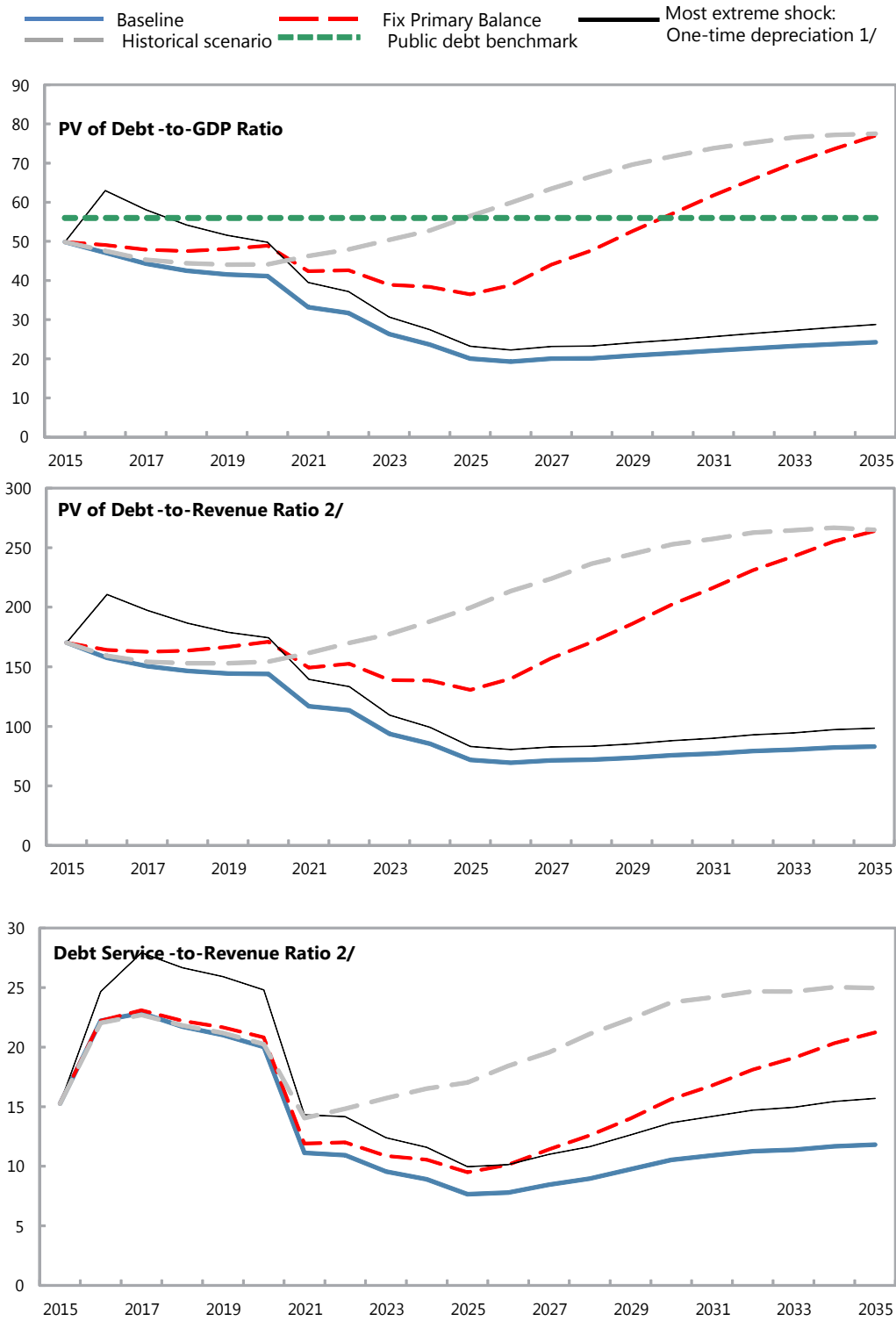
3/ Exports values are assumed to remain permanently at the lower level, but the current account as a share of GDP is assumed to return to its baseline level after the shock (implicitly a an offsetting adjustment in import levels).

4/ Includes official and private transfers and FDI.

5/ Depreciation is defined as percentage decline in dollar/local currency rate, such that it never exceeds 100 percent.

6/ Applies to all stress scenarios except for A2 (less favorable financing) in which the terms on all new financing are as specified in footnote 2.

Figura 2. Moçambique: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2015-2035 1/



Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ The most extreme stress test is the test that yields the highest ratio on or before 2025.

2/ Revenues are defined inclusive of grants.

Tabela 3. Moçambique: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Pública, Cenário de Base, 2012-2035
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Actual			Average	s/ Standard Deviation	s/ Standard Deviation	Estimate					Projections			
	2012	2013	2014				2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015-20 Average	2025	2035
Public sector debt 1/	39.9	50.9	56.6				73.4	69.5	65.9	63.6	62.2	61.1		28.3	32.0
<i>of which: foreign-currency denominated</i>	34.5	42.4	48.1				63.4	60.9	59.1	57.7	57.0	56.5		26.7	30.8
Change in public sector debt	2.0	11.0	5.6				16.8	-3.9	-3.7	-2.3	-1.4	-1.1		-5.4	0.5
Identified debt-creating flows	1.8	-1.1	10.0				14.7	-3.0	-2.7	-2.8	-2.4	-2.1		-8.4	-1.7
Primary deficit	2.9	1.8	9.6	3.3	2.4		4.7	2.1	2.4	2.5	2.4	2.5	2.8	-1.4	-0.7
Revenue and grants	27.0	31.4	31.6				29.3	29.9	29.4	29.0	28.8	28.6		27.9	29.2
<i>of which: grants</i>	5.1	5.2	4.2				4.0	3.7	2.8	2.3	1.9	1.6		0.3	0.1
Primary (noninterest) expenditure	29.8	33.2	41.2				34.0	32.0	31.9	31.6	31.2	31.0		26.5	28.5
Automatic debt dynamics	-1.1	-2.9	0.4				10.0	-5.1	-5.1	-5.3	-4.7	-4.6		-7.0	-0.9
Contribution from interest rate/growth differential	-2.5	-2.5	-3.3				-3.0	-3.9	-4.3	-4.7	-4.1	-3.9		-6.9	-0.8
<i>of which: contribution from average real interest rate</i>	0.0	0.2	0.1				0.3	0.6	0.4	0.4	0.4	0.5		0.1	0.3
<i>of which: contribution from real GDP growth</i>	-2.5	-2.7	-3.4				-3.4	-4.5	-4.7	-5.0	-4.5	-4.3		-7.0	-1.1
Contribution from real exchange rate depreciation	1.4	-0.4	3.7				13.0	-1.1	-0.8	-0.7	-0.6	-0.7	
Other identified debt-creating flows	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0
Privatization receipts (negative)	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0
Recognition of implicit or contingent liabilities	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0
Debt relief (HIPC and other)	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0
Other (specify, e.g. bank recapitalization)	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0
Residual, including asset changes	0.2	12.1	-4.4				2.1	-0.9	-1.0	0.6	1.0	1.0		3.0	2.2
Other Sustainability Indicators															
PV of public sector debt	38.3				49.9	47.1	44.3	42.5	41.6	41.1		20.0	24.2
<i>of which: foreign-currency denominated</i>	29.8				39.9	38.4	37.5	36.6	36.4	36.5		18.4	23.0
<i>of which: external</i>	29.8				39.9	38.4	37.5	36.6	36.4	36.5		18.4	23.0
PV of contingent liabilities (not included in public sector debt)
Gross financing need 2/	4.5	3.5	11.6				9.2	8.7	9.2	8.8	8.4	8.2		0.7	2.7
PV of public sector debt-to-revenue and grants ratio (in percent)	121.3				170.3	157.4	150.4	146.4	144.2	144.0		71.8	83.1
PV of public sector debt-to-revenue ratio (in percent)	140.1				197.6	179.5	165.9	158.9	154.5	152.5		72.6	83.3
<i>of which: external 3/</i>	109.0				158.1	146.6	140.6	136.8	135.1	135.5		66.9	78.9
Debt service-to-revenue and grants ratio (in percent) 4/	6.0	5.4	6.4				15.3	22.2	22.9	21.7	21.0	20.0		7.6	11.8
Debt service-to-revenue ratio (in percent) 4/	7.3	6.5	7.3				17.7	25.3	25.2	23.6	22.5	21.2		7.7	11.8
Primary deficit that stabilizes the debt-to-GDP ratio	0.9	-9.2	4.0				-12.1	6.0	6.1	4.8	3.8	3.5		4.0	-1.3
Key macroeconomic and fiscal assumptions															
Real GDP growth (in percent)	7.2	7.1	7.2	7.5	1.1		6.3	6.5	7.2	8.3	7.6	7.5	7.2	26.2	3.7
Average nominal interest rate on forex debt (in percent)	0.9	1.2	1.1	0.9	0.6		1.3	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	2.0	2.8
Average real interest rate on domestic debt (in percent)	5.2	5.3	2.7	4.6	3.6		2.8	6.0	7.9	11.7	14.0	15.8	9.7	4.6	4.6
Real exchange rate depreciation (in percent, + indicates depreciation)	4.8	-1.3	9.4	3.1	12.1		28.7
Inflation rate (GDP deflator, in percent)	5.9	3.9	3.6	5.5	2.4		5.1	5.6	5.6	5.6	5.6	5.6	5.5	5.6	5.6
Growth of real primary spending (deflated by GDP deflator, in percent)	2.5	19.2	33.1	5.6	11.3		-12.2	0.1	6.8	7.3	6.2	7.0	2.5	23.0	5.3
Grant element of new external borrowing (in percent)		36.2	34.9	33.6	36.7	34.5	31.1	34.5	28.0	23.4

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ [Indicate coverage of public sector, e.g., general government or nonfinancial public sector. Also whether net or gross debt is used.]

2/ Gross financing need is defined as the primary deficit plus debt service plus the stock of short-term debt at the end of the last period.

3/ Revenues excluding grants.

4/ Debt service is defined as the sum of interest and amortization of medium and long-term debt.

5/ Historical averages and standard deviations are generally derived over the past 10 years, subject to data availability.

Tabela 4. Moçambique: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2015-2035

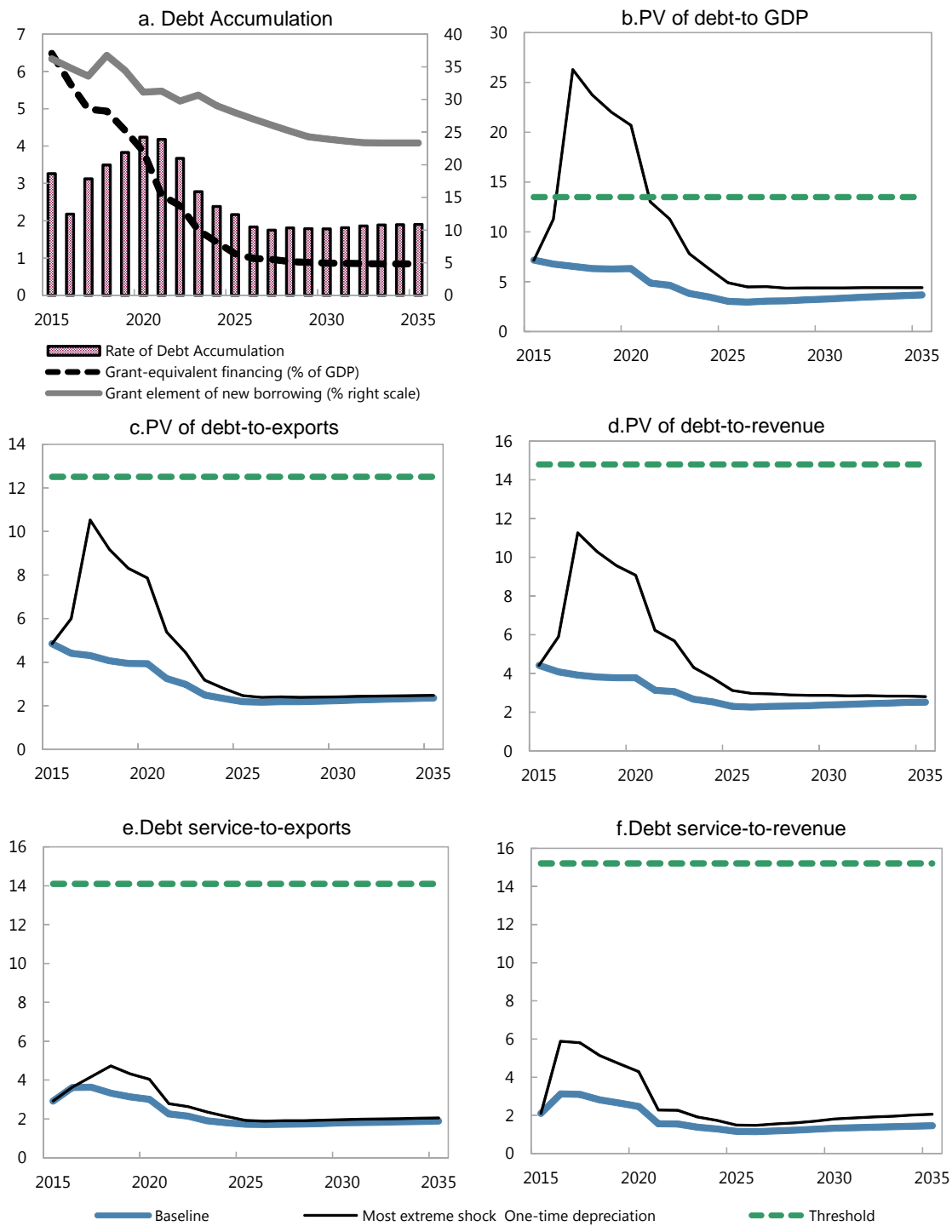
	Projections							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2025	2035
PV of Debt-to-GDP Ratio								
Baseline	50	47	44	43	42	41	20	24
A. Alternative scenarios								
A1. Real GDP growth and primary balance are at historical averages	50	48	45	44	44	44	56	78
A2. Primary balance is unchanged from 2015	50	49	48	48	48	49	36	77
A3. Permanently lower GDP growth 1/	50	47	45	43	42	42	22	33
B. Bound tests								
B1. Real GDP growth is at historical average minus one standard deviations in 2016-2017	50	47	45	43	42	42	21	26
B2. Primary balance is at historical average minus one standard deviations in 2016-2017	50	50	49	47	46	45	22	25
B3. Combination of B1-B2 using one half standard deviation shocks	50	49	47	45	44	44	21	24
B4. One-time 30 percent real depreciation in 2016	50	63	58	54	52	50	23	29
B5. 10 percent of GDP increase in other debt-creating flows in 2016	50	55	51	49	48	47	22	26
PV of Debt-to-Revenue Ratio 2/								
Baseline	170	157	150	146	144	144	72	83
A. Alternative scenarios								
A1. Real GDP growth and primary balance are at historical averages	170	159	154	153	153	154	200	265
A2. Primary balance is unchanged from 2015	170	164	163	164	167	171	131	264
A3. Permanently lower GDP growth 1/	170	158	151	148	147	148	79	113
B. Bound tests								
B1. Real GDP growth is at historical average minus one standard deviations in 2016-2017	170	157	152	148	147	147	75	90
B2. Primary balance is at historical average minus one standard deviations in 2016-2017	170	167	168	163	160	158	77	87
B3. Combination of B1-B2 using one half standard deviation shocks	170	163	161	156	153	152	74	82
B4. One-time 30 percent real depreciation in 2016	170	211	197	187	179	174	83	98
B5. 10 percent of GDP increase in other debt-creating flows in 2016	170	182	174	169	165	164	79	88
Debt Service-to-Revenue Ratio 2/								
Baseline	15	22	23	22	21	20	8	12
A. Alternative scenarios								
A1. Real GDP growth and primary balance are at historical averages	15	22	23	22	21	20	17	25
A2. Primary balance is unchanged from 2015	15	22	23	22	22	21	9	21
A3. Permanently lower GDP growth 1/	15	22	23	22	21	20	8	14
B. Bound tests								
B1. Real GDP growth is at historical average minus one standard deviations in 2016-2017	15	22	23	22	21	20	8	12
B2. Primary balance is at historical average minus one standard deviations in 2016-2017	15	22	23	22	22	21	8	12
B3. Combination of B1-B2 using one half standard deviation shocks	15	22	23	22	21	20	8	12
B4. One-time 30 percent real depreciation in 2016	15	25	28	27	26	25	10	16
B5. 10 percent of GDP increase in other debt-creating flows in 2016	15	22	24	23	22	21	8	12

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Assumes that real GDP growth is at baseline minus one standard deviation divided by the square root of the length of the projection period.

2/ Revenues are defined inclusive of grants.

Figura 3. Moçambique: Probabilidade de Sobre-Endividamento da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2015-2035 1/



Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ The most extreme stress test is the test that yields the highest ratio on or before 2025. In figure b. it corresponds to a Non-debt flows shock; in c. to a Non-debt flows shock; in d. to a Non-debt flows shock; in e. to a Combination shock and in figure f. to a One-time depreciation shock

Declaração do Representante do Corpo Técnico sobre a República de Moçambique
Reunião do Conselho de Administração
18 de Dezembro de 2015

1. As informações a seguir tornaram-se disponíveis após a emissão do relatório do corpo técnico (www.imf.org), e não alteram a tónica da Avaliação do Corpo Técnico.
2. **A inflação aumentou em Novembro, de acordo com as expectativas.** A inflação anual para os 12 meses findos em Novembro aumentou para 5,7%, reflexo da esperada transmissão da depreciação do metical durante o ano aos preços dos alimentos importados e do impacto do aumento das tarifas de electricidade em Novembro.
3. **Após uma depreciação considerável no final de Novembro/início de Dezembro, a taxa de câmbio tem vindo a recuperar nos últimos dias.** Reflectindo a incerteza quanto às negociações sobre os grandes projectos de gás natural e o pico sazonal na procura por importações, a taxa de câmbio registou uma depreciação adicional de cerca de 20% (para cerca de 56-57 meticais por dólar nos primeiros dias de Dezembro). Desde então, devido, em parte, aos desenvolvimentos positivos no sector de energia (a seguir) e como um sinal de que as medidas de política correctivas começam a surtir efeitos, o metical apreciou-se em cerca de 18% (para 48-49 meticais por dólar). Dados preliminares sugerem que a meta do final de Dezembro para as reservas internacionais líquidas poderá ser cumprida.
4. **As autoridades concluíram todas as medidas correctivas de implementação imediata.** No dia 14 de Dezembro, o orçamento de 2016, que é compatível com o quadro orçamental acordado no programa, foi formalmente aprovado pela Assembleia Nacional, concluindo assim todas as medidas correctivas previstas na Tabela 3 do MPEF.
5. **A reunião do Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique do dia 14 de Dezembro de 2015 aprovou medidas adicionais de políticas restritivas.** Em linha com o aconselhamento em matéria de política económica, aumentou a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em mais 150 p.b. e a da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em mais 100 p.b.
6. **Desenvolvimentos favoráveis nas negociações com os megaprojectos indicam boas perspectivas para o IDE nos próximos anos.** As autoridades, a ENI e a Anadarko, as duas maiores empresas a investir nos imensos recursos de gás natural *offshore* de Moçambique, chegaram a um acordo em Novembro para o desenvolvimento conjunto destes recursos, o que abrange dois blocos *offshore*. Ademais, foi celebrado um Memorando de Entendimento preliminar para o abastecimento de gás natural para uso interno. Estes acordos abrem caminho para as decisões finais de investimento em 2016 e ajudarão a melhorar a oferta de divisas no próximo ano.

**Declaração da Sra. Chileshe Mpundu Kapwepwe, Administradora para
Moçambique, e do Sr. Tivane
18 de Dezembro de 2015**

1. Introdução

As autoridades moçambicanas apreciam o envolvimento e o apoio contínuos do FMI na progressão da sua agenda de reformas económicas destinadas a salvaguardar a estabilidade macroeconómica, eliminar gradualmente limitações incontornáveis à competitividade económica e fortalecer as instituições políticas. O desempenho económico manteve-se em geral alinhado com as metas previstas no Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI), apesar do agravamento dos riscos de deterioração relacionados à baixa prolongada dos preços das matérias-primas, à desaceleração das entradas de IDE, ao apoio limitado de doadores e à fraca procura mundial. Contudo, apesar das medidas atempadas de contenção das pressões crescentes de desvalorização que surgiram desde a conclusão da Quarta Avaliação do PSI, as pressões sobre a balança de pagamentos continuaram a ser significativas, o que exigiu o recurso às reservas internacionais e a um forte ajustamento da orientação da política macroeconómica para lidar com as vulnerabilidades de curto prazo e, em simultâneo, acelerar o ritmo do ajustamento externo. Face a esta situação, as autoridades solicitaram a aprovação do Conselho de Administração para a conclusão da quinta avaliação do acordo PSI e a modificação dos critérios de avaliação, bem como do pedido dum acordo de 18 meses ao abrigo da Linha de Crédito Stand-by.

2. Evolução económica recente e perspectivas

A conjuntura difícil, relacionada sobretudo com a baixa prolongada dos preços das matérias-primas, conjugada com o impacto negativo das cheias no começo de 2015, provocou uma ligeira revisão em baixa dos objectivos de política macroeconómica definidos para 2015-2017. O crescimento do PIB caiu para 6,3% no primeiro semestre de 2015, contra uma média de 8% nos últimos dois anos. Esta desaceleração deve-se principalmente à queda significativa no crescimento do sector extractivo, de 29% na primeira metade de 2014 para 17% durante o mesmo período de 2015. Os sectores do comércio, transportes e agricultura também tiveram um desempenho fraco, sendo que este último reflecte, sobretudo, o impacto das cheias. Desenvolvimentos recentes indicam que nos primeiros três trimestres do ano, o PIB real cresceu em 6,2%, em linha com a projecção de crescimento de 6,3% em 2015. O crescimento do PIB real deverá atingir a média de 7-8% a médio prazo, de acordo com o objectivo previsto no Plano Quinquenal do Governo. Esta melhoria de desempenho será impelida pelo crescimento dos investimentos em infraestruturas para aumentar a competitividade em sectores de mão-de-obra intensiva, inclusivamente a agricultura e a indústria, e pelos investimentos maciços em logística em preparação da fase de exploração do sector de hidrocarbonetos.

A previsão de inflação dos preços no consumidor é de 2,4% em 2015, em média, e deverá manter-se dentro da meta do Banco de Moçambique (BM) de 5-6%, no curto e médio prazos. Para atenuar o

impacto da intensificação das pressões cambiais na economia, o Comité de Política Monetária aumentou as reservas obrigatórias em 100 p.b. em Outubro e em 150 p.b. em Novembro de 2015. O BM também aumentou as taxas da Facilidade Permanente de Cedência e da Facilidade Permanente de Depósito em 225 p.b., cumulativamente, em Outubro, Novembro e Dezembro de 2015, num esforço para restringir ainda mais a orientação de política monetária. Isto ajudará a alcançar um ajustamento rápido da posição externa, sem comprometer as reservas internacionais líquidas, de acordo com o objectivo de manter níveis confortáveis de 4,5-5 meses de cobertura de importações a curto prazo.

O défice da conta corrente excluindo megaprojectos deteriorou-se ligeiramente no primeiro semestre de 2015 por conta do fraco desempenho das exportações tradicionais, os preços mais baixos das matérias-primas e o IDE e a ajuda externa em queda. No médio prazo, o défice da conta corrente incluindo megaprojectos deverá aumentar significativamente, de cerca de 42% do PIB em 2015 para 55,5% e 81% do PIB em 2017 e 2019, respectivamente, devido às grandes importações previstas para apoiar o investimento logístico no sector extrativo. No longo prazo, porém, assim que a produção de gás arrancar, o saldo de conta corrente poderá melhorar progressivamente e atingir um excedente de cerca de 10% do PIB em 2025.

3. Desempenho no âmbito do programa

As autoridades intensificaram os esforços para atenuar o impacto negativo das vulnerabilidades de curto prazo decorrentes da baixa prolongada dos preços das matérias-primas e dos choques dos termos de troca, conjugados com choques climáticos e um desempenho irregular no âmbito do PSI até Setembro de 2015. O desempenho nos três critérios de avaliação relacionados com o crédito líquido ao governo (CLG), às reservas internacionais líquidas (RIL) e ao pagamento de atrasados externos foi irregular, enquanto a receita do governo ficou aquém da meta indicativa. O desvio no CLG reflectiu factores transitórios, em particular a necessidade de liquidar atrasados (0,6% do PIB) de subsídios aos distribuidores de combustíveis para compensar perdas passadas, que tinham sido subestimadas no orçamento, bem como o ritmo acelerado do desconto por grosso de títulos públicos emitidos para regularizar atrasados do IVA em aberto. A meta para as RIL não foi cumprida por uma pequena margem, o que reflecte pressões significativas sobre a balança de pagamentos e perdas de valor contínuas devido ao dólar mais forte. A limitada articulação com os doadores para a reconciliação de informações gerou um pequeno montante de atrasados, que entretanto foi resolvido. No plano estrutural, o progresso alcançado foi significativo; na generalidade, todas as medidas foram implementadas conforme planeado.

4. Política orçamental

A aplicação da estratégia de curto e médio prazos das autoridades destina-se a incentivar a consolidação orçamental, apoiar o ajustamento externo necessário e reequilibrar a despesa no sentido de sectores promotores do crescimento, com a preservação da sustentabilidade da dívida. A previsão é que a receita total de 2015 atinja 25,2% do PIB e a despesa total, incluindo a

concessão líquida de empréstimos, chegue a 35,3% do PIB, o que implica um défice orçamental global projectado de cerca de 6,0% do PIB. O ajustamento fiscal previsto para 2015 deverá levar a uma redução de 1,5% do PIB, através da contenção da despesa corrente, sobretudo massa salarial, e dos subsídios, com o redimensionamento do investimento público baseado na capacidade de execução.

As autoridades continuarão a intensificar as reformas estruturais do orçamento para alargar a base tributária, melhorar a eficiência da administração tributária e estabelecer um quadro jurídico robusto que permita uma redistribuição intergeracional óptima das receitas dos impostos sobre os recursos naturais. Ademais, prosseguirão os esforços de fortalecimento da capacidade institucional para acompanhar a execução dos programas de investimento e actualizar os critérios de selecção para garantir a eficácia das despesas de investimento.

As autoridades estão cientes dos riscos que as pressões de desvalorização acarretam para a sustentabilidade da dívida e continuam empenhadas em reforçar a aplicação de medidas para melhorar a gestão da dívida e actualizar a capacidade institucional de supervisão financeira das empresas públicas. Este conjunto de prioridades políticas ajudará a prevenir a escalada dos riscos orçamentais e a salvaguardar a sustentabilidade da dívida a médio e longo prazos. Ao mesmo tempo, o aumento da classificação de vulnerabilidade da dívida não deverá resultar unicamente de factores externos, como a desvalorização cambial. Mudanças na classificação do risco de sobre-endividamento também deverão levar conta factores exógenos, fora do controlo das autoridades.

5. Políticas monetária e cambial

As políticas monetária e cambial continuam viradas para o objectivo de alcançar a estabilidade dos preços e suavizar a volatilidade cambial no curto e médio prazos. O BM ajustará gradualmente as suas políticas para conter as actuais pressões de desvalorização, enquanto controla os efeitos secundários sobre as expectativas de inflação causados pelo ajustamento dos preços administrados da electricidade, do pão e da água em Outubro de 2015. Mais especificamente, será dada prioridade a medidas destinadas a aperfeiçoar o quadro de política monetária, sobretudo com a melhoria da capacidade analítica de previsão de inflação e gestão de liquidez. A rápida aplicação de medidas destinadas a fortalecer as ferramentas de gestão de crises para conter riscos à estabilidade financeira decorrentes da concentração significativa de crédito no sistema bancário também será crucial.

A reconstituição das reservas de internacionais é essencial para melhorar a capacidade da economia para absorver choques externos futuros. A este respeito, o BM continuará a encetar acções voltadas para a reposição das reservas internacionais, enquanto se mantém a flexibilidade cambial.

6. Políticas de desenvolvimento do sector financeiro

O aumento do aprofundamento e da inclusão financeiros continua a ser um desafio crucial para resolver o acesso limitado a serviços financeiros na economia. As autoridades continuam empenhadas em promover a aplicação de reformas contínuas destinadas a alcançar os principais objectivos da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro (EDSF 2013-2022): i) manter a estabilidade financeira; ii) aumentar o acesso a serviços e produtos financeiros e eliminar limitações estruturais à economia; e iii) aumentar a oferta de capital privado para apoiar o desenvolvimento privado. Para tal, foi aplicado um conjunto de medidas, incluindo a criação de centrais de registo de crédito, a promoção da banca móvel e a criação de um registo de garantias móveis.

7. Reformas estruturais

Promover um crescimento de bases alargadas e alcançar ganhos de produtividade em sectores tradicionais da economia, como a agricultura e a indústria, continuarão a ser um desafio para Moçambique na próxima década. A fraca elasticidade do crescimento em termos de redução da pobreza, estimada em 0,1%, conjugada com padrões de distribuição de rendimentos ainda longe do ideal, exige a aceleração das reformas estruturais de modo a reforçar a relação crescimento-redução da pobreza, enquanto se resolvem os estrangulamentos actuais à competitividade económica e à produtividade. Doravante, a aplicação da agenda de reformas das autoridades, tal como está previsto no Plano Quinquenal do Governo (2014-2019), procurará promover a transformação e a diversificação económica e implantar rapidamente um conjunto de políticas que eliminem limitações incontornáveis do crescimento, através de investimento contínuo em projectos de infraestruturas para desbloquear o potencial de crescimento do país e aumentar a geração de emprego.

Ademais, de modo a melhorar o clima de negócios, as autoridades irão revitalizar as medidas em curso para agilizar o processo de abertura de empresas, sobretudo mediante a melhoria da prestação dos serviços *online* para facilitar a criação de "*start ups*", para além de alargar a cobertura geográfica dos balcões únicos de atendimento.

8. Observações finais

As autoridades estão prontas para avançar com a aplicação das reformas de políticas destinadas a recuperar a confiança do mercado e a salvaguardar a estabilidade macroeconómica. Também continuarão a aplicar medidas de atenuação do impacto negativo das vulnerabilidades de curto prazo. Em conformidade com estes compromissos, as autoridades esperam continuar a manter um compromisso construtivo com o FMI de forma a apoiar a melhoria da capacidade institucional em matéria de concepção e implementação de políticas.